

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PAULO VINICIUS SILVA DE SANTANA

**MINISTÉRIO SACERDOTAL NA SÉ DE MARIANA:
POSSE DE LIVROS, ORGANIZAÇÃO FAMILIAR E ATIVIDADES
ECONÔMICAS (1820 A 1875)**

BELO HORIZONTE
2011

PAULO VINICIUS SILVA DE SANTANA

**MINISTÉRIO SACERDOTAL NA SÉ DE MARIANA:
POSSE DE LIVROS, ORGANIZAÇÃO FAMILIAR E ATIVIDADES
ECONÔMICAS (1820 A 1875)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Linha: História Social da Cultura, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre

Orientadora: Adalgisa Arantes Campos

Belo Horizonte
2011

*“Quem é você”?, perguntou a lagarta.
Não era um começo de conversa animador.
Alice respondeu meio encabulada: “Eu... eu
mal sei, Sir, neste exato momento... pelo menos
sei quem eu era quando me levantei esta
manhã, mas acho que já passei por várias
mudanças desde então”.*

Lewis Carroll

*Dedico este trabalho a Renilda Silva Santana
e José Paulo de Santana, meus pais, que
mesmo não sabendo muito bem do que trata o
ofício do historiador, continuaram
incentivando e acreditando em meus estudos.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria se concretizado sem o apoio da **CAPES**. Quase todo pesquisador das Ciências Humanas sabe o quanto é difícil, e dispendioso, nosso ofício. A ajuda do Governo torna o caminho menos árido com o auxílio financeiro.

Agradeço a orientação da Professora Adalgisa Arantes Campos. Sua paciência proporcionou o bom andamento do trabalho. Nossas conversas, no seu escritório e em sua casa, os empréstimos de volumoso e pesado material bibliográfico e a indicação de fontes foram incalculáveis contribuições para o andamento da pesquisa. Sentirei mais falta das longas conversas regadas a café, que sempre eram acompanhadas pelo autêntico queijo mineiro.

Devo muito deste trabalho final à banca de qualificação. Os comentários teórico-metodológicos e as indicações de leituras feitas pelos professores José Newton Coelho Meneses e Luiz Carlos Villalta, como todo bom remédio que é amargo, foram excelentes no objetivo de aperfeiçoar a análise do objeto de pesquisa. Devo a eles a contribuição da crítica lúcida dos grandes acadêmicos.

Não poderia deixar de agradecer a minha família. O apoio emocional e financeiro provavelmente extrapolou as expectativas e possibilidades para um filho mais velho com curso superior completo. Tenho muito orgulho de ter uma mãe costureira e ministra da eucaristia, um pai balconista, radialista, político e ministro da palavra. A religião, muito antes de objeto de pesquisa, foi constante prática diária e ainda hoje me influencia na busca pelo caminho justo e moralmente sustentável. Resta ainda a vovó Carolina (pelos mimos), meus irmãos (por me irritarem constantemente), e os inúmeros tios e tias, primos e primas, que demonstram orgulho por mim, mesmo sem saber ao certo do que trata o meu trabalho.

A dívida com “a galera de BH”, que foi uma família postiça por mais de dois anos, é sem tamanho. Tenham a certeza de que esse trabalho é resultado, em grande parte, de nossas reuniões regadas a destilados e fermentados. Luis Felipe, Luisa, Juan, Muhamed, Igor e Marcão, considerem-se grandes colaboradores deste trabalho e peças importantes para minha sobrevivência na capital da terra das alterosas. Não poderia deixar de lembrar do primo Adílson, de toda a sua família, e da Dalvinha e suas meninas, primeiras casas a acolher este capiau na cidade grande.

Resta ainda lembrar que esta pesquisa não começou no mestrado. A base documental veio no encaço do levantamento realizado na graduação. Agradeço aos antigos professores da Universidade Federal de Viçosa, principalmente, ao meu brilhante orientador Fábio Faria Mendes e a seu grupo de pesquisa sobre Guarapiranga. Um agradecimento especial para Carolina Zamperlini e Gusthavo Lemos. Sem a fé dessas pessoas em na minha capacidade, muito provavelmente não teria me enveredado pelo caminho da pesquisa depois de formado.

Como professor de história, não poderia deixar de mencionar o valor das velhas amizades, muito menos das novas. Por meio de conversas eletrônicas, que muitas vezes parecem ao pé do ouvido, desenvolvi parte das ideias aqui apresentadas. Sou o resultado dos relacionamentos de amizade que acumulei durante a vida. Não poderia esquecer de Gustavo Matias, Luiz Fernando e João Henrique, fiéis e agressivos interlocutores. O padrão de escrita acadêmico exige certa pompa e muita burocracia no desenvolvimento do texto, por isso não faço citações oficiais. E as meninas? Formam um lindo jardim florido nas lembranças. Agradeço especialmente a Talita (por ter dado o ar da graça em BH) e Larissa (por aturar os meus desaforos e ajudar na correção deste texto).

No mestrado, a atividade da qual mais colhi frutos talvez tenha sido a oportunidade de dar aulas. Inclusive do ponto de vista da função social, da prerrogativa prática do ato. Se, com raras exceções, um texto acadêmico não atinge público considerável – seja por sua especificidade temática, pela falta de simpatia na escrita do pesquisador ou mesmo pela irrelevância da pesquisa – ser **PROFESSOR DE HISTÓRIA** é, do meu ponto de vista, a atividade mais nobre do “historiador”. Não tenho palavras para agradecer os alunos que acordavam cedo e me aturaram como um discente que estava mais interessado em aprender do que ensinar. Agradeço a Rogéria, por ter me acompanhado nessa aventura experimental que foi *“Introdução à leitura Paleográfica”*.

Agradeço ainda os arquivos que pesquisei. O Arquivo da Cúria de Mariana e principalmente o Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, que sempre estiveram abertos, com funcionários que aturavam a falta de critério, desorganização e desorientação natural em meus procedimentos.

Finalmente, agradeço a Bob Dylan. Suas músicas embalaram grande parte do processo.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o perfil dos padres que residiam em Mariana durante o movimento de reforma da Igreja Católica no século XIX. O Ultramontanismo, cujo maior expoente em Minas Gerais foi o Bispo Dom Antônio Ferreira Viçoso, teve início em momento anterior. Foram as medidas empreendidas pelo antecessor, Dom Frei José da Santíssima Trindade, que impulsionaram a romanização do clero local. Assim, estabelecemos como marcos cronológicos desta dissertação o início da década de 1820 até o ano 1875, correspondente à duração dos dois bispados. As fontes utilizadas foram os Inventários *Post-Mortem* e a Lista Nominativa de 1831. Tais documentos demonstram que antes mesmo das políticas de modificação dos comportamentos clericais e de sua produção livreira, ligada às ideias ultramontanas, o clero local possuía uma biblioteca religiosa e um domicílio especializado voltados para a ocupação sacerdotal. Ainda assim, o período permitiu que o perfil do religioso exclusivo não fosse único. Havia aqueles que praticavam outras atividades, além da sacerdotal, seja como forma de complementar os rendimentos sacerdotais, ou mesmo como principal fonte de renda.

Palavras-chave: Mariana; Padres; Romanização; Livros; Domicílios; Atividade Econômica.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the profile of the priests who lived in Mariana during the movement of the Catholic Church Reform in the nineteenth century. The Ultramontanism, whose greatest exponent in Minas Gerais was Bishop Dom Antonio Ferreira Viçoso, started at an earlier time. The measures that have been undertaken by his predecessor, Bishop Dom Frei José da Santíssima Trindade, propelled the romanization of the local clergy. So, we established as main chronological marks of the dissertation the beginning of the 1820 until the year of 1875, corresponding the length of two bishoprics. The sources used were one conjunt of *“Inventários Post-Mortem”* and the *“Lista Nominativa de 1831”*. These documents show that even before policies changes in clerical positions and their production of books related to ultramontane’s ideas, the local clergy had a religious library and some specialized households towards for the priestly occupation. There were those who practiced other activities in addition to the priesthood, as an form of supplementary income to the priesthood, or even as the main source of their earnings.

Keywords: Mariana, Priests, Romanization, Books, Households, Economic Activity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Cedeplar – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais

ACSM – Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

Aeam – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

Tabelas e Gráfico

Relação de Habitantes por Freguesia Sobre as Visitações de Dom Frei José da Santíssima Trindade e o Levantamento Feito por H. Halfeld.....	20
Livros Presentes nos Inventários Post Motem de Mariana de 1820 a 1874.....	43
Descrição de Fogo na Lista Nominativa.....	56
Informações Gerais da Lista Nominativa de Mariana 1831.....	57
Pirâmide das Idades pelo Número de Indivíduos.....	59
Atributos de Domicílios e Chefes de Domicílio.....	68
Descrição dos Integrantes da Residência do Bispo em 1831.....	71
Atividades Econômicas Laicas Realizadas por Padres nos Inventários.....	90
Atividades Agropecuárias.....	92
Qualificações Clericais dos Padres Exclusivos.....	104

Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
Considerações Iniciais.....	11
Geografia e Dados Populacionais: Delimitação do Espaço.....	16
Três Luzes Sobre a História do Sacerdócio Mineiro no Século XIX.....	22
CAPÍTULO I: MINISTÉRIO SACERDOTAL E POSSE DE LIVROS EM MARIANA (1820 A 1875)	
.....	25
Livros e Inventários: Discussão Preliminar.....	25
No Tempo de Dom Frei José da Santíssima Trindade: A Restauração do Seminário e as Visitas Pastorais.....	28
Administração do Bispado e os Cargos Eclesiásticos.....	31
Dom Antônio Ferreira Viçoso: Políticas de Consolidação de um Clero Romanizado.....	32
Eduardo Frieiro e o Princípio da História Acadêmica.....	37
Círculos de Leitura: Multiplicidade de Apropriações.....	39
Análise sobre o espólio de livros dos clérigos.....	42
Livros Religiosos.....	44
Livros Laicos.....	47
Considerações Finais.....	50
CAPÍTULO II: MINISTÉRIO SACERDOTAL, DINÂMICAS DOMICILIARES E CONSTITUIÇÃO POPULACIONAL NA LISTA NOMINATIVA DE 1831.....	52
Lista Nominativa e a perspectiva populacional.....	52
Recenseamento de 1831/32 e os sacerdotes de Mariana.....	54
Escravos, Libertos e Pardos: Inventários e Lista Nominativa no Século XIX.....	62
Sacerdotes e Domicílios na Lista Nominativa de 1831.....	67
Grandes Domicílios.....	70
Domicílios de Porte Pequeno e Médio.....	76
Considerações Finais.....	78
CAPÍTULO III: SACERDOTES E ATORES SOCIAIS EM MARIANA: BENS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE 1820 A 1874.....	79
Considerações Iniciais.....	79
Análise dos Inventários e Identificação das Ocupações Laicas.....	84
Além de Padres: Agricultores, Credores, Alugadores e Outras Ocupações Laicas.....	90
Agricultores.....	91
Credores e Alugadores.....	97
Cirurgia ou Medicina.....	104
Sacerdotes “Stricto Sensu.....	105
Considerações Finais.....	108
CONCLUSÃO.....	110
BIBLIOGRAFIA.....	114
Livros e Artigos:.....	114
FONTES:.....	122
Impressas:.....	122
Internet:.....	122
Fontes Manuscritas Presentes em Arquivos:.....	123
Livros Consultados:.....	124
Dicionários:.....	125
ANEXOS.....	125

INTRODUÇÃO

Considerações Iniciais

O presente trabalho versa a respeito dos sacerdotes de uma localidade específica, um caso atípico se pensarmos no contexto mineiro do século XIX. Mariana tornou-se sede do primeiro bispado em Minas Gerais ainda no século XVIII, mas alcançou maior organização do ponto de vista burocrático no decorrer do século XIX. Os sucessivos períodos em que a Sé esteve vacante resultaram em atividades descoordenadas por parte dos responsáveis pela administração episcopal. Só no século XIX veríamos uma duração longa em que os prelados foram capazes de exercer seu poder efetivamente e alterar profundamente as bases do corpo clerical, tanto do ponto de vista local, quanto do ponto de vista de toda a província.

Minas Gerais, durante este período, viu pela primeira vez um clero local sendo formado. A fundação do *Seminário Nossa Senhora da Boa Morte* resultou inicialmente em sacerdotes ligados às demandas locais cujas partiam do ponto de vista da vivência. Havia ligação estreita entre o clero e a região que proporcionaria efetividade nas ações evangelizadoras devido ao conhecimento do povo e da localidade.

Podemos dizer que só em meados do século XIX a Igreja Católica em Minas atingiu sua maturidade como praticante dos preceitos romanos pregados no *Concílio de Trento*. O resultado de todas as atribulações do século XVIII foi que, com o passar dos anos, a atenção dos prelados sobre os sacerdotes se reverteu na formação de novos clérigos. Estes combinavam não só a já mencionada vinculação com o lugar de trabalho religioso, mas também firmeza quanto à aplicação das ideias romanas de separação entre o corpo clerical, seja ele secular ou regular – por meio do aparato filosófico, teológico, bem como da conduta considerada sadia pelo núcleo dos pontífices – e os fiéis em geral. Ser sacerdote no século XIX foi se tornando cada vez mais uma questão de profundo comprometimento com a ocupação sacerdotal em diversos níveis da vivência social. Não significa dizer que tal processo tenha ocorrido na forma de uma completa ruptura, de um momento para o outro. Podemos dizer, inclusive, que sua gradualidade foi tamanha que, em certos momentos, o que transparece é uma completa estagnação.

De onde vem esta imagem de estagnação? Fernand Braudel, como poucos, soube

definir os ritmos da história. Sua interpretação parte do princípio de que as transformações não ocorrem na mesma marcha. Há aquelas que são lentas e graduais, outras que são rápidas e extremamente pontuais, e ainda aquelas que se encontram em estágio intermediário. A curta, a média e a longa duração se sobrepõem e formam o tecido que compõe a existência humana. Um humano que, inclusive, é capaz de se tornar perceptível por meio das modificações geográficas, cuja evolução somente é constatada pela paciência e meticulosidade do observador, estruturas de longa duração no sentido mais estrito da concepção do termo.

As estruturas subsequentes, aquelas de média duração, são facilmente inteligíveis quando nos voltamos para questões de cunho social que, na maioria das vezes, tratam de formulações que agrupam determinado grupo de indivíduos e que por isso mesmo tendem a se degenerar, transformar, ou mesmo se extinguir, num transcorrer de menor envergadura do que as modificações geográficas. Como exemplos destas interações podemos citar instituições como a monarquia, reciclada durante o passar dos tempos, as grandes tendências econômicas como o capitalismo, ou mesmo a própria Igreja Católica em seus diferentes momentos.¹

Esta Igreja Católica Apostólica Romana não foi composta unicamente por ideias. As ideias residem nas cabeças das pessoas. Em última instância, os comportamentos, a prática e as cerimônias de determinada fé só são possíveis dentro de um contexto em que os fiéis se tornaram suscetíveis aos conceitos que os dirigentes forjaram, ou mesmo que foram elaborados na prática, ou moldados, se forem construções menos radicais. A questão principal é que qualquer instituição – além de preceitos metafísicos justificados filosoficamente ou teologicamente – é uma construção eminentemente humana. E é nestes seres humanos que residem os problemas e as questões do profissional da história.

A organização religiosa não é composta somente de sua cúpula administrativa, incapaz de um controle global sobre os fiéis. Antes de as ideias dos papas chegarem ao mais longínquo dos leigos, muito provavelmente elas passaram por vários outros indivíduos que as leram, ouviram, apreenderam e ressignificaram à sua maneira. Como num jogo de futebol, a bola passa, na maioria das vezes, pelos pés de vários jogadores até chegar aos pés do atacante. Dificilmente os teólogos, do mais alto grau da hierarquia católica, conseguiriam fazer com que suas ideias chegassem com eficácia à totalidade dos fiéis. Nas duas situações tratamos de contextos em que a dinâmica coletiva não ocorre com jogadas de solitários. É impossível

1 Ver: BRAUDEL, Fernand. Os Tempos da História. In: *Escritos Sobre a História*. Trad. J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira Mota. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

ganhar um jogo sozinho, bem como é impossível que a igreja seja universal apenas com os movimentos da alta hierarquia.

Quanto às Minas Gerais, encontramos vários exemplos de historiadores que observaram a história como um movimento de responsabilidade dos grandes nomes, dos destacados dirigentes, dos homens considerados proeminentes. Certamente o maior expoente desta escola, que se debruçou sobre a história nas Minas Gerais, tenha sido o Cônego Raymundo Trindade. Sua obra de maior renome, e constantemente citada pelos pesquisadores e curiosos sobre o tema, é *Archidiocese de Mariana: Subsídios para a sua historia*.² Seu conteúdo é volumoso, espalhando-se por longos três volumes. O foco principal é a Igreja Católica em Minas Gerais e os dirigentes considerados mais representativos por Raymundo Trindade. Trajeto de pesquisa semelhante é o que faz o famoso historiador mineiro da primeira parte do século XX, Diogo de Vasconcelos, que faz praticamente o mesmo em *História do Bispado de Mariana*. Ambos os autores escrevem uma história que podemos considerar elitista e que raramente trata dos atores sociais que estavam envolvidos em outros níveis hierárquicos da instituição católica nas Minas Gerais.³

Resta falar dos trabalhos atuais que foram realizados ancorados na escola francesa, que floresceu durante o século XX, que estão preocupados em elaborar uma perspectiva que abarque visões de outros envolvidos nas dinâmicas sociais. É o caso da dissertação de mestrado de Tatiana Costa Coelho.⁴ Em *A reforma católica em Mariana e o discurso ultramontano de Dom Viçoso (1844-1875)*, a pesquisadora mostra como políticas vindas dos estamentos superiores da Igreja local fomentaram a prática católica dos fiéis. A preocupação de Dom Antônio Ferreira Viçoso em fazer com que os seminaristas tivessem formação adequada e se tornassem melhores sacerdotes foi uma constante. Tratando de um período mais extenso (1750 a 1850) e enfatizando o Seminário Nossa Senhora da Boa Morte, Sérgio Cristóvão Selingardi trabalha a casa de formação dentro do conceito de “*Instituição Total*”. A compreensão do autor é de que a intenção dos idealizadores do Seminário sempre foi formar uma elite clerical culta na capitania. Tal formação atingia seu pressuposto total ao interagir com os alunos de forma a moldá-los, não só do ponto de vista da crença – e seu consequente embasamento teórico – mas também reforçando questões comportamentais. Estas estratégias

2 TRINDADE, Raymundo. *Archidiocese de Mariana: Subsídios para a sua historia*. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1928.

3 Faremos uma crítica mais apurada com relação a estas duas obras em capítulo posterior.

4 COELHO, Tatiana Costa. *A reforma católica em Mariana e o discurso ultramontano de Dom Viçoso (1844-1875)*. — Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010. Dissertação (Mestrado em História)

eram afirmadas nos regimentos da instituição de forma a selecionar e reforçar os seminaristas para que estes atendessem a tais expectativas.⁵

Os seminaristas compunham parte do corpo clerical da localidade, mas não eram sua totalidade.⁶ Além deles havia aqueles que eram responsáveis pelas funções de formação, administração, além de rituais e o culto. Tratava-se dos integrantes da cúpula do bispado, dos professores do seminário e outros clérigos da região. Estes últimos, mesmo que de importância menor na hierarquia da Igreja Católica, acabavam por sofrer, com mais eficiência, a vigilância e os cuidados dos bispos, que mostravam interesse em não só formar o novo corpo sacerdotal, como também educar o já existente nas exigências de Roma.

Não podemos deixar de mencionar a obra coletiva produzida pelo CEHILA, uma referência no que diz respeito às pesquisas sobre a igreja no Brasil. Seu foco é a busca pelas práticas populares de fé. Neste, sentido os sacerdotes em si não fazem parte das análises presentes nos vários volumes de que trata a obra. Ainda assim, contribuições relevantes são feitas por estes pesquisadores. A proposta dos autores é uma interpretação que atinja os níveis inferiores, a massa leiga. Tal perspectiva é salientada logo no subtítulo da obra “*Ensaio de interpretação a partir do povo*”. Ainda que ela não privilegie os clérigos, no momento em que as análises focam o estrato leigo, a dinâmica entre este e o corpo sacerdotal permite entender bem a maneira como se processaram as mudanças religiosas no século XIX. Afinal, era um sistema imbricado que não funcionava em níveis completamente independentes, senão sequer configurariam parte de uma mesma instituição.⁷

Percebem-se então dois pontos pertinentes para a região do ponto de vista da pesquisa sobre o corpo sacerdotal. Primeiramente as políticas de reforma do clero ocorreram desde a fundação do bispado e do seminário. No entanto, tais políticas foram radicalizadas e obtiveram maior eficiência somente no século XIX, por meio da ação sistemática e continuada dos Bispos Dom Frei José da Santíssima Trindade e Dom Antônio Ferreira Viçoso.

5 Segundo Sérgio Cristóvão Selingardi, o conceito de “*instituição total*” era atingido por meio de um controle tão próximo dos internos que determinava práticas que iam desde as leituras, até a padronização das orações, horário de refeições, passando inclusive pelo que era permitido nos momentos de lazer. SELINGARD, Cristóvão Selingard. *Educação Religiosa, disciplina e poder na terra do ouro: a história do Seminário de Mariana, entre 1750 e 1850*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2007, Dissertação (Mestrado), p. 146.

6 Como veremos em capítulos posteriores, o sacerdócio, como sacramento, era composto de níveis. O mais alto deles era o de Sacerdote (propriamente dito). Os indivíduos que possuíam níveis inferiores também eram considerados padres, só que ainda necessitavam de complementar sua formação.

7 Cf.: HAUCK, João Fagundes *et al.*. *História da Igreja no Brasil*. Ensaio de interpretação a partir do povo: Segunda época. A Igreja no Brasil no Século XIX. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1980.

O primeiro certamente tenha produzido um dos mais vastos documentos de conhecimento da região. As *Visitas Pastorais*⁸ são meticulosamente detalhadas e fonte obrigatória para os pesquisadores que têm a temática religiosa mineira em seus objetos de pesquisa.⁹ Além disso, ele tem, com relação ao Seminário Nossa Senhora da Boa Morte, *status* de fundador. A instituição, no início de seu bispado, se encontrava em estado deplorável. As dependências sucateadas, inclusive com a impossibilidade de as aulas ocorrerem. O prelado foi capaz de, em poucos meses, regularizar a estrutura física e regimentar um corpo docente que se responsabilizou pelo magistério.¹⁰ Dom Viçoso foi tão importante que sua memória permanece viva até os dias atuais. O prelado foi responsável pela independência administrativa do Seminário, pela produção de volumoso material impresso (livros, jornais) e pela constante vigilância dos sacerdotes e suas atitudes com relação ao trato dos fiéis. Se no século XIX o movimento Ultramontano floresceu devido à ação de bispos preocupados com o vínculo entre igreja, estado e sociedade, estes dois Prelados da Diocese de Mariana são expoentes da reformulação do clero por meio de ação diligente.

Estabelecemos nosso recorte temporal em função da prelazia destes dois bispos que desde o início da década de 1820 até 1875, ano da morte de Dom Viçoso, tencionaram modificar profundamente as relações entre os poderes religioso e político-administrativo. A pertinência desta pesquisa reside em traçar o perfil dos sacerdotes que orbitavam a Sé, de forma a entender como estas modificações se processaram e imprimiram marcas na vida dos sacerdotes.

8 TRINDADE, José da Santíssima. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

9 Há certa confusão conceitual entre Visitas Pastorais e Devassas. Adalgisa Arantes Campos as diferencia: “Embora se pareçam visitas pastorais e devassas não são a mesma coisa, pois as primeiras não possuem aquele aprofundamento da sindicância atingido pelas últimas. A partir dos resultados de uma visita pastoral, o visitador poderia decidir sobre a necessidade de uma devassa naquela paróquia, se ela fosse alvo de suspeita em alguma dimensão. As visitas têm um conteúdo mais sacramental e cunho mais admoestador. As devassas mais verticais no sentido de se averiguar de fato, a vida cotidiana das populações.” CAMPOS, Adalgisa Arantes. “A mentalidade religiosa do setecentos: o Curral del Rei e as visitas religiosas”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 18, Set/97, p. 12 e 13.

10 Cf.: AZZI, Riolando. *Os bispos reformadores*. Brasília: Editora Rumos, 1992.

Geografia e Dados Populacionais: Delimitação do Espaço

Fernand Braudel chama a atenção para o aspecto geográfico como parte da decomposição da história em planos escalonados, ou como já aludimos: a distinção de um “*tempo geográfico, de um social, de um individual.*”¹¹ O recorte geográfico nada mais é do que o conjunto de características físicas que conjugam o clima, o relevo, as características dos solos, a rede hidrográfica, dentre outros aspectos de mutação mais lenta. Ainda que a região estivesse inserida na área de exploração aurífera, grande parte das transformações climáticas e geográficas permaneceram constantes por longo tempo. As montanhas como o *Pico do Itacolomy* e as demais serras circundantes permaneceram inalteradas por milhares de anos. O clima permaneceu praticamente o mesmo, com algumas nuances, em grande parte do tempo. Diferentemente da população que não foi uma constante: indígenas, depois portugueses e negros, conviveram com os mesmos montes, as mesmas chuvas e quedas de temperatura, os rios e riachos. Cada agrupamento humano de seu modo e de uma forma mista que absorvia contribuições de diversas etnias para maior eficiência, foi se adaptando à realidade geográfica local.

É interessante percebermos a maneira como os contemporâneos do nosso recorte interpretavam a geografia de seu tempo. Um dos trabalhos mais completos produzidos a esse respeito na época é o de Johann Jakob vom Tschudi e Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld. Os europeus fizeram um levantamento substancial da Província de Minas Gerais abordando os aspectos geográficos, ecológicos, históricos, econômicos e administrativos. O primeiro produziu o texto que abordava estas temáticas, enquanto o segundo foi capaz de elaborar, com a tecnologia e os conhecimentos disponíveis na época, um mapa¹² que abarcou toda a província. Entender esta abordagem é entender também grande parte da dinâmica em que os padres, objeto de nosso estudo e integrantes desta sociedade, estavam envolvidos.¹³

11 BRAUDEL, Fernand. *Op. Cit.*, p. 15.

12 O conceito de mapa não precisa necessariamente ser expresso como a reprodução de uma determinada região por meio da representação de imagens. Neste caso específico, o mapa produzido por Heinrich W. F. Halfeld trata da descrição detalhada em forma de texto.

13 Com relação às informações sobre os autores e a participação de Frederico Wagner na produção do mapa, Roberto Martins escreveu excelente ensaio explicativo com informações referentes às datas e locais de nascimento, históricos profissionais e informações pessoais dos autores da obra. Basicamente, Halfeld, como engenheiro, produziu as anotações cartográficas, Wagner, como funcionário da província, desenhou o mapa e Tschudi fez algumas complementações com seu conhecimento de naturalista botânico. Ver: MARTINS, Roberto. Tschudi, Halfeld, Wagner e a Geografia de Minas Gerais no Século XIX. In: HALFELD, Heinrich Eilhelm Ferdinand e TSCHUDI, Johann Jakob vom. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Trad. Myriam Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

Inicialmente, no que diz respeito às características geográficas, as Minas Gerais são apresentadas como uma região privilegiada quando analisada do ponto de vista da fronteira. No momento da produção do mapa, a província fazia fronteira com outras cinco divisões administrativas de porte equivalente. Ao Sul, com a Província de São Paulo, Leste, com Espírito Santo e Rio de Janeiro, Norte, com Bahia, e Oeste, com Goiás. Esta ligação com outras regiões colaborou para que as Minas Gerais obtivessem um desenvolvimento diferenciado, pois circuitos comerciais se tornaram viáveis.¹⁴

Com relação especificamente a Mariana, o mapa desenhado por Frederico Wagner lança luz sobre algumas características pertinentes à presente pesquisa. A mais importante delas talvez seja a proximidade com Ouro Preto.¹⁵ Apenas duas léguas¹⁶ separavam as duas cidades. A proximidade proporcionava integração entre as duas de forma que não era tão inacessível o acesso às oportunidades respectivas. A primeira, na condição de sede administrativa da província, permitia acesso à estrutura central política e às vantagens desta proximidade. Mariana, por sua vez, era o centro administrativo religioso e proporcionava, a tempo curto, o contato com as demandas ligadas à religião. Apesar da presente pesquisa se preocupar pontualmente com a sede do Bispado, a compreensão de que a região funcionava de forma integrada sempre perpassa as reflexões. A autossuficiência com relação a abastecimento de alimentos e outras provisões, sem sombra de dúvida, era compartilhada entre as duas maiores cidades da região.

Na descrição da divisão administrativa que H. Halfeld faz de Mariana, ela aparece como o centro da Comarca de Piracicaba. O nome vem do rio que corta a maior parte da

14 HALFELD, Heinrich Wilhelm Ferdinand e TSCHUDI, Johann Jakob vom. Op. Cit., p. 68.

15 A cidade é descrita por H. Halfeld, em meados do século, como sendo de ruas irregulares e de poucos atrativos culturais. A sinuosidade do arranjo urbano corresponde à formação espontânea que a cidade seguiu. Partiu-se inicialmente das minas de extração aurífera. Ao redor delas, foram construídas as primeiras casas. Posteriormente, outras edificações se seguiram às primeiras, sem maior preocupação quanto ao planejamento. Ao centro das cadeias de montanhas foi edificada uma praça, hoje Praça Tiradentes, que aglomerou o cérebro administrativo local e provincial, com a Casa da Câmara e o Palácio do Governo. Ao tempo do texto de H. Halfeld, existiam na localidade, 18 templos religiosos católicos, entre capelas e igrejas. Outro dado importante de ser mencionado é a quantidade de habitantes, que era aproximadamente de seis mil, e a região entrecortada por montanhas. O fator orográfico, além de condicionar o desenvolvimento das ruas da maneira como fez, dificultava, em certa medida, a ligação a outras localidades próximas. Colaborava ainda com a dificuldade de expansão da própria mancha urbana da capital da Província. *Ibidem*. p. 139 e 140.

16 A légua mede 6.600 metros. Uma légua é uma distância considerável inclusive para os dias atuais, se pensarmos num percurso feito a pé. Mesmo as estradas atuais ligando as localidades, que tornam o caminho menos ríspido, são sinuosas e íngremes. Imagine-se a dificuldade de se deslocar no século XIX em estradas muito estreitas e de chão batido. Ver: COSTA, Iraci del Nero da. Pesos e Medidas no Período Colonial Brasileiro: Denominações e Relações. Boletim de História Demográfica, Ano I, Número 1, Abril de 1994. Extraído de: http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd1.htm#pesos, no dia 10 de fevereiro de 2011.

região. Se considerarmos a localização da dita unidade administrativa, percebemos que Piracicaba se prolonga em direção Leste, ou seja, englobando grande parte do que conhecemos como a Zona da Mata Mineira, diferentemente da Comarca de Ouro Preto, que avançava em direção ao centro do estado. É importante, então, que deixemos claro este raciocínio. A região de Mariana estava fortemente ligada à Comarca de Ouro Preto pela sua proximidade e pela importância de ambas para a Província, mas também como a via de comunicação com o centro do estado. A ligação com o exterior da Província e com as áreas de expansão a Leste ocorria dentro de sua própria comarca.

Mariana, por sua vez, aparece descrita como um núcleo urbano mais organizado devido ao planejamento que atingiu pelo menos o centro do povoamento. O status de cidade foi alcançado no ano de 1745, quando foi fundada a diocese. A centralidade religiosa de Mariana foi tamanha que, até meados do século XIX, o bispado era o único que exercia poder por quase toda a província, além de áreas das províncias vizinhas.¹⁷ O campo de ação do Bispado se tornaria frouxo à medida que de Mariana ficava cada vez mais distante. Quais eram estes arredores dentro da própria comarca? É importante esta informação a título de demarcação de nosso próprio objeto de pesquisa.

Começamos inicialmente pelos outros municípios da Comarca. Ponte Nova (distante nove léguas de Mariana), Santa Bárbara e Itabira, eram relativamente próximos e acessíveis. Às suas respectivas freguesias, o acesso à sede do Bispado não era difícil, nem deveriam ser as ações administrativas do bispo. Representativo disso são as Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade.¹⁸ As primeiras visitas pastorais ocorreram logo no início do bispado, o bispo tendo tomado conhecimento dos termos mais distantes. Serro Frio e Rio das Velhas foram os primeiros termos a serem visitados e tiveram suas demandas, deficiências e

17 O surgimento de outra Diocese só ocorre na década de 1840 com a chegada em Diamantina. No entanto, da mesma forma como ocorreu em Mariana, alguns anos separaram a fundação da presença de um bispo na cidade dos diamantes. Para além disso, as áreas de fronteira entre as províncias eram problemáticas. Além do velho Bispado de Mariana, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco tinham poder sobre algumas freguesias dentro de Minas Gerais. Com a criação da prelazia em Diamantina, parte destas províncias foram transferidas para a nova administração. De qualquer forma, acreditamos que Mariana tenha representado a maior potência administrativa religiosa mesmo fora do recorte de 1874 devido a seu maior tempo de fundação e localização central. HALFELD, Heinrich Wilhelm Ferdinand e TSCHUDI, Johann Jakob Vom. *Op. Cit.*, p. 135 e 136. Talvez devido à criação tardia, a diocese de Diamantina não foi contemplada com estudos acadêmicos. Seus arquivos aguardam para serem pesquisados. Com relação aos arquivos de Diamantina e uma reflexão geral sobre os arquivos dos bispados do Brasil no século XIX ver: SANTOS, Cristian José Oliveira. Elementos de Conservação dos Arquivos das Primeiras Prelazias e Dioceses Brasileiras: Diagnóstico. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação*. Vol.1, número 4, 2007, p.177 e 178.

18 TRINDADE, José da Santíssima. *Op. Cit.*

virtudes mapeadas com afinco. Somente na terceira visita, o bispo busca um itinerário que percorre o Termo de Mariana. Curiosamente, as demandas, o estado das edificações e do corpo clerical da cidade onde se encontrava a própria Sé não foram mapeados por motivos óbvios.¹⁹

A comparação entre as Visitas Pastorais feitas pelo Bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade (documentadas entre 1821 e 1825) e as detalhadas observações de H. Halfeld são pertinentes para o entendimento da acessibilidade ao Município de Mariana. Inicialmente o que se observa é a distância de algumas localidades como Abre Campo e Pedra do Anta. É difícil imaginar as pessoas percorrendo as distâncias superiores a 20 léguas em meio à região montanhosa para chegar até a Sé. Outras localidades, no entanto, encontram-se a uma distância possível de ser vencida para o acesso à sede da administração do bispado. Estas cidades podem ser consideradas área complementar do mesmo no sentido de se tornarem fornecedoras de homens para o seminário, além de localidades para onde os ordenados voltassem quando da finalização dos estudos. A Tabela 1 foi produzida levando em consideração as *Visitas Pastorais* e os dados presentes em *A Província Mineira de Minas Gerais*.

19 A localidade tinha um status de conhecimento obtido na vivência do dia a dia. Para que descrever Mariana, se ela estava tão próxima e acessível aos olhos do Bispo? Não havia necessidade prática.

Tabela 1 - Relação de Habitantes por Freguesia sobre as Visitações de Dom Frei José da Santíssima Trindade e o Levantamento Feito por H. Halfeld			
Freguesia	Distância de Mariana (em léguas)	Habitantes Dom Frei José 1821-5	Habitantes Halfeld Déc. 1850-60
Sumidouro	2	3473	2000
Cachoeira do Brumado	5	-	5800
São Caetano	3	2381	-
São Sebastião	1,5	835	1000
Inficionado	4	3445	2000
Camargos	2	803	1100
Paulo Moreira	9 ²⁰	667 ²¹	4000
Saúde	2	1000	3000
Furquim	5	6370	3000
Barra Longa	7	6808	6000
Ponte Nova	9	3 ou 4 mil	3800
Pedra do Anta	-	-	6500
Abre Campo	20	-	2000

Tabela 1: Dados extraídos das Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade e do levantamento da província nas décadas de 1850-60 feito por H. Halfeld. A distância de Pedra do Anta não aparece em nenhuma das fontes. Demos preferência para as distâncias aferidas no levantamento publicado em 1855, a não ser no caso da localidade de Paulo Moreira, que só aparece nas Visitas. De todo modo, a tendência é que os documentos declarem distâncias parecidas. Ver: TRINDADE, José da Santíssima. Op. Cit. HALFELD, Heinrich Eilhelm Ferdinand e TSCHUDI, Johann Jakob vom. Op. Cit., p. 142 e 143.

Dois pontos são interessantes ao observarmos a Tabela 1. O primeiro deles é a amplitude da jurisdição eclesiástica de Mariana, até localidades com distâncias superiores a 20 léguas²² faziam parte de sua área administrativa. Se desdobrarmos isso para as localidades

²⁰ Informação presente apenas nas Visitações pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade. TRINDADE, Op. Cit., 1998.

²¹ Segundo Roberto Martins, Johann Tschudi erra ao listar Ponte Nova como freguesia. Ela foi elevada a município em 11/07/1857. No entanto, ainda podemos considerar que ela tenha permanecido sob a influência do Bispado de Mariana por muito tempo. Cf.: Martins, Roberto Borges. “Nota de Rodapé 99”. In: HALFELD, Heinrich Wilhelm Ferdinand e TSCHUDI, Johann Jakob vom. Op. Cit., p. 143.

²² Muito provavelmente as distâncias não tinham a precisão de hoje devido ao uso de aparelhos como os GPS (*Global Posicionament System*). Ainda assim, são representativas do nível de dificuldade para chegar aos locais. O relevo mineiro sempre foi dificultoso no que diz respeito aos deslocamentos humanos. São muitas as serras, com uma variabilidade de altitudes sem par em nenhum outro local do país. Se pensarmos na região mineradora e Zona da Mata, de colonização mais recente, vemos a agressividade dos montes, dos mares de morro, se impondo aos homens que por lá passavam, ou que lá viviam. É assim, em certa medida, até os dias atuais. O relevo, a hidrografia e a geologia de Minas Gerais foram objeto de diversos estudos desde muito cedo. A importância econômica do conhecimento se destaca. Hoje regiões como o Vale do Aço só tiveram seu desenvolvimento ocorrido devido aos alicerces muito bem fundamentados nos estudos relacionados ao

que não faziam parte da mesma comarca, mas que tinham a mesma distância de Mariana, podemos considerá-las relativamente próximas da área de influência imediata do bispado, inseridos em sua jurisdição do forma mais. No entanto, não podemos traçar um perímetro de 20 léguas ao redor de Mariana e chamá-lo de círculo de alta influência. Outras características são condicionantes deste aspecto, mas a hipótese da acessibilidade nos permite afirmar a prerrogativa de grande área de influência direta exercida pela Sé.

A segunda característica é a concentração das localidades em uma área próxima da Sé. As localidades da mesma comarca estavam, em sua maioria, num raio, calculado à época, de aproximadamente cinco léguas. Ao todo, só nesse pequeno raio de distância, havia oito freguesias (Tabela 1). Estas localidades, nas contas das Visitas Pastorais, acumulariam, numa estimativa arriscada utilizando os dados do livro de H. Halfeld,²³ mais de 50% da população. Tal dado é pertinente se pensarmos no adensamento populacional gerado pela extração aurífera na região. Mesmo com o auge ocorrido em período anterior, foi significativo para que a estrutura urbana fosse consolidada e uma considerável população permanecesse nas localidades circundantes.

As informações apresentadas até aqui apontam para fatores que ressaltam a importância de Mariana como centro administrativo religioso e de formação de novos quadros para o sacerdócio. O que chama a atenção é a permanência da região mineradora do ponto de vista da importância religiosa e administrativa da Província de Minas Gerais. Outras áreas passam a crescer vigorosamente devido ao desenvolvimento de atividades agrícolas. A mineração perde espaço na economia mineira, que muda de foco para as atividades de subsistência sobre a matriz agrária que já havia se desenvolvido anteriormente.

Os tentáculos administrativos exerciam seu poder a partir da região de duas formas possíveis. A primeira delas: a político-administrativa, que emanava de Ouro Preto, e se fazia presente por toda a Província. Por meio dela, cargos eram escolhidos, líderes regionais se

potencial extrativista da região. Para mais observações com relação aos dados geográficos ver: MURTA, Roberto Luciano Leste. O Primeiro Mapa Geológico de Minas Gerais: Octavio Barbosa e Djalma Guimarães, 1934. *Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Ouro Preto, 13 de Novembro de 2009.

23 Os dados populacionais foram extraídos do livro de Halfeld e Tschudi e são apenas estimativas que julgamos problemáticas pela ausência de contagens mais detalhadas na época. Apenas a título de hipótese, para termos uma ideia vaga da quantidade de habitantes, consideramos que a população não teve grandes modificações. De qualquer forma, permanece o incômodo das fontes não serem confiáveis. Ainda assim, acreditamos ter sobre estes números a perspectiva, da época sobre a quantidade dos habitantes das localidades em questão. Os trabalhos mais relevantes foram produzidos por meio da análise das Listas Nominativas de 1831-2. Dedicaremos comentários referentes a esta documentação mais à frente, além de um capítulo específico sobre este recenseamento, que em Mariana ocorreu no ano de 1831.

erguiam e eram derrubados, regiões distantes cresciam e ganhavam importância aos olhos dos administradores.²⁴ E a segunda forma: o poder religioso, que emanava de Mariana e espalhava seus tentáculos por parte da província. Sofria concorrência de bispados de outras unidades administrativas, mas ainda assim reinou como único núcleo dirigente religioso sediado no estado até meados do século XIX, perdendo este status apenas com a fundação do Bispado de Diamantina. Ainda que o desenvolvimento econômico de outras áreas tenha dissolvido a importância econômica das antigas áreas mineradoras, elas permaneceram como importantes centros das administrações políticas e religiosas da província.

Três Luzes sobre a História do Sacerdócio Mineiro no Século XIX

As abordagens relativas aos sacerdotes privilegiam documentos vinculados diretamente com a ocupação clerical. Este caminho óbvio rendeu quantidade considerável de trabalhos esclarecedores de questões relacionadas a esta atividade e aqueles que a realizavam. Representativo disso é o trabalho de Luiz Carlos Villalta. Por meio da análise dos processos de *De Genere et Moribus*,²⁵ ele estuda o perfil dos que ingressavam no *Seminário Nossa Senhora da Boa Morte*.²⁶ Outros trabalhos, como o já mencionado e Raymundo Trindade, utilizam de documentação institucional para a produção de análises referentes ao corpo sacerdotal em Minas Gerais. São títulos significativos e obrigatórios para quem estuda a história da Igreja e da religiosidade na Terra das Alterosas. Tanto o *Archidiocese de Mariana*²⁷, quanto *Breve Notícia do Seminários de Mariana*²⁸, abordam a história por meio de uma documentação oficial produzida pela própria Igreja.²⁹ Ao tentar traçar o perfil dos

24 Com relação a este “balé administrativo”, é interessante notar a distância existente entre o Poder Imperial e o desempenhado nas províncias. Eram como ilhas com relação à administração da Coroa. Cf.: SODRÉ, Elaine Leonara de Vargas. Brasil Imperial: O Poder de Estado Exercido Através da Administração judiciária. *Anais do X Encontro Estadual de História*. Santa Mariana, Julho de 2010.

25 Da origem a morte.

26 O artigo do autor analisa a prática do recrutamento e seleção de noviços. Ele afirma que questões defendidas pelo Concílio de Trento, ligadas a práticas moralmente corretas dos sacerdotes, eram postas de lado em função do que ele chama de “moralidade coletiva” nas Minas Gerais. Cf.: VILLALTA, Luiz Carlos. A Igreja, a sociedade e o clero. In: LAGE, Maria Efigênia de Resende e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *História de Minas Gerias – As Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.

27 TRINDADE, Raymundo. *Archidiocese de Mariana: Subsídios para a sua historia*. 3 volumes. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1928.

28 TRINDADE, Raymundo. *Breve notícia dos Seminários de Mariana*. Mariana: Arquidiocese de Mariana, 1951.

29 As questões documentais estão intrinsecamente ligadas a abordagens teóricas. No momento da produção do

religiosos e o trajeto do catolicismo, o religioso dá ênfase aos dirigentes e aos clérigos mais influentes. Fica de lado, obviamente, uma multidão, que é apresentada, na maioria das vezes, como uma massa de fiéis sem qualquer identidade.

A alternativa documental foi a utilização de duas fontes já trabalhadas por outros pesquisadores, no entanto voltamos nossa atenção exclusivamente para os clérigos. Inventários e testamentos formaram nossa base documental. Estas fontes abrem as portas dos domicílios das pessoas. Importantes informações relativas à posse de determinados bens (como livros), organização familiar e desenvolvimento de determinadas atividades econômicas são de acesso possível ao nos voltarmos para estes vestígios do passado. O que resta é, por meio de uma metodologia atenta e consciente das limitações da pesquisa, interpretá-las.

No **Capítulo I** debruçamos sobre os inventários. Ao todo são analisados 21 inventários de sacerdotes próximos à Sé. O acesso que eles permitem aos bens das pessoas é um campo fértil para análises de diversas perspectivas. Especificamente no que se refere à presente pesquisa, a atenção foi voltada para a posse de livros. Luiz Carlos Villalta já havia feito o mesmo com relação a outro período em sua tese de doutorado, e em outros textos. As contribuições do autor para a história do livro são inestimáveis neste sentido por mostrar padrões de posse, permanência de alguns temas durante o tempo e uma hierarquização dos donos de bibliotecas.³⁰ No caso deste trabalho, estamos interessados em entender quais eram as temáticas frequentes e de que forma tendências à posse de livros nas mãos dos padres significaram a indicação de um perfil determinado de religioso.

Os inventários utilizados dos 21 padres estão espalhados pelo recorte proposto nesta pesquisa, permitindo uma visão fragmentada de diversos períodos, apontando tendências. Estas tendências se solidificaram durante os governos de Dom Frei José da Santíssima Trindade e Dom Antônio Ferreira Viçoso. Os livros são o que podemos chamar de caráter ideológico de nosso estudo, mas existem outras formas de estudar o comportamento dos

Cônego, a corrente vigente de pensamento histórico no Brasil prezava pela documentação oficial. Falar de História da Igreja, neste contexto, é praticamente exclusividade da sua documentação oficial.

30 Luiz Carlos Villalta escreveu grande número de textos trabalhando o tema da posse de livros. Sua tese de doutorado trabalha com a posse de livros e a diferenciação entre os perfis de bibliotecas. O autor identifica o que chama de elite da elite. Enquanto as demais bibliotecas atendiam a necessidades profissionais, este grupo transcendia e acabava por acumular outros títulos que iam além de suas necessidades ocupacionais. Cf.: VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1999. Tese (Doutorado em História)

atores sociais. Aí é que entra a Lista Nominativa produzida no ano de 1831 em Mariana.³¹ O **Capítulo II** desta dissertação mostra especificamente sacerdotes e seus domicílios na comunidade marianense. Obviamente por se tratar de um documento censitário, obtemos um instantâneo do ano de 1831. Mesmo assim, consideramos sua análise um excelente instrumento de reconhecimento da configuração dos domicílios em que os sacerdotes residiam, principalmente na comparação com as residências dos leigos. Entender a maneira como era esta dinâmica e a compreensão da especialização do lar sacerdotal ajuda a traçar outras características do perfil dos clérigos junto à sociedade de seu tempo.

Finalmente, retornaremos aos inventários em busca de outra questão: a prática de atividades laicas. Até que ponto o envolvimento em outras empreitadas, além do sacerdócio, alterava o perfil do sacerdote na qualidade de pastor da igreja católica? No **Capítulo III**, ocupar-nos-emos em traçar a outra faceta do perfil dos clérigos. Infelizmente, pela parca quantidade de inventários em comparação com o total de sacerdotes, esta questão é respondida apenas em parte. Ainda assim, buscaremos pensar sua representatividade em função do corpo clerical total, e como não ser exclusivamente um sacerdote afetava a própria vida clerical. Essas são as questões que tentamos responder nesta terceira parte.

O clero é composto por pessoas inseridas na sociedade. As especificidades do *status* sacerdotal são condicionantes para a inserção dos clérigos na localidade coeva, bem como em dialéticas de um universo maior do que trata, por exemplo, as questões relacionadas com a igreja romana, que entram no sistema como mecanismos de que dispõem, tanto os dirigentes, quanto o clero menos gabaritado na hierarquia local da Igreja Católica. Os três aspectos, as três imagens, as três luzes a que nos propomos lançar, servem de elucidação do objeto. Nunca a imagem total será vislumbrada, mas acreditamos que as perspectivas adotadas aqui constroem uma imagem mais definida de nosso objeto.

31 *Lista Nominativa*, Mariana, 1/12/1831 disponível em <http://poplin.cedeplar.ufmg.br> (Consultado no dia 16 de Dezembro de 2010).

CAPÍTULO I

MINISTÉRIO SACERDOTAL E POSSE DE LIVROS EM MARIANA (1820 A 1875)

Livros e Inventários: Discussão Preliminar

Segundo o Padre Raphael Bluteau livros são “*obras impressas, ou manuscritas do autor, que quis dar parte ao público e à posteridade das Artes, ou Ciências a que se aplicou, ou dar notícias que adquiriu, do que inventou, ou experimentou*”³². Antônio Moraes e Silva, por sua vez, afirma que livros são uma “*coleção de cadernos escritos de letra de mão, ou impressa com tipos, cozidos, ou soltos, em folha.*”³³ Luiz Maria da Silva Pinto observa que livro é “*volume de cadernos de papel impresso, ou manuscritos.*”³⁴ Os dois últimos autores ressaltaram a ideia de materialidade, importante para possibilitar a circulação de conceitos, opiniões e pesquisas na época em que seus os dicionários foram produzidos.

Com relação à Capitania e depois Província de Minas Gerais, entre 1714 e 1874, Luiz Carlos Villalta e Christianni Cardoso Moraes constataram um perfil de dono de biblioteca elitizado, constituído predominantemente por “*pessoas livres, brancas, do sexo masculino, com destaque para os padres e, com exceção de Diamantina, para os proprietários de bens de raiz e detentores de patentes militares*”³⁵. Tais aspectos são pertinentes para esta dissertação, pois indicam que a posse estava ligada, de forma geral, a uma elite intelectual cujos membros mais destacados eram sacerdotes. Desta forma, os padres residentes próximos à sede do bispado, que são os personagens de nosso estudo, são um grupo privilegiado para entender a dinâmica da posse de livros nas Minas Gerais.

32 BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...Volume 5*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728, p. 164. (Verbetes “Livro”)

33 SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 232.

34 PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832. (Verbetes “livro”)

35 VILLALTA, Luiz Carlos & MORAIS, Christianni Cardoso Moraes. *Posse de Livros e Bibliotecas Privadas em Minas Gerais (1714-1874)*. Belo Horizonte: S. L., 2010. Mimeo, p. 2.

Luiz Carlos Villalta aponta que seus integrantes se destacavam na condição de donos de bibliotecas pessoais. Apesar disso, desde a Europa até os rincões do interior do Brasil colonial, na região das Minas, tais religiosos estavam inseridos numa pretensa ortodoxia católica que buscava controlar o ideário e os comportamentos dos fiéis e, mais enfaticamente, do clero.³⁶

Escolhemos os inventários *post-mortem*³⁷ como fontes de pesquisa, pois eles permitem conhecer os livros que alguns clérigos possuíram. Utilizamos uma amostra do acervo da Casa Setecentista de Mariana, optando por aqueles de sacerdotes falecidos entre os anos dos governos de Frei José da Santíssima Trindade e Dom Antônio Ferreira Viçoso (1819-1875). Privilegiamos ainda aqueles que residiram em Mariana, por se tratar da sede do bispado, supondo que era representativa da fiscalização dos preladados, totalizando 21 inventários. Desse número, não excluimos os que não possuíam livros por achar válida a análise no sentido de perceber o porquê da ausência de material escrito àqueles que exerciam o ministério sacerdotal, ocupação intimamente ligada à cultura escrita.

As maiores dificuldades encontradas na análise das fontes resultam do relapso de escrivães em proceder à descrição detalhada dos objetos. A maioria dos livros descritos nos inventários do século XIX aparece apenas com título resumido. Neste sentido, torna-se um desafio procurar saber quais eram as obras, pois obviamente nem todas podem ser identificadas. De forma semelhante, encontramos poucos títulos com autoria. Apenas 10,62% (ou 27 de 254 livros) aparecem com indicação de autoria. O agraciado com o maior número de citações é Francisco Larraga. Quatro situações (1,6% do total) apenas são casos em que o autor aparece com seu *Promptuário de Teologia Moral*³⁸. Para as demais obras, a procura foi feita por meio de busca do título do livro em catálogos de bibliotecas e arquivos.

A procura pelo título se mostrou problemática. Aparecem livros com a descrição tão deficiente que é praticamente impossível identifica-los. Nesses casos, optou-se pela quantidade. São dessa classe 113 livros, ou 44,5%, do total de livros. O peso maior recaiu

36 Cf.: VILLALTA, Luiz Carlos. Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII. *Revista Acervo*, vol. 8, n. 1/2, 1996.

37 Inventário *Post-mortem* na definição de Raphael Bluteau são os registros em que são listados os imóveis, mobília, papéis e demais bens do defunto para que se proceda na partilha (divisão de bens entre os herdeiros) dos mesmos. Cf.: BLUTEAU, volume 4, p. 182.

38 LARRAGA, Francisco. *Promptuário de Teologia Moral*. Trad. Francisco Santos Grosin. Lisboa: Imprensa Regia, 1817. Como não foi possível localizar a data da edição dos livros arrolados, optamos por utilizar as que encontramos em período mais próximo da data do inventário.

para um único inventário que sustenta a descrição de “77 livros”³⁹, entretanto sem identificação deles. Tal documento detém mais de 68% dos livros não classificáveis da amostra. A preferência para avaliação atendia, muitas vezes, ao valor atribuído aos bens pelo avaliador, desta forma, os mesmos 77 livros foram avaliados em míseros R\$ 3.000 (três mil réis).

Manuel José Pedraza Gracia constatou que as pessoas que tinham seus bens listados pertenciam elite. Essa parcela constitui uma das razões para pesquisadores desqualificarem o documento por se tratar de fonte excessivamente , trazendo à tona apenas os bens daqueles que acumularam.⁴⁰ Roger Chartier teve o mesmo problema com a documentação utilizada em seu *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*.⁴¹ Ele observou uma proporção reduzida de falecidos que tiveram os bens inventariados.⁴²

Representativo é a existência de padres que não tiveram livros declarados em seus inventários. A princípio, tal fato causa estranheza, no entanto, ao voltarmos a atenção para os inventários de confrarias, ordens terceiras,⁴³ fabrica paroquial e fábrica diocesana, vemos a possibilidade do sacerdote fazer uso de tais acervos sem necessariamente necessitar adquiri-los. Observa-se nos *Inventários de Alfaias* das confrarias a presença de livros como missais e livros de cantochão, dentre outros. Estas pequenas bibliotecas deveriam sanar a ausência de impressos demonstrada em quatro dos inventários de sacerdotes de nossa mostra.⁴⁴ Existia ainda o volumes presentes na Sé. Nele, são descritos sem muitos detalhes vários livros,

39 *Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM)*, Inventário do Vigário Joaquim Basilio do Monte, primeiro officio, caixa 131, auto 2743, ano de 1874. Daqui pra frente, as citações de inventários específicos serão abreviadas da seguinte forma: ACSM (1,131,2743,1874).

40 Cf.: GRACIA, Manuel José Pedraza. Lector, lecturas, bibliotecas: el inventário como fuente para su investigación histórica. *Revista Anales de Documentación*, n.2, 1999, p. 137.

41 CHARTIER, Roger. *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 174.

42 São raras as comparações e impossível saber, em alguns casos, a porcentagem aproximada dos falecidos que tinham seus bens inventariados. Robert Slenes faz um levantamento dos dados e o cruzamento entre as Listas Nominativas de 1872 a 1888 e chega ao número aproximado de 7% da população. Não há estudos, pelo menos não temos conhecimento, que procedam no mesmo sentido para Minas Gerais do século XIX. Ver: SLENES, Robert. *Escravidão e Família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava*: Campinas, século XIX. Extraído de: [<http://www.abep.nepo.unicamp.br>] no dia 20 de Novembro de 2010.

43 Sobre acervos de confrarias com presença de livros confira: LANGE, Francisco Curt. *História da Música nas irmandades de Vila Rica*. Vol. I. Freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto. Primeira Parte. Belo Horizonte: Publicação do Arquivo Público Mineiro, 1979. Ainda encontramos outras fontes excelentes para traçar um panorama geral como: Inventário Analítico do Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Ouro Preto: Casa dos Contos, 2000.

44 AEAM. *Auto de Inventário dos bens, trastes e alfaias pertencentes a esta Sé Catedral*. Anos de 1825, 1834, [s. d.], 1840, 1843, 1870.

geralmente relacionados ao cerimonial da missa e da Semana Santa. A listagem varia pouco com o passar dos anos, repetindo-se via de regra os mesmos títulos. Dentre os impressos, encontramos em todas as listagens *Manual de Coral, Breviários*,⁴⁵ *Missais*⁴⁶ e um *Livro de Epístolas e Evangelhos*. Obviamente o objetivo deste acervo era possibilitar a hierarquia eclesiástica realizar as missas e ofícios, com autonomia quanto ao material próprio.

Diversos estudiosos trataram o recorte de 1820 a 1875, que engloba as administrações episcopais de Dom José da Santíssima Trindade (1819 a 1835) e Dom Antônio Ferreira Viçoso (1844 a 1875). Tanto os pesquisadores do início do século XX, quanto historiadores acadêmicos, se aventuraram em entender as duas administrações e suas especificidades temporais. Além disso, os próprios prelados deixaram documentação que permitiram entender parte da dinâmica de seus episcopados.

No Tempo de Dom Frei José da Santíssima Trindade: A Restauração do Seminário e as Visitas Pastorais

Em a *Archidiocese de Mariana*⁴⁷. Raymundo Trindade⁴⁸ compila, em três volumes, centenas de documentos considerados pertinentes para a trajetória administrativa da Arquidiocese, além de comentá-los no intuito de demonstrar como a Igreja Católica, seus fiéis, e principalmente o clero, são entendidos na relação entre sua época e a instituição à qual pertenciam.

Do ponto de vista da metodologia, sua preocupação se fixa na seleção de documentos

45 Os breviários constituíam um gênero de “livros que contém as orações que os Sacerdotes dizem por obrigação quotidiana.” Ver: SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 301. Verbete “Breviário”.

46 Os missais tinham uma função parecida a dos breviários, auxiliando diretamente na realização na missa, funcionando como manuais da cerimônia. Raphael Bluteau define missal como sendo: “Livro que altar serve para se dizer a missa” atestando assim a função mais ligada às celebrações em si e não nas orações em geral. Cf.: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Volume 5. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728, p. 511.

47 TRINDADE, Raymundo. *Archidiocese de Mariana: Subsídios para a sua historia*. 3 volumes. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1928.

48 O Cônego Raymundo Trindade foi diretor do AEAM. Tem uma extensa obra sobre a Igreja Católica e os templos nesta microrregião, cf. tb: TRINDADE, Raymundo. 1951.

relativos às capelas, igrejas matrizes, irmandades e ordens terceiras, devoções e, sobre tudo, às administrações dos diversos bispos. Ele concebe a história a partir da documentação emitida e recebida pelo bispado. A documentação produzida tanto por eles, como aquelas que lhes endereçadas, são as fontes utilizadas. De qualquer forma, o volume de documentos acaba por abarcar também grande quantidade de outros documentos relativos à vida clerical em geral, às práticas religiosas dos fiéis, bem como as discussões políticas consideradas relevantes na construção da narrativa.

A sede do bispado permaneceu vacante entre 1817 e 1819, quando assume Dom Frei José da Santíssima Trindade, que encontra o Seminário em estado precário, instituição que mal havia funcionado nas duas primeiras décadas do século XIX. O Bispo foi o responsável pela sua reabertura, tornando seu governo importante do ponto de vista formação de um clero regional. Segundo o Raymundo Trindade, tão logo assumiu, o bispo passou a reorganizar a instituição, privilegiando de imediato a reabertura do seminário de Nossa *Senhora da Boa Morte*. Após campanha para angariar fundos, o empreendedor Dom José reabriu o Seminário, com a reitoria do Padre João Antônio de Oliveira, no dia 23 de Janeiro de 1821.⁴⁹

Outros procedimentos importantes foram as inúmeras visitas pastorais feitas pessoalmente por Dom Frei José da Santíssima Trindade, que demonstram nele um prelado preocupado com os fiéis, ocorridas entre 1821 e 1825. O Bispo percorreu grande parte da província para conhecer de perto sua jurisdição e propagar a fé, os preceitos e a doutrina cristã.⁵⁰ Em sua quarta visita, desde localidades mais distantes como Baependi⁵¹, até as mais próximas como a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Camargos – a duas léguas de distância da Sé – cada igreja paroquial e capelas filiais foram de fato visitadas.

Diversas localidades visitadas foram descritas minuciosamente, como a Freguesia de Santo Antônio da Itaverava, que teve a descrição de seu provimento e de duas de suas capelas – Divino Espírito Santo do Lamim e Nossa Senhora da Piedade da Espera – com o provimento de cada uma, além de outros documentos como uma “Notícia” referente à resolução de pendências entre um pároco local e os paroquianos. No transcorrer das cinco visitas, o bispo atendeu a mais de 60 localidades. Estas foram minuciosas como a que

49 TRINDADE, Raymundo. *Breve notícia dos Seminários de Mariana*. 1951, p. 42.

50 TRINDADE, José da Santíssima. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

51 *Ibidem*, p. 192.

segue abaixo referente a Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Cachoeira do Campo.

Tem esta freguesia 3 capelas curadas, que todas juntas não fazem uma, a saber: a de São Gonçalo do Monte, a de Santo Antônio e a de São Gonçalo do Tijuco, e a única que tem exercício com 500 almas, e o seu capelão o padre Manoel Pereira acode a estas e as mais junco com o padre Francisco Gomes de Moura.

A igreja matriz é fabricada toda de pedra, com bom adro e bom local. Tem 5 altares, todos ornados e paramentados com muita decência, e da mesma sorte se acharam os ornamentos na sacristia e vasos sagrados.

Nesta freguesia fechou-se a visitação do ano de 1822, aos 28 de outubro.⁵²

Diogo de Vasconcelos⁵³ analisa a administração de Dom Frei José da Santíssima Trindade, em *História do Bispado de Mariana*,⁵⁴ com as limitações da visão histórica do seu tempo. Raramente cita fontes, descrevendo os acontecimentos de forma a atender a uma linha cronológica. O autor tece comentários relevantes a respeito desta prelazia: Dom Frei José da Santíssima Trindade é de um homem industrioso que buscou sanar as necessidades regionais com relação à formação do clero. Além de comentários semelhantes aos já feitos por Raymundo Trindade, Diogo de Vasconcelos traz os problemas enfrentados pelo prelado durante a Independência do Brasil (1822), os períodos do Primeiro Reinado (1822-31) e Regencial (1831-40)⁵⁵. O cabido marianense queria perseguir contra os clérigos portugueses, tal atitude provinha de desavenças declaradas entre os naturais de Portugal e aqueles que se consideravam brasileiros. O prelado sempre procurou contornar os conflitos por meio de negociação permeada de espírito cristão.⁵⁶

52 A descrição segue com uma avaliação do padre responsável e a informação de que uma advertência foi feita com relação à indumentária. *Ibidem*, p. 147.

53 Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcelos (nasceu em 1843 e morreu em 1927) foi um importante estudioso da história de Minas Gerais e dentre seus trabalhos incluem-se: VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1974. VASCONCELOS, Diogo. *História antiga das Minas Gerais*, 4a. ed.. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974. Ele foi proeminente político tanto em Ouro Preto, quanto na nova capital da província, e mostrou durante sua vida tratar-se de pessoa religiosa, preocupada com a Igreja Católica. Para um panorama geral sobre o escritor ver: MACHADO, Rodrigo. O lugar de Diogo de Vasconcelos entre os primeiros movimentos de construção da memória histórica de Minas Gerais. In: *história e-história*. Extraído de: [\[http://www.historiaehistoria.com.br\]](http://www.historiaehistoria.com.br) no dia 16 de Novembro de 2010. Ainda com relação à defesa dos preceitos católicos de Diogo de Vasconcelos, Raymundo Trindade afirma ser o pesquisador “católico da melhor têmpera”. TRINDADE, Raymundo. *Archidiocese de Mariana: Subsídios para a sua história*. Volume I., 1928, p. 360.

54 VASCONCELOS, Diogo. *História do Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Edições Apolo, 1935.

55 Lembrando que Dom Frei José da Santíssima Trindade morre em 1835.

56 VASCONCELOS, Diogo. *Op. Cit.*, p. 87.

Administração do Bispado e os Cargos Eclesiásticos

Segundo Raymundo Trindade, o clero envolvido na administração do Bispado de Mariana formava uma espécie de “corte”. Esta elite tornava possível a administração da Sé, mesmo na ausência do prelado. No “*Alvará Régio de criação da Cathedral e das dignidades e Conegos do Cabido de Mariana*”, é possível entender um pouco do funcionamento da considerável estrutura que amparava o prelado. Os cargos eram os seguintes: Arcediago, Arcipreste, Chantre e Tesoureiro-mor, dez cônegos, doze capelães, um Mestre de Cerimônias, quatro Moços do Coro, um Sacristão, um Mestre Capela, um Organista e um Porteiro, totalizando trinta e cinco pessoas integradas à administração.⁵⁷

Arcediago era o que poderíamos considerar um imediato do Bispo. Raphael Bluteau o define ainda como o responsável pela administração do tesouro da Sé Catedral. Cabia ao Arcipreste a organização dos presbíteros nas funções das missas, a confecção das escalas para as celebrações litúrgicas e demais rituais da Sé. O Chantre, por sua vez, tinha como função gerir o coro, as participações do órgão e o ritual das celebrações de maneira mais imediata. Com função um pouco mais clara das anteriores, ao Tesoureiro-mor era delegada a competência administrativa da Sé. A ele cabia lançar os gastos e outros registros administrativos. Os sacerdotes que desempenhassem estas atividades recebiam a titulação honorífica de “cônego”.⁵⁸

Logo abaixo destes cargos, obviamente que apenas os quatro mencionados não eram capazes de sustentar a burocracia da Sé, havia os cônegos auxiliares na administração nas cerimônias religiosas desenvolvidas na sede. Esta hierarquia estabelecida gerava disputas internas, principalmente nos casos em que havia coincidência de algumas funções. Consequência disso, foi a repetida desorganização das funções do Bispado durante os períodos de sede vacante. A batalha pelo controle administrativo tornava os períodos acéfalos em momentos críticos.⁵⁹

57 TRINDADE, Raymundo. *Archidiocese de Mariana: Subsídios para a sua historia*. Volume II. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1928, p. 592 a 594.

58 BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 Volumes
Ver verbetes: Arcediago, Arcipreste, Chantre.

59 Um exemplo desta confusão foi a sessão do cabido (conjunto de todos os cônegos de uma Sé Catedral) logo após a morte de Dom Frei José da Santíssima Trindade que elegeu o Vigário Capitular, ou seja, aquele responsável pela administração do Bispado na falta do bispo. Começou-se a travar, no cabido, discussões referentes às prerrogativas do substituto temporário. Não se sabia, por exemplo, se era possível a execução de

Os anos que antecederam à sagração de Dom Antônio Ferreira Viçoso, desde a morte de seu antecessor, foram prejudicialmente longos e sobre poucos documentos foram levantados tanto por Raymundo Trindade, quanto por Diogo de Vasconcelos. No entanto, ambos mencionam a situação como Dom Viçoso encontrou a administração do Bispado. Neste tempo, dois religiosos foram nomeados, sem assumir, o primeiro nomeado foi o “Padre Diogo Antônio Feijó, clérigo de notável carreira política, tendo inclusive exercido a regência do Império em 1837.”⁶⁰ O segundo, Padre Carlos Pereira de Moura que, para a infelicidade da administração do Bispado, faleceu a caminho do Rio de Janeiro, onde seria a sagração.⁶¹

A preocupação com a formação do clero e a busca por conhecer mais a fundo o próprio Bispado foram comuns no movimento que Riolando Azzi chama de “bispos reformadores” que, por se preocuparem com as regras de conduta e normatização do culto vindas de Roma, foram denominados Romanizadores. O Bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade pode ser considerado o precursor do movimento na Sé de Mariana, pois voltou-se para a reforma do clero.⁶² A Diocese viveu conturbado período devido às mudanças políticas e administrativas. Desordens e descontentamentos aconteceram; o clero permaneceu sob os olhares atentos de Dom Frei José da Santíssima Trindade, que promoveu a criteriosa formação sacerdotal.

Dom Antônio Ferreira Viçoso: Políticas de Consolidação de um Clero Romanizado

Finalmente, um bispo eleito toma posse, Dom Antônio Ferreira Viçoso assumiu por meio de nomeação aceita e confirmada por Gregório XVI no dia 22 de janeiro de 1844. Acabou então o período de vacância com a posse de um dos prelados de Mariana mais lembrados até os dias atuais. Seguindo a linha do antecessor, imprimiu os princípios da Igreja Tridentina na Igreja oitocentista mineira⁶³, sendo, inclusive, um dos principais bispos

todas as atividades delegadas ao bispo, se elas poderiam ser desempenhadas pelo capitular. TRINDADE, Raymundo. volume II, 1928, p. 657.

60 Cf. tb.: SANTIAGO, Marcelo Moreira. Et Alli. *Igreja de Mariana*. 261 anos de história. 100 anos como Arquidiocese: 1906-2006. Mariana: Gráfica Dom Viçoso, 2007.

61 TRINDADE, Raymundo. Op. Cit., p. 375.

62 AZZI, Riolando. *Os bispos reformadores*. Brasília: Editora Rumos, 1992.

63 O Concílio de Trento, também conhecido como Concílio da Contrarreforma, pregava a submissão da Igreja local a Roma. Neste sentido, preocupações com a formação de um clero com um mínimo de cultura e

envolvidos na Questão Religiosa.⁶⁴ Este foi um momento em que a alta hierarquia eclesiástica abriu duas frentes de combate: “*em primeiro lugar, contra o próprio governo imperial, opondo ao seu regalismo uma atitude ultramontana de fidelidade irrestrita à Santa Sé; em segundo, contra os maçons e liberais, mantendo uma concepção conservadora, autoritária e antiliberal em matéria religiosa, também aqui fiel às diretrizes da Santa Sé, expressas no longo pontificado de Pio IX [pontífice de 1846 a 1878].*”⁶⁵

Os Ultramontanos,⁶⁶ grupo do qual Dom Viçoso foi o maior expoente, atacou a intervenção estatal nos assuntos da Igreja Católica.⁶⁷ No Brasil, por meio do padroado régio, a Igreja Católica submetia-se ao Estado, um sistema que garantiu vantagens mútuas durante muito tempo. Permitiu que Portugal aproveitasse da estrutura Igreja para fomentar a colonização e administração das novas terras, além do poder de veto sobre as determinações papais. A Igreja, por sua vez, garantiu pra si o monopólio da religião oficial em todos os domínios portugueses e o custeio de suas atividades por meio do repasse do dízimo que era cobrado pelo Estado.⁶⁸

O Império continuou aproveitando do Padroado, mesmo depois de declarada a Independência. O dízimo não era repassado integralmente, deixando em dificuldades clérigos e bispos que dependiam dos recursos do Estado. Além disso, o Estado continuou a aproveitar do direito de veto, intervindo dentro da Igreja. Foi aí que se levantam os Ultramontanos, preocupados com as intervenções, defendiam necessária a autonomia da Igreja Católica. Mais ainda, o poder estatal, na condição de instância inferior à Igreja, deveria se subjugar a ela, que era de origem divina.⁶⁹

formação espiritual sólida eram objetivos primeiros como forma de evitar a ocorrência de outros cismas. Cf.: AZZI, Riolando. *O Clero no Brasil: uma trajetória de crises e reformas*. Brasília: Editora Rumos, 1992, p. 111.

64 A questão religiosa constituiu em atritos entre os bispos de orientação ultramontana e o Estado. O desentendimento tinha como pano de fundo a relação conflituosa entre religiosos mais conservadores e a Maçonaria. Por vários motivos, a Igreja ia de encontro à Maçonaria. Merecem menção o envolvimento de maçons na política e a divulgação de ideias e conhecimentos considerados profanos. Ver: NASSIF, Douglas. Uma análise do Catolicismo Brasileiro no Segundo Império. *Revista Caminhando*, v. 3, n. 21, p. 61-78, jan-mai 2008.

65 AZZI, Riolando. *Os bispos reformadores*. Brasília: Editora Rumos, 1992, p. 49.

66 Etimologicamente significa além dos montes em referência à obediência às determinações papais acima de qualquer governo estatal.

67 Para uma melhor definição de ultramontanos e dos grupos que estes se opunham ver: NASSIF, Douglas. *Op. Cit.* Cf. tb.: CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *Dom Antônio Ferreira Viçoso e a Reforma do Clero em Minas Gerais no Século XIX*. Tese de doutorado, São Paulo, USP; (Vol. I e Vol. II) 1986.

68 KUHNEN, Alceu. *As origens da Igreja no Brasil: 1500 a 1552*. Baurú: Edusc, 2005, p. 101 e 102.

69 Ponto de atrito importante a ser mencionado entre os Bispos reformadores e a administração imperial era a

Dom Viçoso julgava que as duas esferas, a Igreja Católica e o Estado Imperial, deveriam se separar para que as funções dos sacerdotes fossem desempenhadas unicamente em função dos rituais religiosos. Durante o movimento nomeado por Raymundo Trindade de “bispos martyres”, a Questão Religiosa aconteceu por meio de cartas, artigos em jornais e outras formas de manifestação de apoio. Neste tempo, o prelado da Sé de Mariana se acercava dos 90 anos; Dom Viçoso era há quase três décadas Bispo na dita cidade.⁷⁰

Dom Viçoso adotou medidas para a romanização do clero de Mariana visto que a reforma deveria começar pela base. Regenerar o clero, educando o novo, instruído e bem formado, conforme sua primeira Pastoral⁷¹, clara nesse sentido, era uma espécie de oração aos anjos para que estes o ajudassem a sanar os problemas encontrados no Bispado. Um dos agravantes do período de sede vacante foi a “Revolução de 1842”. A “*triste revolução*”⁷², assim qualificada por Diogo de Vasconcelos, porque transformou o prédio do seminário – diga-se de passagem, já estava em estado de decadência – em quartel para as tropas. Sanadas as dificuldades iniciais, e voltando ao funcionamento minimamente aceitável, Dom Viçoso procurou refinar cada vez mais a formação dentro do Seminário Nossa Senhora da Boa Morte. A entrega de forma definitiva da instituição aos cuidados da Congregação da Missão⁷³ visava à manutenção de um grupo já acostumado a gerir instituições formadoras de clérigos.

Com relação ao clero já formado, o tratamento sempre foi, segundo as fontes, no sentido de tentar fazer com que seus integrantes entendessem a necessidade de conduta adequadas à dignidade do sacerdócio. Ainda que corrigisse abusos, acima de tudo estava

ideia de que a Igreja não poderia se curvar à vontade do Estado por causa de sua superioridade, tanto com relação ao poder político, quanto à sociedade em geral. A supremacia da vida espiritual em relação à vida material, sempre posta em segundo plano. Tal lógica de pensamento fazia com que governos estivessem abaixo do poder da instituição católica, a gestora do poder espiritual, e que por isso mesmo era a base para o desenvolvimento correto da sociedade. Cf.: MARTINS, Karla Denise. *O sol e a lua em tempo de eclipse: a reforma católica e as questões políticas na província do Grão-Pará (1863-1878)*. Campinas: 2001, Dissertação (Mestrado em História)p. 55 e 56.

70 TRINDADE, Raymundo. *Archidiocese de Mariana: Subsídios para a sua história*. Volume I, 1928, p. 433-4.

71 “*A que o Bispo como pastor da Igreja escreve para a instrução das suas ovelhas.*” Deste modo, as pastorais tinham uma função pedagógica de forma a guiar os fiéis para os bons comportamentos dentro da fé católica romana. Cf.: Verbetes “Pastoral” em BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.*, Volume 6, p. 312.

72 Cf.: VASCONCELOS, Diogo. *Op. Cit.*, p. 94.

73 Os Lazaristas, como eram conhecidos, tinham um trabalho de formação dentro da própria Europa com a fundação e manutenção de seminários. Ao vir para o Brasil, já em 1819, o Padre Antônio Ferreira Viçoso (nascido no ano de 1787), natural da Vila de Peniche em Portugal, já havia passado por uma destas instituições e ele mesmo foi, durante o tempo que antecedeu sua prelazia, um dos Lazaristas que mantiveram atividades de formação tanto no Colégio do Caraça, quanto em outras instituições na Província do Rio de Janeiro. Cf.: COELHO, Tatiana Costa. *A reforma católica em Mariana e o discurso ultramontano de Dom Viçoso (1844-1875)*. — Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010. Dissertação (Mestrado em História)

preocupado com a correção fraterna dos desregramentos. “Incapaz de afligir com asperezas a seu clero, de queixar-se de contrariedades, a profunda e larga regeneração de costumes com que contribuiu para o progresso moral da Diocese, pode-se dizer foi produto de seu incomparável bom senso; e ninguém, jamais, como ele, conheceu tão a fundo o jogo das paixões humanas.”⁷⁴

Em uma publicação comemorativa dos 100 anos da Arquidiocese de Mariana, aparece a descrição dos últimos dias de Dom Antônio Ferreira Viçoso:

*Já idoso e doente, voltou ao seu amado Santuário no Caraça para despedir-se daquele lugar onde havia sido tão feliz. Àquela altura, o clero brasileiro já voltara aos seus melhores dias e o trabalho realizado por dom Viçoso ajudara, de forma decisiva, a pavimentar novamente a boa tradição clerical mineira e brasileira. Faleceu no dia 07 de julho de 1875, aos oitenta e oito anos, trinta e um deles como bispo de Mariana.*⁷⁵

As informações referentes ao nome dado às cidades e até menção sua atuação como “pavimentador” da boa tradição clerical mineira e brasileira são representativas de como, até os dias atuais, seu governo é lembrado. As modificações introduzidas tanto por Dom Frei José da Santíssima Trindade, quanto por Dom Antônio Ferreira Viçoso, tornaram-se marcos regionais e nacionais do ponto de vista da transformação do sacerdócio em uma atividade de cunho religioso, embasado em preceitos espirituais.

Pesquisa recente faz indicações interessantes com relação ao material impresso, correspondências, visitas e produzidas por este Bispo. Tatiane Costa Coelho dedica atenção também à biblioteca pertencente ao prelado. Os livros religiosos foram destacados para a boa prática da fé através de uma formação firme. Os padres deveriam se instruir por meio dos livros para buscar o aperfeiçoamento do ministério sacerdotal. Os livros religiosos continham as ideias de Deus e eram eles que deveriam ajudar a pautar as ações dos religiosos.⁷⁶

Afonso de Ligório (1696-1787) é exemplo pertinente cuja obra foi considerada leitura indispensável, bastante relevada por Dom Viçoso, como a melhor forma de os clérigos se prepararem para a confissão. Encontramos inclusive um exemplar dele entre os livros dos

74 VASCONCELOS, Diogo. *Op. Cit.*, p. 103.

75 SANTIAGO, Marcelo Moreira *et al.* . *Igreja de Mariana, 261 anos de História, 100 anos como Arquidiocese*. 2007, p. 79.

76 COELHO, Tatiana Costa. *Op. Cit.*, p. 94 e 95.

clérigos de nosso recorte temporal. O Padre Casemiro Pereira Passos, inventariado em 1871, acompanhou proximamente as ações do prelado. Ele teve uma biblioteca composta de livros, em sua maioria, religiosos, ou seja, dos seus 69 livros, 38 (55,07%). Tal configuração foi possível devido também à colaboração do prelado. O Bispo estimulou a leitura de outros livros de caráter religioso como o *Compêndio de Teologia Moral*, do Padre Manuel do Monte Rodrigues de Araújo de Olinda, *Catecismo do Patriarcado de Braga*, entre outros, inclusive com algumas publicações como o *Catecismo de Mariana* (obra traduzida pelo próprio bispo).

Com relação à biblioteca pessoal do prelado, ele optou por livros de espiritualidade engajadas nas mudanças. O acervo manifesta sua formação dentro da Congregação dos Lazaristas. As preocupações desta congregação, fundada nos preceitos de São Vicente de Paulo, sempre foram a constituição de uma espiritualidade prática e não simplesmente contemplativa.⁷⁷

A ênfase dada por Dom Viçoso aos textos tridentinos, principalmente àqueles voltados à ação sacerdotal, foram a tônica de sua gestão. Estimulou a formação e a leitura entre os seus subordinados como forma de propagar a conduta exemplar. Tais ações resvalaram nas bibliotecas pessoais dos padres, tornando-as mais voltadas para a oração e para compêndios religiosos.⁷⁸

Eduardo Frieiro e o Princípio da História Acadêmica

Com o avançar dos anos, as primeiras universidades foram sendo implantadas, começando a aparecer outros intelectuais voltados para a produção acadêmica e não mais diletantes autodidatas como o político Diogo de Vasconcelos ou o Raymundo Trindade.⁷⁹ A

⁷⁷ CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *Apud*. COELHO, Tatiana Costa. *Op. Cit.*, p. 95.

⁷⁸ Um estudo pertinente sobre a obra de Afonso Ligório é o de Jean Delumeau. Nele fica evidente que a principal preocupação do religioso, com relação à penitência, deve ser a temperança. A busca pela medida certa é atingida ao se pautar na avaliação do pecador. Como ele cometeu o erro e qual a forma justa de ele se redimir. Referente a “Moral Afonsina” Jean Delumeau afirma ainda que: “*Ela convidava o homem moderno a assumir ele próprio suas responsabilidades éticas, e portanto a correr riscos. Mas, ao mesmo tempo, ela o confortava ao desculpabilizá-lo quando tomava uma decisão com toda a boa fé e cercado de garantias sérias.*” DELUMEAU, Jean. Santo Afonso de Ligório: Meio-Termo e Benevolência. *In*: DELUMEAU, Jean. *A Confissão e o Perdão: as dificuldades da confissão nos séculos XIII a XVIII*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 130.

⁷⁹ Considerando que o livro do Cônego Raymundo Trindade foi publicado no ano de 1928 e o livro citado de

Universidade de Minas Gerais – hoje Universidade Federal de Minas Gerais – Universidade Federal do Rio de Janeiro – tornou-se núcleo formador de profissionais de áreas que outrora o ensino superior não gestava.⁸⁰ Nesse ambiente de instalação de renovação da estrutura do ensino superior, desponta um intelectual que produziu importantíssimos trabalhos para a história cultural: Eduardo Frieiro.⁸¹

A pesquisadora Júnia Ferreira Furtado afirma que o catedrático foi o primeiro a se debruçar sobre os aspectos culturais da História Colonial de Minas Gerais. Eduardo Frieiro avançou sobre o entendimento da cultura, dos costumes e da vida social, buscando a profundidade, tornando-se um desbravador no assunto.⁸² *O Diabo na Livraria do Cônego*,⁸³ obra sobre os livros da biblioteca pessoal do Cônego Luiz Vieira da Silva, clérigo envolvido na Inconfidência Mineira, busca conhecer as leituras que inspiraram o movimento.

O ritmo de escrita de Eduardo Frieiro, se comparado com a erudição que mostra durante sua análise, é bem diferente da narrativa acadêmica atual. O trabalho é composto por uma série de capítulos curtos e bem elaborados. O leitor gradualmente submerge na livraria do clérigo inconfidente, tomando conhecimento do que ele lia por meio de agrupamentos temáticos.⁸⁴

Os nove capítulos podem ser divididos entre o inicial, de levantamento e exposição, de fatos da vida do cônego e os posteriores, de análise do escrutínio dos livros do religioso. É interessante notar que os comentários de Eduardo Frieiro são positivos com relação ao cônego. A imagem do religioso é a de um homem bem localizado em seu tempo devido ao conteúdo atual do seu conhecimento, este conquistado por meio de sua formação no seminário, mas principalmente por meio de iniciativa própria.

Diogo de Vasconcelos no ano de 1935.

80 O processo de desenvolvimento das instituições de ensino superior foi implantado e se modificando durante todo o século XX, com o atual formato sendo alcançado somente na década de 1960. No entanto, grandes colaborações para a formação de profissionais em áreas anteriormente deficitárias, cobertas por diletantes, ocorreram já em finais dos anos 1920. Ver: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

81 Um dos fundadores da Fafich, professor de Literatura Espanhola e Hispano-americana na UFMG., Membro da Academia Mineira de Letras, escritor de mais de 20 livros, entre romances, análises literárias e trabalhos de história cultural.

82 FURTADO, Júnia Ferreira. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. *História da Historiografia*, número 2, março de 2009.

83 FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. Belo Horizonte: Livraria Cultura, 1945.

84 Ver “Índice”: FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego; Como era Gonzaga? e Outros temas mineiros*. São Paulo: Editora Itatiaia, 1981, p. 9.

Frieiro aborda rapidamente aspectos biográficos. A existência de uma filha é um deles, relativizado à época da “*Inconfidência Mineira*” o comportamento era tolerável.⁸⁵ Frieiro conclui seu raciocínio com relação à trajetória de vida de Luiz Vieira da Silva:

Fosse como fosse, não era sem alguma razão que se desconfiava do Cônego. Era um ideólogo, um intelectual, pertencia a uma espécie de indivíduos que já então parecia suspeita aos sustentáculos da Ordem. Na sua biblioteca havia livros perigosos e incendiários. O espírito da Revolta – o espírito de Satã – penetra nela, cavilosamente escondido nas obras de escritores e catedráticos que discutiam o regime que convinha impor aos povos para fazê-los felizes, benignos e amigos das luzes.⁸⁶

Síntese da conclusão de Eduardo Frieiro, a notoriedade do cônego ocorreu em função da sua presença na elite intelectual da época que proporcionou ao religioso possuir determinados tipos de livros que questionavam a ordem estabelecida. Desta forma, acontecia um círculo vicioso que se retroalimentava: o pertencimento à elite culta e, por meio dela, o acesso ao material escrito das mais diversas origens e conteúdos.

Eduardo Frieiro dedica os capítulos seguintes de *O diabo na livraria do Cônego* a análise temática do material escrito de posse do religioso inconfidente; no capítulo *Escrutínio na livraria do Cônego*⁸⁷, a interpretação privilegia o geral. Cita por alto o número de livros e argumenta que o mais valioso na biblioteca não era a quantidade, mas sim a própria variedade. Foi qualitativamente que Luiz Vieira da Silva constituiu sua biblioteca. Nas palavras de Eduardo Frieiro, “*havia ali com que satisfazer ao mais exigente espírito livresco daquela época em que o gosto da leitura se espalhava por todas as partes.*”⁸⁸

Avançando para as obras relacionadas ao pensamento ilustrado, Frieiro supõe que a presença da *Enciclopédia* de Diderot e d’Alembert era pertinente na biblioteca de um indivíduo que acreditava em certa liberdade social. Estes filósofos iluministas foram, produtores de um instrumento de subversão da ordem, pois como livres pensadores tinham como intenção o questionamento de fundamentos políticos e religiosos da sociedade:

85 FRIEIRO, Eduardo. *Op. Cit.*, p. 17.

86 *Ibidem*, p. 22.

87 FRIEIRO, Eduardo. *Op. Cit.* p. 23

88 *Ibidem*, p. 24.

*Era um afrancesado? Pode-se admiti-lo. As ideias francesas contagiavam alguns brasileiros seletos daquele tempo. Constituíam, é claro, uma reduzida minoria, mas pode-se admitir, como se tem admitido, que tais ideias influíram no pensamento autonomista dos conjurados mineiros, junto com razões mais fortes, de ordem econômica e afetiva, com grande receio da derrama, o sentimento nativista e a hostilidade ao português.*⁸⁹

Eduardo Frieiro mostra um caminho interessante de compreensão da posse de livros: primeiramente as observações referentes à inserção social de um personagem, ou seja, o cônego Vieira pertencia ao seu contexto social/histórico. Ele exerceu o ministério sacerdotal, ainda que manifestasse comportamentos pouco ortodoxo. Luiz Carlos Villalta afirma algo parecido quando diz que, além do perfil da sociedade mineira não atender às exigências do Concílio Tridentino, questões morais eram deixadas de lado por meio de uma “moralidade coletiva.”⁹⁰ Não nos debruçamos sobre a mesma documentação que o autor, mas, tomando conhecimento das políticas desenvolvidas pelos bispos no sentido de formar um clero mais espiritualizado, a perspectiva para o recorte de 1820 a 1875 é notadamente diferenciada. Era um contexto distinto, as consequências apareceriam em vários lugares, inclusive, nos livros.⁹¹

Círculos de Leitura: Multiplicidade de Apropriações

Os clássicos da história no início do século XIX usaram uma perspectiva vinda de cima. Este enfoque privilegiou o papel dos bispos que tiveram suas ações estudadas e descritas enfaticamente. Em período posterior aparece a análise de Eduardo Frieiro sobre o Cônego Luiz Vieira da Silva. Nela, ainda enfoca-se um personagem que se destacou por meio do envolvimento na levante de 1789, pertencete a elite intelectual regional. No entanto, a

⁸⁹ *Ibidem*, p. 51.

⁹⁰ VILLALTA, Luiz Carlos. A Igreja, a sociedade e o clero. In: LAGE, Maria Efigênia de Resende e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.

⁹¹ Cabe menção o trabalho amplamente citado de Sílvio Gabriel Diniz que se preocupou em transcrever e analisar o espólio de um livreiro em Vila Rica no século XVIII. A listagem que ele disponibiliza foi de grande utilidade, além de permitir perceber como a mesma instituição à qual pertencemos, por coincidência ou não, desde muito tempo vem produzindo intelectuais preocupados com a História Cultural mineira, exemplar, nesse caso, a História do Livro. Ver: DINIZ, Sílvio Gabriel. Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII. *Revista Kriterion*, Belo Horizonte, n. 47 – 48, 1959.

pesquisa histórica continuou a se desenvolver; profissionais acadêmicos trouxeram contribuições à respeito da dinâmica de grupos mais numerosos, menos estudados até então.

Roger Chartier e Robert Darnton são, provavelmente, os dois maiores nomes nos estudos que se referem aos livros e ao mercado livreiro. O primeiro, francês, produziu grande bibliografia referente à presença dos livros na sociedade ocidental, dando ênfase aos escritos do Antigo Regime Francês, ao passo que o segundo desenvolveu olhar detalhado sobre a imprensa francesa do antes, durante e depois da Revolução, como forma de entender a importância da cultura escrita para a sociedade europeia daquele momento.

Ao analisar as bibliotecas e as práticas de leitura da França do Antigo Regime, Roger Chartier constata que havia diversas formas de interpretação e ação das pessoas no mundo.⁹² Para ele o conceito fundamental no entendimento desta dinâmica seria o de apropriação. A definição da mesma não seria igual a dada por Michel de Foucault, que entende que se trata de um conceito vinculado a domínios de um discurso específico, mecanismo associado as relações de poder. Muito menos a significância dada pela hermenêutica, ao adotar apropriação como sendo um conceito a-histórico, resultante de um processo de entendimento por meio de uma configuração narrativa particular que permite tanto o entendimento sobre o leitor, quanto do mundo. Para Roger Chartier o conceito de apropriação em história deve ser entendido como um novo olhar sobre o social. Significa partir da compreensão dos “usos e interpretações” da cultura, visando sempre entender os determinantes de tais ações.⁹³ Em última instância se refere a apreensão de mundo, os motivos desta e, finalmente, os processos de produção de sentido.⁹⁴

Como se proceder então com a interpretação de nosso objeto a partir desta perspectiva? Por meio dos inventários temos acesso aos livros dos padres. As diversas categorias que os compunham não eram encontrados unicamente em poder dos sacerdotes. Para nossa compreensão é fundamental o conceito de clivagem. Entender a relação da posse de livros dos padres, com as dinâmicas que pertenciam a outras bibliotecas, é essencial para

92 CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados*, 11(5),1991, p. 179

93 *Ibidem*, p.180.

94 É interessante notar que a liberdade interpretativa sempre está calcada em um contexto específico. João Adolfo Hansen, ao explicar do que se trata a apropriação em Roger Chartier a define como sendo o entendimento das “condições de possibilidade de uma iniciativa individual de usos dos objetos que pode, inclusive, subverter-lhes o sentido inicial.” Ver: HANSEN, João Adolfo. Leitura de Chartier. *Revista História*, São Paulo, n. 133, dez. 1995. Extraído em [http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83091995000200012&lng=pt&nrm=iso]. No dia 10 jul. 2011.

estabelecermos caracterização do grupo específico dos sacerdotes. Clivar em última instancia se trata de separar parte de um todo, sem perder a noção do total.⁹⁵ Desta forma, entender a biblioteca dos padres também consiste em entender como estas se localizam no conjunto maior de um círculo por onde os escritos transitavam.

Robert Darnton teve acesso a fontes que lhe permitiram entender os vários níveis do “círculo de leitura”. Por meio deste círculo, percebeu o livro na condição de produto cultural em diversos estágios de sua existência: a produção artística do livro, sua prensagem, o comércio, o consumo e leitura, além da interpretação. Ele instiga os historiadores dos livros com três questões: como os livros passam a existir? Como chegam aos leitores? O que os leitores fazem deles?⁹⁶ O trabalho de história sobre o livro deve considerar as três questões mesmo em se tratando de pesquisas que tentem dar conta de apenas um nível da existência dos impressos.

A busca do entendimento global da presença do impresso, não se restringe a classes ou grupos sociais específicos, visa atingir os conflitos e as tensões sociais que emergirem nas interações grupais. Darnton propõe uma história não somente vista de baixo, mas que busca vários ângulos, das diversas perspectivas sociais, pois considera a existência de interações, denominadas Circuito de Comunicação, ou de Leitura.⁹⁷ Percebe-se, desta maneira, que a visão global e da leitura cultural do livro abarca um universo maior do que a simples análise de bibliotecas dos personagens históricos. É algo amplo e ao mesmo tempo interligado entre origens e destinos, sempre em movimento circular.⁹⁸

Feitas estas considerações referentes à historiografia internacional, a pesquisa ganha em aparato teórico ao inserir a perspectiva num circuito de leitores e leituras. Este circuito envolvia compras, vendas, empréstimos e heranças.

95 Em ultima instancia seria proceder na separação de categorias já contidas dentro do todo. Para uma mais definições de Clivar e clivagem ver: HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro Sales. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. 2. reimpressão com alterações. Rio de Janeiro: 2007.

96 DARNTON, Robert. “O que é a história do livro?” revisitado. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 16, jan-jun, 2008, p. 155 a 169.

97 *Ibidem*, p. 164.

98 DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no antigo regime*. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 183.

Análise sobre o espólio de livros dos clérigos

Nas descrições dos 21 inventários utilizados para esta análise, encontramos o total de 254 livros. Quando foi possível, foram identificados os autores e, nos casos em que não logramos êxito, buscamos aproximações com títulos dos catálogos de bibliotecas. Optamos pela classificação geral: Livros religiosos e não religiosos a partir da empregada por Villalta: Ciências Sacras e Ciências Profanas.⁹⁹ Thábata Araújo de Alvarenga adotou para avaliar os livros presentes nos inventários de Vila Rica, entre os anos de 1750 e 1800. Ela classifica os livros em oito categorias. São elas: Religião, Ciências, Direito, Medicina, Filosofia, Belas Letras, História e Línguas.¹⁰⁰ Nossa classificação acabou por utilizar uma mescla entre os dois.

99 Cf.: VILLALTA, Luiz Carlos. Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII. *Acervo*. Rio de Janeiro, v.8, n.1/2, jan/dez.1995.

100 Cf.: ALVARENGA, Thábata A. de . Tradição ou inovação nas leituras: Vila Rica: 1750-1800. In: *Oficina do Inconfidência. Revista de Trabalho*, Ouro Preto, Museu da Inconfidência, 2003.

Tabela 2: Livros Presentes nos Inventários Post Mortem de Mariana de 1820 a 1874				
	Quantidades Absolutas e Relativas das Obras em Números Totais		Presença das Obras nos Inventários em Números Totais	
	Abs.	%	Abs.	% ¹⁰¹
Breviários, Missais, Ofícios Religiosos e Novenas	56	22,05	16	76,19
Teologia, Bíblia e Fragmentos Bíblicos	36	12,2	8	38,1
Sermões	20	7,87	5	23,81
História da Igreja e Hagiografia	12	4,72	6	28,57
Manual de Confessores e Livros de Consciência	14	5,51	7	33,31
Catecismo	6	2,36	3	14,29
Artes, Literatura e Retórica	14	5,51	4	19,05
Direito	11	4,33	3	14,29
Dicionários, Léxicos, sintaxe	9	3,54	5	23,81
Ciências e Ofícios	8	3,54	3	14,29
História Geral	1	0,39	1	4,76
Filosofia	2	0,8	2	9,50

Tabela 2: Informações obtidas sobre os 21 inventários da amostra: ACSM (2,123,2484,1823), ACSM (1,50,1139,1829), ACSM (1,72,1532,1834), ACSM (1,97,2070,1837), ACSM (1,64,1386,1839), ACSM (1,112,2297,1843), ACSM (2,54,1219,1845), ACSM (1,9,343,1846), ACSM (1,127,2672,1848), ACSM (2,121,2448,1853), ACSM (2,17,469,1854), ACSM (1,131,2742,1852), ACSM (1,40,918,1857), ACSM (1,144,3007,1861), ACSM (1,6,1322,1861), ACSM (1,83,1762,1864), ACSM (2,96,2046,1868), ACSM (2,108,2228,1870), ACSM (1,52,1166,1871), ACSM (2,120,2417,1873), ACSM (1,131,2743,1874).

Livros Religiosos

Os livros religiosos são objetos de estudo que requer atenção devido à quantidade, como é demonstrado na Tabela 2. Nesta dissertação, eles são encontrados na proporção de

¹⁰¹A informação percentual foi utilizada aqui como instrumento didático no texto, visto que tratamos de números inferiores a 100 (cem) unidades.

62,99%, ou 160 obras, volume considerável se levarmos em conta que os leigos atingem a marca de apenas 41%, ou 55 livros, quantia menor, inclusive, ao montante de breviários, missais, ofícios religiosos e novenas. Luiz Carlos Villalta e Christiane Cardoso Morais constataam a presença de livros religiosos em 20 das 22 bibliotecas que analisaram em Mariana, entre 1714 a 1822, atingindo o total de 2/3 dos títulos.¹⁰² Percebemos que, considerando apenas os livros religiosos, a tendência a tal gênero era anterior ao nosso recorte temporal, ultrapassando, inclusive, tal período.

Fora do contexto mineiro Leila Algranti, considerando a importância dos “livros de devoção” descobre aspectos relativos às práticas de leitura, bem como da circulação dos livros religiosos. Observa a permanência de algumas obras no recorte de 1808 a 1821.¹⁰³ As leituras de devoção são constantes. No entanto, com a chegada da Família Real, livros de outra natureza começam a tomar lugar. A autora considera que a sociedade do Rio de Janeiro estava em um processo de ampliação de leitores e compradores de livros face à emergência de gostos cada vez mais leigos.¹⁰⁴

A análise de nossas fontes mostra que determinados personagens aparecem como grupo privilegiado no tocante à tendência de possuir livros religiosos. Obviamente que naquele contexto, o sacerdócio era a ocupação que mais necessitava de tais escritos para a realização de suas atividades. A Tabela 2 mostra a existência de *breviários, missais, ofícios religiosos e novenas* em 80,96% (16) dos inventários. Um dos títulos encontrados nessa categoria é o *Missal Romano segundo o calendário de Portugal, conquistas e Brasil traduzido por Domingos José de Santo Henriques*.¹⁰⁵ Tal categoria de obras compõe 22,5% (56) do total de livros analisados, proeminência devida ao fato de tais livros serem fundamentais ao ministério sacerdotal.

No que diz respeito à *Teologia*, encontramos em maior número a obra de Francisco Larraga, seu *Promptuário de Theologia Moral* ¹⁰⁶. Além desta obra já mencionada,

102VILLALTA, Luiz Carlos & MORAIS, Christianni Cardoso Morais. *Op. Cit.*, p. 11.

103ALGRANTI, Leila Mezan. A censura no tempo de D. João VI. In: *Livros de Devoção, Atos de Censura: Ensaio de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004, p. 256.

104Leila Algranti chama a atenção para o fato de os censores terem poder e o privilégio de decidir sobre assuntos que envolviam personagens de relevante poder na época. ALGRANTI, Leila Mezan. *Op. Cit.*, p. 230.

105*Missal Romano Segundo Calendário de Portugal, conquistas e Brasil, com as missas particulares das dioceses*. Traduzido por: Domingos José de Santo Henriques. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847.

106LARRAGA, Francisco. *Promptuário de Theologia Moral*. Trad. Francisco Santos Grosin. Lisboa: Imprensa

encontramos a obra: a *Theologia Moralis Universa Ad Mentem Praecipuorum*¹⁰⁷, atribuída a D. Leonardo Jansen. Estas duas obras de teologia, além dos livros da categoria anterior, enquadram-se como indicativo de práticas de leitura pragmática.¹⁰⁸ Os livros de Teologia serviam como manuais para o bom entendimento da doutrina e dogmas. A esta categoria também pertencem a Bíblia e seus fragmentos. Colocamos ambos por achar que são os dois escritos intimamente ligados e adequados geralmente aos indivíduos mais qualificados como sacerdotes. As Bíblias Sagradas são encontradas em apenas dois inventários do recorte. O Cônego Felício de Abreu,¹⁰⁹ com seus bens descritos no ano de 1873, possuía seis *volumes da Bíblia Sagrada*, e o Padre Antônio Gonçalves do Vale,¹¹⁰ inventariado em 1834, possuía sete *tomos da Bíblia Sagrada*. Os dois personagens compõem apenas 9,52% dos padres da mostra, no entanto, mostram que a obtenção desse tipo de livro não estava restrita a épocas específicas.

Em números totais, *Teologia e Sagradas Escrituras* chegam à cifra de 12,2% (36) dos livros dos clérigos (Tabela 2). Tal quantidade mostra o interesse, ou a necessidade, de formação continuada após a saída do seminário. Os números são mais significativos, se levarmos em consideração quantos clérigos possuíam tais impressos em seus inventários. A 38,1% (8) correspondem as obras de cunho teológico.¹¹¹ Uma das justificativas é a preocupação com as regras vindas de Roma, em meio à já mencionada reforma empreendida por Dom José da Santíssima Trindade e Dom Antônio Ferreira Viçoso.

A categoria subsequente é a dos *Sermões*¹¹², que tinham a função de fundamentar a homilia em dias festivos e nas missas dominicais. Serviam também de instrução por constituir material originalmente feito para leitura em voz alta. Eram a “*oração evangélica ou discurso*

Regia, 1817.

107JANSEN, D. Leonardo. *Theologia Moiralis Universa ad mentem praecipuorum*. Veneza: Imprensa Nicolaum Pezzano, 1750

108Conceito utilizado por Thábata Alvarenga. ALVARENGA, Thábata. *Op. Cit.*

109Cônego Felício Abreu e Silva – ACSM (2,120,2417,1873)

110Padre Antônio Gonçalves do Vale – ACSM (1,72,1532,1834)

111Considerando que os sacerdotes que possuíam a Bíblia também ostentavam em suas bibliotecas.

112Com relação aos sermões o trabalho de Cristina Ávila é representativo. Ela analisa textos que restaram de alguns pregadores renomados do que ela chama de discurso parenético. Dentre eles podemos citar José de Andrade e Moraes, José de Araújo Lima, Manoel de Pinho Cardido, Mathias Antônio Salgado, Francisco Xavier da Silva e, inclusive o já citado Cônego Luiz Vieira da Silva. Seu estudo ainda se pauta na classificação dos discursos como sendo Devocionais, Exequiais, Cívicos-gratulatorios. De ÁVILA, Cristina Corrêa de. *Nas entrelinhas da Imagem: o discurso Parenético e o Discurso Plástico no Barroco Mineiro um estudo de Semiótica Comparada*. Projeto de tese para o Doutorado apresentado na FALE, UFMG, 2001.

de orador evangélico”¹¹³ e como tal tinham bom uso na oralidade como sentido mais imediato. Desta categoria podemos citar os *Sermões, do Venerável Padre Bartolomeu de Quental*¹¹⁴, e *Sermam Evangélico, panegyrico, histórico, e apologético*¹¹⁵, de Manuel dos Reis Bernardes. Este tipo de obra estava presente em 23,81% (5) das bibliotecas da amostra, além de constituir 7,87% (20) do montante total de livros classificados. A presença destas obras se desdobra em uma outra constatação: a importância das leituras compartilhadas. Por meio da recitação em voz alta do texto um número maior de pessoas, não só as alfabetizadas, tinham acesso ao conteúdo dos sermões.

Com relação à História da Igreja, ou História Sacra, encontramos as seguintes obras: *História Santa, por João Fortunato, História Santa, em dois volumes, de Roquett*,¹¹⁶ e o restante são de histórias eclesásticas sem definição de autor. A proporção deste tipo de obra foi de 4,2% (12) do total de livros, ao passo que sua presença girava em torno de 28,57% (6) dos inventários. O proveito deste tipo de impresso mostra um interesse na história da própria instituição à que pertence. Supõe-se que conhecer a História da Igreja seja retomar as raízes do cristianismo e como ocorreu seu desenvolvimento. Do mesmo modo como a Teologia faz parte da formação do clero, principalmente daquele que Dom Viçoso queria, com sacerdotes de uma formação espiritual sólida, a História Sacra colaborou para inspirar condutas exemplares nos padres, bem como em seu rebanho.

As duas últimas categorias estritamente religiosas são o “*Catecismo*” e “*Manual de Confessores*”¹¹⁷ e *Livros de Consciência*.” Serviam para que os clérigos se preparassem para o sacramento da confissão e o alento espiritual no momento da morte. Como manuais de catecismo, identificamos os seguintes títulos: três *Catecismos Romanos*,¹¹⁸ dois *Catecismos*

113BLUTEAU, Raphael. *Op Cit.*, volume 7, p. 605.

114QUENTAL, Bartholomeu. *Sermões do Veneravel Padre Bartholomeu do Quental*. Lisboa: Officina Sylviana, 1741.

115BERNARDES, Manuel dos Reis. *Sermam Evangélico, Panegyrico, Histórico, e Apologético, que em quatro de Mayo de 1733. Primeiro dia do Triduo, consagrado à Sacrossanta Imagem do Senhor de Matozinhos na sua Trasladaçam solemne para a Capela Mór do Seu Grande Templo, e exaltação a hum novo, e magnifico Trono.../ Pregou o S. M. R. Manoel dos Reys Bernardes Conego Prebendo da Santa Igreja Cathedral do Porto*. Lisboa Ocidental: Officina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1737.

116Com relação a este livro encontramos o que parece ser uma nona edição de 1896. No entanto há de se esperar que sendo editado inúmeras outras vezes, tenha sua primeira versão em período bem anterior ao final do século XIX. ROQUETTE, Cônego J. I. *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*. 9 ed. Lisboa: Guillard Aillaud, 1896.

117 Estes livros geralmente aparecem nos documentos com o título genérico de conduta de confessores.

118 *Catechismo Romano Ordenado por Decreto do Santo Concílio de Trento*. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1783.

aos Ordenados e um descrito como “*Catecismo Truncado*”. Já os manuais de confesores aparecem com indicação de alguns autores. Como por exemplo, *Praxi dos Confesores, por São Ligório*, e o *Conduta de Confesores segundo as metas, de São Carlos*. Os três livros de Consciência, que eram os destinados ao acalanto das almas que estavam por falecer, estão na posse de um único religioso. Os três exemplares identificáveis foram de um mesmo sacerdote, o o Cônego João Moreira Duarte.¹¹⁹ Dentre suas posses inventariaram-se *Breve Aparelho para Ajudar a Bem Morrer*, *Enganos do Bosque*¹²⁰ e *O Enfermo Ajustado*. Tais manuais tinham a função de cooperar com a o ministério sacerdotal. Os catecismos são encontrados na proporção de 2,36% (6) livros em três dos inventários (14,29%), ao passo que os manuais de confesores e livros de consciência aparecem em sete (33,31%) dos inventários, numa proporção total de 14 (5,51%) livros do total dos livros.

Caso à parte são os livros de Direito, num totalizando 11 livros (4,33%), a maioria pode ser identificada como conjunto de leis laicas (seis livros), enquanto os cinco livros restantes são de obras destinadas especificamente para uso no Direito Eclesiástico. Encontramos os livros em apenas três (14,29%) dos inventários. Esta concentração ocorre em um inventário do Padre Casemiro Pereira Passos¹²¹ com seis livros que podem ser classificados como de direito. Entre os títulos, encontramos o *Tratatus de Justicis* e outros com o nome genérico de *Direito Eclesiástico*, sem a possibilidade de identificação do autor.¹²²

Livros Laicos

Os *livros laicos*, ou *Ciências Profanas*,¹²³ como Luiz Carlos Villalta os define,¹²⁴ são de número reduzido se comparado à quantidade dos livros religiosos. Ainda assim vale a pena

119ACSM (2,54,1219,1845)

120CÉU, Maria do. *Enganos do Bosque, Dezenenganos do Rio*...Lisboa: Officina de António Lisboa da Fonseca, 1741.

121ACSM (1,52,1166,1871)

122OA presença de obras de Direito, e principalmente de Direito Eclesiástico, decorre devido a presença do Tribunal Eclesiástico. Ver: PIRES, Maria do Carmo. *Juizes e Infratores: Tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)*. Belo Horizonte: Annablume, 2008.

123Cf.: VILLALTA, Luiz Carlos. Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII. *Acervo*. Rio de Janeiro, v.8, n.1/2, jan/dez.1995.

124Excetuando claro os de Direito.

uma incursão sobre a documentação para entender a dinâmica desta presença frente aos livros de fundamentos e utilidades religiosas que já foram comentados.

As categorias mais numerosas foram agrupadas sob a mesma classe. Os livros de Artes, Letras e retórica foram os preferidos, ou seja, encontrados com maior frequência. Os três livros de retórica aparecem sem clareza quanto à autoria. Além destes, aparecem títulos como as *Fábulas Literárias*¹²⁵, de Thomas Iriarte, *As Éclogas*¹²⁶, do poeta romano Virgílio, além de Quintiliano, de cuja obra não se sabe o título.¹²⁷ Estas presenças são problemáticas pensando-se na dificuldade de atribuir maiores referências aos livros. As 14 (5,51%) do total estão em apenas 4 (19,05) inventários.

Márcia Abreu, estudando a circulação de livros entre Europa e América, de 1769 a 1826, conclui que a posse de livros ficcionais de teor menos clássico como as *Fábulas Literárias* eram recorrentes no Brasil por questão de gosto da população nativa. Daí a imagem de “*terra da ignorância cultural*” defendida durante tanto tempo por analistas da época e por estudiosos sobre o assunto. Afirmavam que o Brasil Colônia careceu de intelectuais devido à falta de contato com os materiais clássicos, perspectivas que ignoravam hierarquização dos leitores por suas leituras, sem considerar o gosto e tendências locais por determinados conteúdos.¹²⁸

Na categoria *dicionários, gramáticas e léxicos*, foram identificados 9 (3,54%) de obras, três tipos agrupados, por terem funções próximas, relativas ao uso correto da Língua Portuguesa. Desta forma, aqueles que as possuíam, 23,81% (5) inventários, possivelmente tinham o intuito de propiciar o uso correto da língua. Os títulos encontrados são *três dicionários* não identificados de português, *um dicionário de português traduzido para o francês*. Infelizmente *léxicos* e *sintaxes* não podem ter seus autores determinados. A presença de tais livros em quase um quarto dos padres é indicativa do valor da língua portuguesa para aqueles que lidavam com o rebanho e com as atividades religiosas. Luiz Carlos Villalta aponta:

125IRIARTE, Thomas. *Fabulas Literárias*. Rio de Janeiro: Typografia Francesa, 1849.

126VIRGILIO, Públio. *Eclogas de Virgílio*. Trad., notas por José Pedro Soares. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800.

127

128Cf.: ABREU, Márcia. Circulação de Livros entre Europa e América. *Revista Polifonia*, p. 161-174, V. 14, 2007.

*Poder político, sociedade estamental, línguas, livros e leitura, contudo, encontravam-se associados dentro de outras chaves: a da sedição e a da distinção pelo negativo, isto é, segundo uma avaliação negativa sobre as pessoas e seu estado social. E isso valeu tanto para a língua portuguesa, quanto para o francês, o espanhol e mesmo o latim, ainda que de modos diferenciados.*¹²⁹

A conclusão do autor é que, em meio à oralidade, diversas formas de pensamento presentes na sociedade tornavam estreita e subjetiva a relação entre material escrito, línguas e poder. Para além do “encadeamento de letras do alfabeto”, a língua, o estudo e a preocupação com ela formavam uma dinâmica inserida nas relações de poder que se constituíram historicamente.¹³⁰ Com relação às posses dos clérigos próximos da Sé, percebemos que a dinâmica levou, pelo menos alguns, a buscar o refinamento linguístico, até em outros idiomas, como mostra a presença do dicionário de francês já mencionado anteriormente.

Os livros de *Ciências e ofícios*, presentes em 3 (14,29%) dos inventários, os que mais chamam a atenção são: os volumes de *Cirurgia* e os sete tomos de *Medicina*. A nenhum dos dois pudemos aferir autores ou lugares de possíveis produções. No entanto, é representativo da ausência de certos profissionais nas áreas do interior do Brasil. Podemos pensar também em como a doença e a morte fazem parte do cotidiano dos sacerdotes. Eles, na condição de padres, eram acionados para realizar orações para os doentes e extrema-unção. Encontramos ainda um tomo de *Geografia* sem a especificação do autor ou qualquer outra informação, provavelmente utilizado para o ensino desta disciplina.

Há de se salientar ainda a baixa incidência de livros de *ciências e ofícios*, que correspondem a apenas 3,54% (9) dos livros inventariados, tornando difícil pensar em uma popularização do conhecimento medicinal por meio de livros presentes nesta classe, ou mesmo de outros tipos de conhecimento.¹³¹ Os livros restantes são *tratados de lógica e metafísica*, sem a definição de seus autores. O que podemos dizer sobre eles é que não foram numerosos o bastante, demonstrando pouco interesse dos sacerdotes pelo assunto. Novamente fazendo uso dos dados de Luiz Carlos Villalta e Christianni Cardoso Morais, constata-se que as ciências exatas e naturais contavam com apenas 8,5% (106) obras, representando apenas

129VILLALTA, Luiz Carlos. Livro, língua e leitura no Brasil e em Portugal na Época Moderna. Extraído de: [\[http://www.coresmarcasefaldas.pro.br\]](http://www.coresmarcasefaldas.pro.br). No dia 19/11/2010, p. 95.

130Ibidem, p. 113.

131Com relação a praticas médicas e adjacentes ver: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A Arte de Curar: Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

uma pequena fração do total. No entanto, segundo os autores, não é uma fração que deva ser desprezada devido a seu caráter associado ao conhecimento laico.¹³²

As duas categorias finais têm em comum a baixa incidência dentro dos inventários. *História Geral* com apenas um título citado, apesar de terem sido quarenta e oito volumes sem autor definido, mostra o baixo interesse por este tipo de obra. A *Filosofia* também está numericamente mal representada. Aparece apenas com 3 (1,18%) dos livros, no entanto bem divididos em 3 (14,29%) dos inventários. No caso da Filosofia, temos duas obras apenas, com o nome genérico de *Elementos de Filosofia*. Tal termo corresponde à parte o título de diversas obras, tornando difícil aferir qualquer coisa sobre elas, restando somente afirmar que, curiosamente, dentro da amostra, elas representavam outra temática de pouco interesse.

Considerações Finais

Ainda existiam na época duas esferas que dialogavam intimamente com os livros presentes nas bibliotecas dos padres: os jornais e a cultura oral. Com relação aos jornais, que não entram como fontes de nossa pesquisa, foi lenta sua evolução no século XIX.¹³³ Mas, mesmo escassos, foram utilizados como ferramentas de divulgação ideológica. A preocupação de Dom Viçoso em relação às práticas católicas entrou em conflito com ideias vigentes na segunda metade do século XIX. Assim, a produção de jornais como o *Selecta Catholica* permitiu que ele pregasse contra os argumentos anticristãos de alguns grupos. A tendência sempre foi a confecção de material escrito acessível para a população, visando a popularizar as concepções vindas de Roma.¹³⁴

Com relação à cultura oral, devemos pensar nas perspectivas que determinados livros possibilitavam. Além dos livros de *retórica, léxicos e gramáticas*, a leitura de determinados títulos religiosos colaborava para a prática do ministério sacerdotal. Missais, breviários e

132VILLALTA, Luiz Carlos & MORAIS, Christianni Cardoso Morais. *Op. Cit.*, p. 4.

133CARVALHO, Kátia. Imprensa e informação no Brasil, século XIX. *Revista de Ciência de Informação* – Vol. 25, número 3, 1996, p. 4.

134ASSIS, Raquel Martins. A inteligência à deriva e a enfermidade social: ideias sobre ser humano e sociedade difundidas em Minas Gerais pelo jornal religiosos *Selecta Catholica* (1846-1847). *In: Revista Memorandum*, 11, Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP, Outubro de 2006.

similares serviram para a formação de um clero que fosse capaz de exercer da melhor forma possível suas funções.¹³⁵

O trajeto percorrido pelo argumento partiu do pressuposto de que as políticas de controle aplicadas pelos bispos de Mariana surtiram efeito no controle do clero. As medidas de melhoria da formação sacerdotal – Seminário – e a fiscalização – Visitas Pastorais – foram efetivas, ao menos na sede diocesana.¹³⁶ O resultado foi a constituição de acervos pessoais voltados para o sacerdócio. Livros como os *breviários e missais*, cuja função era a realização dos rituais católicos – mais especificamente das missas – superam em número as categorias de impressos laicos. Os livros “profanos” são secundários, com números inferiores, localizados em alguns inventários apenas. Estes números permitem afirmar que a posse concentrada de livros laicos estava condicionada não a tendências gerais, mas sim a iniciativas pessoais de personagens que destoavam dos demais, como era o caso do Cônego Luiz Vieira da Silva, estudado por Eduardo Frieiro.

135VILLALTA, Luiz Carlos. Livro, língua e leitura no Brasil e em Portugal na Época Moderna. Extraído de: [\[http://www.coresmarcasefaldas.pro.br\]](http://www.coresmarcasefaldas.pro.br). No dia 19/11/2010, p. 88.

136Devemos ressaltar que a busca pelo atendimento às ideias do Concílio de Trento aparecem nas ações de outros bispos. Um exemplo destas ativas atividade de pastoral romana é o Bispo do Rio de Janeiro Dom Frei de Guadalupe, sagrado em 1725. Em suas Cartas Pastorais, voltadas principalmente para o baixo clero e para os neófitos, ele pregava as ideias tridentinas. Ao clero suas palavras eram voltadas para a separação entre o religioso e a sociedade laica por meio de comportamentos regrados, humildes, e acima de tudo condizentes com a imagem do religioso. Cf.: CAMPOS, Adalgisa Arantes “A visão barroca de mundo em D. Frei de Guadalupe (1672 +1740): seu testamento e pastoral” IN: *Varia História/UFMG*. nº especial- Códice Matoso. 21 (2.000), p. 376 a 378.

CAPÍTULO II

MINISTÉRIO SACERDOTAL, DINÂMICAS DOMICILIARES E CONSTITUIÇÃO POPULACIONAL NA LISTA NOMINATIVA DE 1831

Lista Nominativa e a perspectiva populacional

A perspectiva adotada no capítulo anterior partiu da posse de material impresso. Por meio dela – a posse – concluímos que houve concentração em obras de conteúdo religioso. Este acervo relaciona-se ao ministério sacerdotal. Era indispensável para atender ao rebanho e ao magistério no Seminário a Bíblia e seus fragmentos, Sermonários, as artes de bem morrer; ausência era recompensada pela utilização das bibliotecas presentes nos templos.

Do ponto de vista das práticas orais, leituras compartilhadas, o material impresso expandia seu público alvo. Nesta linha, missais e outros impressos eram aportes que privilegiavam a fala para o rebanho, e não apenas a leitura solitária. Tratava-se não só de aporte teórico para as atividades sacerdotais, mas também de uma publicação a ser lida durante as celebrações dos rituais da Igreja Católica. Ainda, tais escritos poderiam atender aos padres como manuais de como se portar frente à assembleia de fiéis e na oratória em geral.

Neste sentido, no período de 1819 a 1874, os clérigos, sob tutela do bispo, configuraram um grupo estratégico na tarefa de implantar efetivamente as ideias apresentadas no *Concílio de Trento*. Por meio de medidas como a reabertura do Seminário Nossa Senhora da Boa Morte e a produção de material impresso acessível aos clérigos, os prelados demonstraram como sua atenção se voltava para a reforma do clero local. Os dois prelados que administraram o bispado de 1819 a 1875 promoveram medidas no sentido de capacitar (e em consequência regrar o comportamento) do clero para que ele conhecesse e praticasse as funções sacerdotais da maneira correta. O padrão ético tão almejado seria atingido por meio do conhecimento e da vigilância dos bispos para que desvios fossem rapidamente corrigidos.

Este aparato religioso, reforçado nas diretrizes dos bispos, não agia unicamente no

universo religioso. Os sacerdotes eram homens inseridos em sua comunidade e sofriam condicionamentos sociais. Era de se esperar que o meio social não colaborasse para a prática virtuosa dos sacerdotes. Não podemos conhecer todas estas condicionantes, mas algumas dinâmicas são passíveis de estudo, utilizando a documentação de forma criteriosa.

Os inventários *post-mortem*, neste sentido, permitem conhecer as outras atividades que os religiosos exerceram durante sua vida e pensar como elas dialogaram com o magistério sacerdotal. Mais especificamente, o cruzamento entre os dados de cunho econômico com a posse de livros possibilita, inclusive, observações sobre como atividades não religiosas permitiram a certos indivíduos acumular com facilidade o material escrito, enquanto outros não foram capazes de atingir os mesmos números.¹³⁷

No entanto, a imagem criada por meio da análise dos inventários é desfocada em virtude das peculiaridades do documento. Estes documentos estão espalhados pelo recorte da pesquisa e acabam retratando apenas parte da rede de relações das pessoas cujos bens foram inventariados. Como forma de entender o perfil social dos sacerdotes, recorreremos à Lista Nominativa produzida no ano de 1831. Trata-se de uma documentação privilegiada, pois contém informações preciosas com relação à constituição populacional da localidade.¹³⁸

Clotilde Paiva considera o Recenseamento de 1831/32 “*provavelmente o mais vasto inquérito populacional nominal remanescente*” de todo o século XIX. A intenção da produção do documento na época era conhecer a dinâmica da própria província. Saber a idade dos habitantes, as ocupações dos livres (brancos, negros mulatos e outros), a quantidade de escravos e as crianças em idade escolar para que fossem desenvolvidas políticas em diversas áreas. Além disso, permitia a reorganização que vinha sendo operada em todo o país, desde a Independência.¹³⁹

A documentação favorece esta dissertação ao estabelecer o que chamamos de *visão horizontal*, pois permite visualizar um momento específico da região e como os clérigos constituíam atores sociais distribuídos na comunidade local. O tamanho do grupo familiar a

137Este tema será mais aprofundado no capítulo seguinte.

138A documentação, segundo Clotilde Paiva, encontra-se em diversas caixas no Arquivo Público Mineiro. Cf.: PAIVA, Clotilde Andrade & GODOY, Marcelo Magalhães. Território de Contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX. *Anais do X Seminário sobre Economia Mineira*, Diamantina, 2002. Utilizamos como fonte as transcrições no sítio do CEDEPLAR no seguinte endereço: <http://poplin.cedeplar.ufmg.br/>. A página é dotada de um sistema de busca e processamento de dados que permitiu com que a informação fosse previamente filtrada para a presente análise.

139PAIVA, Clotilde Andrade & GODOY, Marcelo Magalhães. *Op. Cit.*, p. 3 e 4.

qual se vinculava, a posição dentro deste grupo, a idade, ocupações que os clérigos desenvolviam ao lado do sacerdócio, o envolvimento deles como mestres do *Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte*, tornam possível a criação de uma imagem deste momento e o conhecimento da dinâmica social que permeava os que foram sagrados padres e residiam nas proximidades da Sede da Diocese. As informações contidas no recenseamento nos permitem entender certas configurações sociais para aquele período em foco.

O Recenseamento de 1831/32 e os sacerdotes de Mariana

Alguns pesquisadores já se debruçaram sobre as listas nominativas como forma de entender a economia mineira do século XIX. Entre os trabalhos de maior importância, encontra-se o de Douglas Cole Libby. Em “*Proto-industrialização em uma sociedade escravista*”, o autor estuda o processo rudimentar da produção de tecidos nas residências mineiras, mostrando que a Capitania de Minas Gerais, após a queda das atividades mineradoras, voltou-se para si e descobriu que o mercado interno era capaz de manter o desenvolvimento agropecuário, comercial e protoindustrial já alcançado. Os anos de exploração aurífera proporcionaram a criação de um ambiente favorável para a manutenção das vias comerciais, além de uma estrutura agrícola de subsistência.¹⁴⁰

Chama a atenção o crescimento da produção de tecidos durante as décadas iniciais do século XIX. A vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, impulsionou a importação de artigos de luxo, entre eles, os tecidos. No entanto, em Minas, segundo a pesquisa de Douglas Cole Libby, não houve nenhum declínio econômico. Pelo contrário, acompanhando a já mencionada escalada da produção têxtil, ocorreu um aumento da produção do próprio algodão que passou a ser exportado em maior volume para a Inglaterra. Acompanhando tanto o crescimento das atividades agrícolas, quanto o incremento das exportações de algodão, ocorreu o aumento da introdução de escravos na Capitania de Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX. Tal processo continuou quando da Independência e transformação da

140LIBBY, Douglas Cole. “Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral. *História econômica da independência e do império*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p. 263.

capitania em Província, mantendo a região como principal centro de aquisição de escravos africanos.¹⁴¹ Onde se localizam os clérigos em face destas transformações?

Douglas Cole Libby os inclui no grupo definido como “profissões liberais”. Juntamente com funcionários públicos, advogados, militares, “capitalistas (proto banqueiros)”, além daqueles que viviam de renda (que, em sua maioria, era resultado de aluguéis escravos), encontravam-se os clérigos. É representativa tal classificação, pois mostra como o sacerdócio, como ocupação, servia para a sociedade de forma similar a outros prestadores de serviço. No entanto, claro, os clérigos eram dotados de outras características simbólicas e práticas que os diferenciavam de outras ocupações.¹⁴²

As *Listas Nominativas* ou *Recenseamentos* eram censos que não chegaram a ter os dados processado a nível nacional, ou mesmo local, na época em que foram feitos. No máximo, o que aconteceu foi uma contagem geral do número de habitantes, sem, no entanto, produzir tabelas que mostrassem as informações contidas de forma ordenada, não apenas o registro nominal. Segundo o Padre Raphael Bluteau, “*recensear*” é o ato de examinar e contar.¹⁴³ E é exatamente isso o que encontramos na documentação. As pessoas de cada localidade são enumeradas uma a uma obedecendo à ordem dos *fogos*¹⁴⁴. Cada residência tinha seus integrantes nomeados, com sua idade, cor, estado civil, ocupação e condição social. Como segue no exemplo da transcrição abaixo:

141 *Ibidem*, p. 266.

142 A mensagem transcendental e a fundação simultânea da Igreja Católica e do Estado tornam o Brasil um caso especial. Os sacerdotes foram durante muito tempo funcionários do estado e como tal ficavam responsáveis por trabalhos burocráticos de registros. Cf.: BRUNEAU, Thomas C.. *Religião e politização no Brasil: A Igreja e o Regime Autoritário*. Trad. Margarida Oliva. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

143 Cf.: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Volume 5. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728, p. 147.

144 Segundo Luiz Maria Pinto, “fogo” significa “casa” ou “ato de povoar uma localidade”. Desta forma, fogo nas listas nominativas pode ser entendido como uma família propriamente dita, mas mais especificamente os moradores de uma mesma residência. Desta forma, no presente trabalho, os termos “fogo”, “residência” e “domicílio” são tratados como sinônimos. Cf.: PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832. (Verbete “*fogo*”)

Tabela 3: Descrição de Fogo na Lista Nominativa							
Número do fogo	Número dentro do fogo	Nome	Idade	Qualidade [cor]	Estado [Civil]	Condição	Ocupação
048	1	Padre Manoel Ribeiro da Crus	67	branco	Solteiro	Livre	ordens, sacerdote
	2	Felis	20	africano/pr eto	Solteiro	Escra- vo	
	3	Damião	60	africano/pr eto	Solteiro	Escra- vo	
	4	João	18	africano/pr eto	Solteiro	Escra- vo	

Tabela 3: Exemplo de descrição de domicílio na Lista Nominativa de 1831¹⁴⁵

Como podemos perceber na Tabela 3, as possibilidades de processamento dos dados são grandes, a combinação de diversas variantes permite esclarecer parte considerável da dinâmica social dos personagens. A quantidade de pessoas dos fogos, a posição hierárquica atribuída aos sacerdotes dentro das residências e até mesmo o número de escravos são índices pertinentes para o entendimento de questões condicionantes da configuração social dos sacerdotes. De uma forma ou de outra, tais fatores restringiam ou facilitavam o acesso a redes sociais que, por meio das conexões, proporcionavam acesso ao material escrito.

No que se refere a Mariana em 1831, a Lista Nominativa¹⁴⁶ enumera o total de 2949 habitantes. Destes, 53 pessoas são qualificadas como padres. Pensando, portanto, em números relativos, apenas 1,79% da população se dedicava ao sacerdócio. Considerando-se que a região era sede do bispado, que além dos cargos vinculados à administração episcopal, localizava-se ali um seminário – o único da província até o momento – a concentração de padres é pequena.

145As informações foram extraídas de <http://poplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php> no dia 15 de Dezembro de 2010. Não se encontram em forma de tabela propriamente dita. Optamos por este formato para uma melhor visualização.

146Lista Nominativa, Mariana, 1/12/1831 disponível em <http://poplin.cedeplar.ufmg.br> (Consultado no dia 16 de Dezembro de 2010).

Tabela 4: Informações Gerais da Lista Nominativa de Mariana 1831	
Total de Habitantes	2949
Total de Sacerdotes	53 (1,79% do total de habitantes)
Total de Fogos	596
Total de Fogos com Sacerdotes	32 (5,36% do total de fogos)
Sacerdotes Chefes de Domicílio	26 (49,05% do total de sacerdotes)
Idade Média dos Sacerdotes Chefes de Domicílio	41,62 anos
Idade Média Sacerdotes Fora da Chefia de seus Domicílios	25,59 anos

Tabela 4 Estas informações foram extraídas da lista nominativa com ênfase nos 53 padres identificados em Mariana, 1/12/1831 disponível em <http://poplin.cedeplar.ufmg.br> (Consultado no dia 16 de Dezembro de 2010.) Listagem completa dos sacerdotes presentes nos anexos.

As informações presentes na Tabela 4, relativas às residências que continham sacerdotes permitem outras análises interessantes. O total de 596 fogos, apenas 32 (5,36%) eram ocupados por padres. Deste número, deve-se descontar o *Seminário Nossa Senhora da Boa Morte*, que concentra quantidade grande de estudantes com o sacramento da ordem, mas que continuavam os estudos para a ascensão a níveis superiores do sacerdócio.¹⁴⁷ O Seminário acolhia na época um total de 26 alunos. Destes, 15 eram das ordens sacras iniciais¹⁴⁸, classificados como diáconos e subdiáconos.

147As ordens menores eram:

Hostiário: que era aquele que detinha a chave da igreja, cuja responsabilidade era o controle da entrada das pessoas nos templos;

Leitor: encarregado de algumas leituras coletivas;

Exorcista: eram os sacerdotes de ordens menores que podiam fazer orações para expulsar demônios de pessoas ou coisas;

Acólito: era os encarregados de ajudar na missa, ou nas palavras de Raphael Bluteau, “o que em virtude de huma das quatro ordens Menores, acende as alampadas, leva ao altar as vellas, & ministra nas galhetas a agoa, & vinho, para o sacrificio da Missa.”

Os verbetes foram consultados em BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.*, nas respectivas páginas e volumes: Vol. 9, p. 100; vol. 5, p. 74; vol. 3, p. 388; vol. 1, p. 93.

148As ordens sacras eram respectivamente:

Subdiácono: clérigo cuja obrigação se restringia a manter limpos e preparados os paramentos e os utensílios que eram utilizados durante os rituais católicos, além de ser capacitado e responsável pela entoação de cantos durante a missa;

Diácono: era um dos ministros do altar, também conhecido como “Clérigo do Evangelho”;

Presbíteros ou Sacerdotes: Eram os que detinham as maiores responsabilidades. No mínimo deveria ter ultrapassado os 25 anos de idade; cuidava da sagração da hóstia e a confissão dos fiéis.

Os verbetes foram consultados em BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.*, nas respectivas páginas e volumes: Vol. 7, p. 757; vol. 3, p. 202; vol. 7, p. 419.

Podemos tirar duas conclusões desta primeira inserção no universo dos clérigos da Mariana de 1831: a primeira delas é que a carreira sacerdotal era procurada por diversas pessoas. A relevância do número de alunos no universo geral de padres era considerável. No recenseamento, aparecem outros alunos residentes no Seminário Nossa Senhora da Boa Morte. Entendemos que a definição da ocupação “*pertendente*”¹⁴⁹ foi atribuída aos detentores das ordens menores. Por não serem considerados sacerdotes, não os levamos em conta nas estatísticas. Ainda assim são relevantes no que diz respeito ao volume daqueles que optaram pela carreira sacerdotal e de como ela tinha importância social e prestígio na sociedade desta época.

Segunda conclusão: o caráter de formação da região de Mariana. Este deve ser relativizado levando-se em conta a baixa concentração local de clérigos. Pensemos na situação em que apenas 1,79% da população se enquadra nesta categoria. Não falamos de uma região qualquer, o Seminário Nossa Senhora da Boa Morte havia sido restaurado na década de 1820 pelo bispo Dom José da Santíssima Trindade. Na década de 1830, a instituição encontrava-se em pleno funcionamento. Por ser esta quantidade reduzida de “noviços”¹⁵⁰, ela não deveria ser capaz de suplantar as necessidades da região, que dirá da província! Afinal, os sacerdotes eram necessários não só para as funções imediatas e para os sacramentos do batismo, matrimônio e óbito, como também para os que eram de maior repetição durante a vida (confissão e eucaristia). Todas as atividades eram, na medida do possível, devidamente documentadas para o recebimento das taxas competentes e prestação de contas ao estado.

Dadas estas duas conclusões, por consequência, nos aparece uma terceira: a proeminência de alguns indivíduos frente à posição de sacerdote. Como nas leis de mercado em geral, as regras de escassez elevam as mercadorias com maior valor agregado, há um patamar superior às demais.¹⁵¹ Desta forma, quanto mais escassos fossem os sacerdotes, aqueles que obtivessem maior grau de especialização ou nível hierárquico, conseguiriam se destacar aos demais e superá-los em ganho financeiro, além de maior inserção na própria

149Termo que aparece nas listas nominativas para os alunos que não são nem diáconos, nem subdiáconos, mas que ainda assim se encontram no seminário. Suspeitamos de que fossem os pertencentes às ordens menores.

150Segundo Raphael Bluteau Noviço, trata-se “daquele que depois de tomar o habito de alguma Religião se vai habituando nos exercícios della, para professar.” BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.*, vol. 5, p. 759.

151Para uma melhor discussão sobre o assunto da oferta e procura, ver: POSSAS, Mário Luiz. *Os conceitos de mercado relevante e de poder de mercado no âmbito da defesa da concorrência*. Extraído de: [http://www.ie.ufrj.br/grc/pdfs/os_conceitos_de_mercado_relevante_e_de_poder_de_mercado.pdf] no dia 17 de Dezembro de 2010.

estrutura administrativa da Igreja e local. Exemplo disso é a quantidade considerável dos clérigos chefes de domicílio na região. As pessoas que aparecem classificadas como sacerdotes chefes de domicílio são quase a metade do total. Dos 53 de Mariana em 1831, classificados como clérigos, 26 (49,05%) se enquadram como o *número um* de seu respectivo fogo. O que leva a outra questão: seria possível uma divisão populacional entre aqueles que se encontram nos níveis mais baixos de sacerdócio, entre eles os subdiáconos, diáconos e alunos classificados como pretendentes; e aqueles que são consagrados sacerdotes, com uma carreira mais consolidada?

A tendência de que os padres há mais tempo no ofício se tornassem chefes de domicílio, não deve ser interpretada como característica exclusiva do meio sacerdotal. Pessoas bem estabelecidas socialmente e muitas vezes econômica e profissionalmente, obviamente, tendiam a chefiar domicílios. Neste sentido, a idade destes indivíduos, em média, era superior à daqueles que se encontravam vivendo com as famílias, ou ainda como estudantes do seminário. A Ilustração 1 mostra a pirâmide das idades.

152

Pirâmide das Idades/n. indivíduos

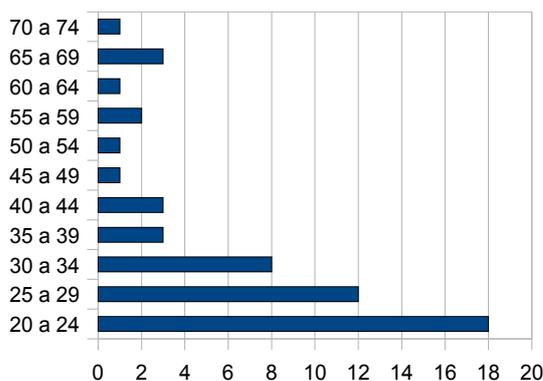


Ilustração 1: Padres Lista Nominativa Mariana 1831.

A *pirâmide das idades pelo número de indivíduos* mostra a concentração de clérigos em determinadas faixas etárias. A prerrogativa de cidade formadora – devido à presença do

152 Informação processada dentre os 53 padres identificados em Lista Nominativa, Mariana, 1/12/1831 disponível em <http://poplin.cedeplar.ufmg.br> (Consultado no dia 16 de Dezembro de 2010.)

Seminário Nossa Senhora da Boa Morte – atribuída a Mariana, provavelmente, uma constituição diferente, pois os de clérigos residiam no local. Os sacerdotes do topo do gráfico tendem a ser chefes em suas residências, e sua idade média, é de 41,62 anos, enquanto a daqueles que não eram chefes de domicílio a média de idade era de 25,59 anos.

Outra colocação pertinente é a de que o tempo necessário para se tornar um padre com colocação confortável na hierarquia católica, seria de 16,03 anos. Exemplo disso é a amplitude das duas categorias. Os padres chefes de domicílio têm as idades oscilando entre 21 anos – a idade do Padre José Magalhães – e de 72 anos, a idade do Reverendo Francisco da Silva Campos. O primeiro, é chefe de um domicílio em que é o único indivíduo, enquanto o segundo mostra maior estabilidade frente a uma residência constituída por quatro indivíduos livres e quatro escravos. É interessante notar que a média das idades deve ser relativizada, mas ainda assim mostra a tendência de – com o avançar da idade e uma melhor colocação dentro dos postos da Igreja – o sacerdote adquirir também estabilidade como integrante de domicílio. Em outras palavras: a ascensão a cargos superiores da hierarquia eclesiástica era obtida a custo de aproximadamente 16 anos, acompanhada da constituição de um domicílio sob sua chefia.

Os dois extremos coexistiam em Mariana, e eram muito bem definidos. Primeiramente, tínhamos a cúpula administrativa da Sé, que englobava mais de 30 pessoas, em sua maioria clérigos, que se distribuíam entre as diversas funções necessárias para o encaminhamento da burocracia e dos rituais religiosos. De outro lado, apareciam os clérigos em formação eram jovens, com menores responsabilidades dentro de suas próprias residências. Percebemos uma relação hierárquica muito clara, a qual colocava os mais jovens na base, com idades concentrando-se entre os 20-29 anos, Ilustração 1, faixa de maior concentração de clérigos.

As faixas seguintes, como a semipirâmide mostra, têm quantidades mais ou menos constantes, variando entre um e três sacerdotes. Destacam-se neste grupo os cônegos e os capelães da Sé. São ao todo oito cônegos e três capelães identificados como sendo diretamente ligados à administração do bispado. Além destes, havia os professores do Seminário Nossa Senhora da Boa Morte, que somavam quatro. Se considerarmos que todos pertenciam ao grupo dos chefes de domicílio, estes compunham claramente o que chamamos de classe dirigente. Além destes, aparece ainda o Bispo Dom Frei José da Santíssima

Trindade, somando então dezesseis padres participantes ativos das atividades administrativas e de formação. Ou seja, dos chefes de domicílio que totalizam vinte e seis, temos então 61,53%.

A Lista Nominativa permite concluir que havia dois grupos distintos, dentre os padres. Além disso, que eles se relacionavam em dois sentidos. Primeiramente, o grupo dirigente, da mesma forma que tinha a função de formação – no Seminário – ocupava também os cargos na administração do bispado, configurando o que poderíamos chamar de *elite clerical mineira*. O grupo em processo de formação recebia atenção especial também. Ocupava lugar importante devido ao caráter de renovação, implantado pelos dois Bispos estudados. Por meio destes, não só os cargos de dirigentes seriam renovados com clérigos preparados com rigorosa formação, como também estes novos sacerdotes comporiam um novo corpo clerical para toda a província de Minas Gerais. O primeiro tinha a função de formar e, ao mesmo tempo, preparar terreno para a nova leva de padres formados dentro da visão ultramontana.

Escravos, Libertos e Pardos: Inventários e Lista Nominativa no Século XIX

Os estudos demográficos referentes à população mineira vêm mostrando que ela era constituída em grande parte por negros, na sua maioria escravos. Laird Bergad, em estudo sobre a demografia em Minas Gerais, conclui que a população afrodescendente cresce em proporção no século XIX. Com os dados obtidos nas listas nominativas e nos inventários *post-mortem*, o autor estima que a população branca livre supere proporcionalmente a escrava, mestiça ou negra livre, somente na altura da década de 1870. Este crescimento dentro do recorte – 1820 a 1875 – é significativo para a constatação de uma mudança social consistente.¹⁵³ Determinadas características da posse de escravos e da constituição étnica dos sacerdotes permitem levantar questões relevantes com relação aos sacerdotes e aos respectivos domicílios.

A primeira consideração é de ordem comparativa, no sentido de entender em que os

¹⁵³BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Trad. Beatriz Sidou. Bauru: EDUSC, 2004, p. 161.

inventários e as Listas Nominativas se aproximam e se distanciam, ao demonstrar os padrões de posse de escravos por sacerdotes.¹⁵⁴ O Recenseamento de 1831 aponta para a tendência de um número maior de livres nos domicílios. Apenas nove clérigos pertencem aos fogos onde a relação livre/escravo é inferior a um. Quarenta e quatro (83%) dos clérigos vivem em residências em que o número de cativos é menor que o número de livres. Um parêntese deve ser aberto para se entender a discrepância presente nestes números: a quantidade de domicílios com padres era menor do que o montante de sacerdotes. Isso ocorre devido à já mencionada concentração em determinadas residências. É o caso, por exemplo, do Seminário, que, descrito como fogo, abrigava o Reitor da mesma instituição, além de seus alunos internos, totalizando o número de 26 indivíduos, entre diáconos, subdiáconos e pretendentes à ordenação.

Os inventários, por sua vez, não nos permitem traçar esse panorama relacional. No entanto, é possível cruzar os dados com as quantidades de escravos arrolados para poder entender de que forma os documentos se assemelham ao público a que se referem. O fator inicial a ser observado é o da quantidade de escravos. Dos vinte e um inventários da amostra, nove casos (42%) não relacionam nenhum cativo nos bens arrolados. A lista nominativa, por sua vez, mostra que em apenas três (9,37%) residências de clérigos isso ocorre. Outro fator divergente entre as fontes é o número de escravos. Enquanto na Lista Nominativa de 1831 a média de escravos por fogo é de 3,47, os inventários apresentam uma média pouco inferior, atingindo aproximadamente 2,86 escravos por fogo. Entrando mais nas discrepâncias, os fogos da Lista Nominativa que apresentam escravos atingem essa média partindo de um único cativo e atingindo o número de 11 escravos. Os inventários apresentam números um pouco maiores, partindo de um escravo e chegando ao plantel de 15 cativos. No caso dos plantéis dos inventários, atinge-se a média de cinco escravos por residência, ao passo que na Lista Nominativa o número é inferior, mas relativamente próximo, totalizando a média de 4,63 escravos por fogo.

Estes dados ilustram – assim como a amostra de inventários também – quesitos de representatividade no que diz respeito aos padres em geral. Clotilde Paiva e Marcelo

¹⁵⁴Torna-se necessária a observação que para além das concepções do presente referentes à posse de escravos os sacerdotes, por mais que fossem tidos como integrantes de uma elite moral que deveria ter comportamento, o século XIX, assim como a maioria da história do Brasil que engloba o período colonial e imperial, teve a posse de cativos como sendo comum e qualquer juízo de valor no sentido de se criminalizar quem possuísse seres humanos de etnia negra é um de anacronismo.

Magalhães Godoy encontraram outros números esclarecedores na compreensão do contexto geral de posse de cativos. De acordo com a mesma lista nominativa, expandida para todas as categorias e classes sociais, a posse de cativos atingia a média de sete cativos por domicílio na mesma região estudada.¹⁵⁵ Por que esta diferença entre a posse de escravos da população em geral e dos clérigos? Algumas hipóteses explicativas são possíveis, levando-se em conta a documentação que analisamos.

A primeira delas seria ideia primária de que a escravidão feria preceitos cristãos. Vários foram os clérigos envolvidos em movimentos abolicionistas, ou que mesmo estando sozinhos, pregaram contra o flagelo da escravidão. O próprio Padre Feijó foi um dos que buscaram, se não extinguir, pelo menos amenizar, a escravidão no Brasil. Dom Viçoso, por sua vez, foi outro colaborador da propagação destas ideias.¹⁵⁶ Desta forma, o clero – que permaneceu a todo o momento, durante grande parte da vigência da escravidão, sendo receptor primário das argumentações e indicações dos diversos dirigentes católicos que pregaram o fim da escravidão – acabou por ter seus plantéis menor que o restante da população.

Outra explicação – mais fundamentada nas fontes que analisamos – é a de que as idades reduzidas dos clérigos presentes na Lista Nominativa eram inferiores se comparadas às de outras pessoas que possuíam escravos. Como já mencionamos, os sacerdotes se concentravam na faixa etária entre 20 e 29 anos, vinculados às atividades de formação do *Seminário Nossa Senhora da Boa Morte*. Dos clérigos restantes, com as idades superiores (entre os 30 e os 74 anos), estavam geralmente ligados à administração da Sé e à atividade docente do Seminário. Tratava-se, desta forma, de dois grupos distintos, mas bem engajados em atividades religiosas. Estas obrigações, por sua vez, reduziam suas possibilidades de desenvolver atividades que não fossem as religiosas, com a frequência que os leigos desenvolviam.

155O estudo trabalha com o conceito de região, não discriminando, como é nosso caso, a cidade de Mariana. Os sete escravos de média correspondem aos cálculos referentes à Zona Mineradora Central Leste, que engloba, além de Mariana, outras localidades como Ouro Preto e demais povoações próximas e com certa semelhança social e econômica. Ver: PAIVA, Clotilde Andrade & GODOY, Marcelo Magalhães. *Op. Cit.*, p. 49.

156Apesar de ser um texto extremamente carregado de pensamentos que amenizam a relação da Igreja Católica no Brasil com a escravidão, o texto do Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho indica movimentos de diversos tipos partindo do próprio clero à posse de seres humanos – “filhos de Deus” - das críticas. Esta “mentalidade” poderia se ancorar no temor do castigo divino, reforçando ainda mais o poder de pregação das ideias abolicionistas. Cf.: CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. *A Igreja e a Escravidão: Uma análise documental*. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985, p. 183.

Além das duas hipóteses anteriores para a diferenciação do plantel de escravos (a primeira relacionada com um aparato ideológico e a segunda com o desdobramento das atividades pertinentes), existe ainda a explicação de que a posse era menos numerosa puramente por questões documentais. Ambos os documentos apresentam dificuldades neste sentido. Com relação aos inventários, os cativos só seriam descritos se não fossem alforriados quando da morte de seu dono e, por isso mesmo, alforrias concedidas antes, ou por meio de testamentos, limitavam o número de escravos listados como posse de padres. A descrição parcial contribui, desta forma, para que não apareça a totalidade dos planteis. Por outro lado, a Lista Nominativa, que aparentemente não peca neste sentido, acaba por faltar na descrição de planteis que se encontrassem em outras localidades. O fogo era descrito como o conjunto de pessoas convivendo em uma mesma residência. No caso de agricultores ou mineiros, por exemplo, que possuíssem outras residências ou imóveis nas zonas de extração dos metais preciosos, ou em suas roças, não teriam seus planteis descritos como um único fogo. Este raciocínio percorre e diferencia os dois grupos de sacerdotes identificados de antemão: os jovens envolvidos detidamente com as atividades de sua própria formação não poderiam desenvolverem atividades que ocupassem muito de seu tempo, e de outro lado, os cônegos e os outros clérigos – que desempenhavam atividades relacionadas ao Seminário da Boa Morte ou se dedicavam exclusivamente às atividades direcionadas ao rebanho. De qualquer forma, mesmo sendo hipóteses, estas possibilidades servem minimamente para esclarecer as questões que permanecem nebulosas.

Laird Bergad caracteriza o crescimento populacional mineiro no XIX embasado em três grandes tendências, as quais foram capazes de modificar, ano após ano, a constituição étnica das Minas Gerais ao ponto de se tornar a Capitania com o maior plantel de escravos do país, e ainda assim dotado de peculiaridades encontradas apenas na região das alterosas. O crescimento da população após o período de estagnação, o aumento da população branca e “estabilidade quase absoluta” na participação dos negros e mulatos na composição étnica da população inserem a análise do recenseamento de 1831 numa dinâmica maior que abrange todo o século XIX.¹⁵⁷

O período de estagnação em parte proporcionado pelo declínio da produção mineral acaba por ser superado com o redirecionamento econômico das forças produtivas locais para

157BERGAD, Laird W. *Op. Cit.*, p. 163 e 164.

outros focos. Este movimento produziu gradual migração de pessoas das antigas zonas de mineração do ouro para áreas menos povoadas até então. Apesar disso, as rochosas terras – que Clotilde Paiva e Marcelo Magalhães Godoy definiram como Regiões Mineradoras Centrais Leste e Oeste – permitiram oportunidades de desenvolvimento agrícola e pecuário¹⁵⁸. Nelas a concentração de escravos permanece alta, com os mencionados sete cativos em média por plantel. Os clérigos, por sua vez, se encontram em residências com menor número de escravos, mais próximo da realidade de regiões de colonização recente e de menor dinamismo econômico. A projeção para os padres permite dizer que a categoria desempenhava localmente papel econômico marginal porque estava mais ligada ao compromisso sacerdotal.

Os dois pontos seguintes levantados por Laird Bergard – crescimento da população branca e a estabilidade proporcional da presença de mulatos e negros – apontam que na década de 1831 a mão de obra livre se dispusesse com afinco. Do total das residências com clérigos, que somavam 269 pessoas, em apenas nove residências (27,27%) o número de escravos superava o número de livres. Com relação aos fogos, em que o número de livres superava o número de escravos, eram 17 (51,51%) no total. Além destes, havia sete (13,20%) fogos cujo número de escravos se equiparava ao número de livres. A década de 1830 – principalmente a categoria clérigos – indicava mudanças futuras pela própria conformidade de sua situação social do momento, com população livre crescente e população escrava praticamente estagnada por todo o período de nosso estudo.

De modo geral, a posse de escravos pelos clérigos denota de que forma os mesmos sacerdotes estavam inseridos na sociedade de seu tempo. Os plantéis pequenos em sua maioria permitem que pensemos em chefes de domicílio que empregavam a mão de obra livre nas atividades relacionadas, aos serviços de manutenção das casas. Além disso, como já mencionamos, eles estariam envolvidos em atividades de cunho clerical e menos em atividades laicas devido à especialização dos sacerdotes da localidade. Traçando um vínculo com a ideia desenvolvida no capítulo anterior, a criação do bispado, as políticas de vigilância e a preocupação com a formação do clero local surtiram efeito, sobretudo, durante os governos de Dom Frei José da Santíssima Trindade e Dom Antônio Ferreira Viçoso, por dois motivos principais. O primeiro deles foi o aproveitamento da estrutura que vinha sendo implantada, bem como a adoção de formação de sacerdotes engajados com a concepção

158PAIVA, Clotilde Andrade & GODOY, Marcelo *Magalhães. Op. Cit.*

ultramontana. Se a tendência à queda na posse de escravos foi diferenciada na população em geral, com relação aos padres é menor devido ao engajamento deles em movimentos relacionados a mudanças feitas gradualmente na administração diocesana.

Com relação à Lista Nominativa, cabe o último comentário a respeito da etnia. Os próprios padres tinham cor declarada. Dos 53 clérigos descritos, apenas seis (11,32%) aparecem como sendo pardos. Nenhum é declarado negro ou mulato. Estes dados são representativos, considerando o universo imenso de pardos e negros na província de Minas Gerais. Nos números levantados por Clotilde Paiva e Marcelo Magalhães Godoy sobre a Região Mineradora Central Leste, à qual Mariana pertencia, os mestiços atingiam a taxa de 52,6% da população. Eram de longe o grupo étnico de maior representatividade e como vimos, os pardos não apareciam com a mesma proporção dentro do grupo dos clérigos. Mesmo levando-se em conta a taxa da província, que era pouco menor que a da região (48,1%)¹⁵⁹, os números atingidos pelos clérigos indicam mínima acessibilidade à carreira sacerdotal para outras etnias que não fosse a branca.

Tal aspecto corrobora mais a perspectiva de que os padres estavam inseridos em um nível social superior. Pelo menos a título de status, a cor da pele importava e condicionava, em grande escala, a entrada, a permanência e ascensão dos padres, como pastores da Igreja Católica. A cor também serviria de distinção, pessoas que ascendiam socialmente tendiam a se “autobranquear” como forma de demonstrar sua ascensão. De qualquer forma, é representativo perceber a pouca participação da maioria parda e mulata no meio religioso. De todo modo, as distinções de cor permeavam toda a sociedade, e no sacerdócio não era diferente! Basta que nos lembremos da impossibilidade mencionada anteriormente de se atender às exigências do Concílio de Trento. Nele, questões raciais estavam presentes e nesta lógica havia inclusive a impossibilidade de mestiços, dotados de “mulatismo”, de ingressar no sacerdócio.¹⁶⁰

159Dados de “Tabela 10” cf.: PAIVA, Clotilde Andrade & GODOY, Marcelo Magalhães. *Op. Cit.*, p. 41.

160Para períodos anteriores, Luiz Carlos Villalta encontra uma série de desobediências com relação a estes quesitos. Curiosamente, a Lista Nominativa aponta poucos clérigos pardos, e nenhum mulato ou negro, presentes em Mariana no início da década de 1830. Com relação ao período anterior, ver: VILLALTA, Luiz Carlos. A Igreja, a sociedade e o clero. In: LAGE, Maria Efigênia de Resende e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *História de Minas Gerias – As Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.

Sacerdotes e Domicílios na Lista Nominativa de 1831

Sob a perspectiva dos domicílios, outros dados pertinentes estão presentes nas listas nominativas. Maria Luiza Marcílio estudando o período 1820 a 1874, chama-o de protoestatístico.¹⁶¹ A dinâmica da documentação não obedece às exigências compreendidas como período estatístico propriamente dito. Desta forma, as Listas Nominativas produzidas durante praticamente três quartos do século XIX são caracterizadas por serem, relativamente abundantes se comparadas aos períodos anteriores, inconstantes no tocante à metodologia aplicada. O desdobramento disso é que registros paroquiais em geral – como batismo, matrimônio, óbito – e registros censitários diversos – cadastro de terras e Listas Nominativas – não tiveram periodicidade nos termos utilizados, sobretudo, na ocupação e cor da pele. Significa dizer, por exemplo, que nem todas as Listas Nominativas produzidas nos anos de 1831-32 buscaram obter a ocupação laboral daqueles que tiveram suas residências registradas pelos encarregados.¹⁶² As comparações, mesmo em uma mesma província, não podem abranger a totalidade das vilas e respectivos termos, pois cairiam no problema da inexistência de paralelo entre umas e outras listagens.¹⁶³

As ausências e as inconsistências na documentação não foram barreiras intransponíveis no desenvolvimento desta pesquisa. Citamos anteriormente alguns trabalhos relevantes para a história de Minas Gerais, notoriamente envolvendo dados do século XIX, que utilizaram recenseamentos como principais fontes de pesquisa. Uma série de dados das listagens foi utilizada e confrontada com outras fontes: o número relativo de clérigos locais; a diferenciação entre eles e seu papel frente à sociedade por meio do plantel de escravos que possuíam, não constituem os únicos dados da análise da Lista Nominativa de 1831. No que diz respeito à dinâmica dentro das residências dos sacerdotes, os recenseamentos nos permitem acrescentar informações para a compreensão da interação dos grupos próximos ao convívio. Impera neste sentido a seguinte questão: qual a configuração dos arranjos familiares

161MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento Histórico da População Brasileira até 1872*. Mimeo. Sem local, s. d., p. 6.

162A lista de Mariana, por exemplo, não apresenta a relação dos demais integrantes do fogo e o membro considerado o chefe de domicílio, apenas aparece como sendo o número “1”, ao passo que os demais surgem com uma presumida ordem de importância dentro da mesma residência. Desta forma, a esposa e filhos aparecem na sequência, seguidos dos agregados, escravos e demais serviçais livres ou de situação indefinida quanto à liberdade ou não.

163Para uma melhor definição dos períodos Pré-estatístico, Proto-estatístico e Estatístico propriamente dito ver: MARCÍLIO, Maria Luiza. *Op.Cit.*

nas moradias dos sacerdotes no recenseamento de 1831?

Mário Rodarte, ao analisar a estrutura dos domicílios de Minas Gerais, utilizando as Listas Nominativas de toda a Província, produz uma tipologia pertinente no que diz respeito à formação dos lares mineiros na década de 1830. O pesquisador mostra como a caracterização de um fogo dependia, em grande parte, de como seu chefe era dotado de características representativas. O autor afirma que quatro são as bases para a análise de tal configuração: a primeira delas baseia-se nos atributos pessoais do chefe. Neste sentido, as características a serem estudadas são: a idade, atividade ocupacional e a cor da pele que combinadas com o estado civil, permitem notar as possibilidades de sociabilidade, ampliadas por meio de enlace matrimonial ou mesmo de relacionamento não oficializado. O tamanho dos domicílios também é índice relevante, por meio é possível entender melhor como o fogo comporta seus membros. Interessa a esta abordagem a quantidade de brancos nos fogos, principalmente livres, a quantidade de crianças – devido à sua dependência dos outros integrantes do domicílio – e, finalmente, a quantidade de casais dentro da residência. O estudo destas variantes vincula-se intimamente com outros fatores, chamados pelo o autor de inserção socioeconômica. A ligação é direta no sentido de entender como a articulação desse grupo ocorria por meio de suas profissões ou ocupações, e o contexto da região em que estava inserido.¹⁶⁴

Com as informações coletadas chegamos à Tabela 5, que mostra os atributos de domicílios e chefes de domicílio.

		Província	Padres Mariana
1-Idade	Até 29	10738 (17,0%)	6 (23,08%)
	30 a 39	14365 (22,8%)	9 (34,62%)
	40 a 49	14482 (23,0%)	3 (11,54)
	50 a 59	11570 (18,4%)	3 (11,54%)
	60 a 69	_____	4 (15,38%)

¹⁶⁴Para visão detalhada ver: RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Arranjos Domiciliares, Urbanos e Desenvolvimento Econômico: Um Ensaio de Tipologia Domiciliar com as Listas Nominativas de Minas Gerais, na Década de 1830. Trabalho apresentado no *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, realizado em Caxambú - MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004, p. 2.

	70 a 79	_____	1 (3,85%)
	80 e mais	11828 (18,8%)	0 (0,0%)
2-Cor	Sem Informação	194 (0,3%)	0 (0,0%)
	Branco	25179 (40,0%)	23 (88,46%)
	Crioulo/Africano	8304 (13,2%)	0 (0,0%)
	Mestiço	29306 (46,5%)	6 (23,08%)
3-Livres no Domicílio	1	7440 (11,8%)	5 (19,23%)
	2	12424 (19,7)	6 (23,08%)
	3 a 4	18781 (29,8%)	10 (38,46%)
	5 a 6	12354 (19,6%)	2 (7,69%)
	7 a 8	6831 (10,8%)	0 (0,0%)
	9 a 10	3277 (5,2%)	0 (0,0%)
	11 ou mais	1876 (3,0%)	3 (11,54%)
4-Livres Casados	Nenhum	22470 (35,7%)	25 (96,15%)
	1	3820 (6,1%)	1 (3,85%)
	2	34931 (55,5%)	0 (0,0%)
	3	692 (1,1%)	0 (0,0%)
	4	851 (1,4%)	0 (0,0%)
	5 ou mais	219 (0,3%)	0 (0,0%)
5-Crianças no Domicílio	Não possui registros	31282 (49,7%)	25 (96,15%)
	0 a 4	8000 (12,7%)	1 (3,85%)
	5 a 9	9617 (15,3%)	0 (0,0%)
	0 a 4 e 5 a 9	14084 (22,4%)	0 (0,0%)
6-Plantel de Escravos	Não possui registros	42686 (67,8%)	2 (7,69%)
	Um escravo	4971 (7,9%)	6 (23,08%)
	Dois ou três	5507 (8,7%)	9 (34,62%)
	Quatro a dez	6653 (10,6%)	8 (30,77%)
	11 ou mais	3166 (5,0%)	1 (3,85%)

Tabela 5: Os dados referentes aos sacerdotes de Mariana foram processados por nós a partir da Lista Nominativa de 1831. Os dados referentes à Província são de RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Op. Cit., p. 7 e 8.

As idades dividem claramente os clérigos de Mariana em dois grupos distintos. Levando-se em conta a metodologia de Mário Rodarte, chegamos a conclusões com relação aos arranjos familiares dos que pertenciam ao grupo dos clérigos em formação, daqueles que vinculavam-se à administração do Bispado. Primeiramente, ao retomar os dois grandes domicílios do início desta sessão de capítulo, percebe-se que eles representam casos extremos dos dois grupos. O Seminário da Boa Morte era residência da maioria dos estudantes. Por sua vez, o Bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade, detentor do mais alto cargo da hierarquia eclesiástica na Província de Minas Gerais, tem morada de destaque.

Grandes Domicílios

Neste sentido, questões brevemente apontadas no início deste capítulo merecem ser relembradas para o esclarecimento de peculiaridades do grupo de clérigos que aparecem nas listas nominativas da cidade de Mariana. A primeira delas refere-se à concentração de sacerdotes em um único fogo: O Seminário da Boa Morte constituiu a única residência perante o recenseamento. Assim aparecem lá, além do Reitor, quinze ordenados, em estágios diferentes do sacramento.¹⁶⁵ Além destes, encontrava-se no mesmo domicílio um grupo de onze leigos qualificados como “pretendentes”, que certamente realizavam estudos introdutórios, mas não haviam atingido a primeira ordem sacra – subdiácono – e aguardavam como internos da própria instituição de formação. Outros integrantes constituíam o mesmo fogo: um total de sete escravos e escravas, africanos, além de mais duas pessoas, um africano e um crioulo, sem a definição de condição. Mesmo não tendo suas ocupações declaradas, é muito provável que este grupo fosse o responsável pela manutenção da estrutura física do Seminário, com o provimento da alimentação dos internos. Este é o agrupamento residencial mais extenso encontrado em Mariana. Interessante observar que não encontramos nenhuma mulher livre no domicílio. O que abre margem para que pensemos em questões de moral e, além delas, em questões relacionadas com a execução de atividades voltadas à mão de obra

¹⁶⁵Os estágios já foram esclarecidos em suas peculiaridades em momentos anteriores. Apenas a título de lembrete as subdivisões do sacramento da ordem eram as seguintes: Hostiário, Leitor, Exorcista e acólito – ordens menores – e subdiácono, diácono e presbítero ou sacerdote – ordens sacras.

feminina. A cozinha e as atividades relacionadas com o vestuário seriam desenvolvidas somente pelos nove serviçais? Bastante provável. Além das atividades realizadas por eles, restava ainda o tempo ocioso dos seminaristas. Entre as aulas, estudos, missas e orações, eles deveriam prover algum tipo de trabalho, ao menos voltado para as necessidades individuais.¹⁶⁶

Outro fogo se destacava em número de integrantes. O Palácio Episcopal, cujo chefe de domicílio era o próprio Bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade, registrado na listagem com de vinte e três pessoas. Destas, a minoria, diferentemente do que encontramos na listagem do Seminário, era de sacerdotes ou aspirantes a sacerdotes. A Tabela 6 mostra a lista completa, como aparece na Lista Nominativa de 1831.

Tabela 6 - Descrição dos Integrantes da Residência do Bispo em 1831						
Número dentro do fogo	Nome	Idade	Qualidade [cor]	Estado [Civil]	Condição	Ocupação
1	Exelentissimo e Reverendissimo Prelado Frei Jose da Santissima	69	Branco	Solteiro	Livre	Bispo
2	Padre Francisco Vicente	26	Branco	Solteiro	Livre	Sacerdote, capelão de sua excelência
3	João da Silva de Andrade	23	Branco	Solteiro	Livre	Diacono
4	Apolinario Moreira Barboza	26	Branco	Solteiro	Livre	Leigo
5	Jose Francisco Bayao	22	Branco	Solteiro	Livre	Leigo

¹⁶⁶Lista Nominativa, Mariana, 1/12/1831 disponível em <http://poplin.cedeplar.ufmg.br> (Consultado no dia 16 de Dezembro de 2010.), Fogo 55.

6	Jose Luis de Brito	66	Branco	Solteiro	Livre	Cirurgião
7	O Marquês Saveli Sabatelli	56	Branco	Solteiro	Livre	
8	Cyprianno Jose Alvares	22	Índio	Solteiro	S/ inf.	Sapateiro
9	Narcizo Luiz	18	Índio	Solteiro	S/ inf.	Carpin- teiro
10	Joaquim Goncalves	19	Pardo	Solteiro	S/ inf.	Carpin- teiro
11	Manoel Xavier	36	Pardo	Solteiro	S/ inf.	Feitor
12	Francisco Correia	11	Pardo	Solteiro	S/ inf.	Escola
13	Mauricio	38	Crioulo	Solteiro	Escravo	
14	Ignácio	30	Africano/ preto	Solteiro	Escravo	
15	Andre	38	Africano/ preto	Solteiro	Escravo	
16	Matheus	50	Africano/ preto	Solteiro	Escravo	
17	Paulo	27	A fricano/pr eto	Solteiro	Escravo	
18	Antonio	30	Africano/ preto	Solteiro	Escravo	
19	João	24	Africano/ preto	Solteiro	Escravo	
20	Jose	26	Africano/ preto	Solteiro	Escravo	
21	Manoel	29	Africano/ preto	Solteiro	Escravo	
22	Pedro	48	Africano/ preto	Solteiro	Escravo	
23	Francisco	30	Africano/ preto	Solteiro	Escravo	

Tabela 6¹⁶⁷

167Lista Nominativa, Mariana, 1831, Fogo 15.

Com relação ao grupo de onze escravos, podemos atribuir-lhes as mesmas funções dos citados no domicílio anterior. Eles deveriam atender às necessidades da Sé de Mariana, desde os afazeres da residência do Bispo, até as atividades de manutenção, construção e ampliação relacionadas à administração do bispado. O grupo é consideravelmente maior do que o presente no Seminário, levantando a hipótese de que seus membros também atendessem às demandas relacionadas ao bispo, já que a instituição de formação de clérigos nesta época estava vinculada diretamente ao bispado.¹⁶⁸ De qualquer forma, devem ser considerados “coringas” nas atividades de obrigação da administração do bispado, que – englobando a catedral, o Seminário, a residência do Bispo e as demais dependências anexas – formavam um considerável complexo. A escravaria é de tamanho considerável para a época e por isso mesmo demandou os cuidados de um feitor. Além deste profissional, cuja ocupação estava diretamente ligada aos escravos, havia também outras pessoas cujas ocupações se vinculavam à manutenção do patrimônio da diocese. Eram dois carpinteiros, um deles, índio,¹⁶⁹ que desempenhava papel indispensável quanto às construções. As dependências das quais eles deviam dar conta, tanto da manutenção quanto da expansão, eram de tamanho considerável, e por isso mesmo a utilização dos “coringas” – a escravaria – devia ser frequente. De todo modo, estes cativos lideravam as ações relacionadas às edificações, principalmente com relação aos aparatos de madeira.¹⁷⁰ Mas estes eram apenas os que residiam junto ao Bispo. Ao todo, contando com estes dois inclusive, residiam em Mariana 42 carpinteiros. Um número considerável se levarmos em conta os 596 fogos. Aparentemente não haveria problema em se contratar mão de obra desta especialização nas proximidades.¹⁷¹

Havia ainda um sapateiro, profissional ligado à produção de acessórios, uma figura solitária. No entanto, do mesmo modo que não são escassos os carpinteiros, também não são os colegas de ocupação deste profissional. Só de sapateiros, além do único presente na residência do Bispo, aparecem outros 72, juntamente com mais de três centenas de costureiras – 369 ao todo – e outros tantos alfaiates – 76 – e 40 lavadeiras. Tais profissionais ofereciam seu serviço não só para a diocese e o Bispo, mas também para o Seminário, além de outras

168Como já mencionamos no capítulo anterior, o Seminário Nossa Senhora da Boa Morte conquista maior autonomia somente no bispado de Dom Antônio Ferreira Viçoso. Quando uma entrega não oficial aos Lazaristas oficializa-se em independência da instituição frente ao bispado na década de 1850. Cf.: COELHO, Tatiana Costa. *Op. Cit.*

169Como podemos ver no quadro anterior havia outro índio, cuja ocupação foi definida como sapateiro.

170Antônio de Moraes Silva define carpinteiro como sendo “oficial que trabalha a madeira na construção civil, ou náutica.” Ver: SILVA, Antônio de Moraes. *Op. Cit.*, p. 350.

171Lista Nominativa de Mariana, *Op. Cit.*, 1832.

residências da localidade.

O mesmo não podemos dizer do único cirurgião de Mariana, José Luiz de Brito, com seus 66 anos, singular com esta ocupação declarada e ainda por cima residente junto ao Bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade. O mais curioso de tal dado é a pequena presença deste tipo de profissional em meio a uma grande comunidade. Ao detentor do cargo de cirurgião, era permitido o tratamento de “moléstias externas”. Além deste, havia ainda na cidade dois “profissionais da saúde” (boticários): Sua função oficial era “manipular e vender medicamentos.”¹⁷² O que chama a atenção nesse caso são duas questões principais. A primeira é a escassez de pessoas que exerciam os ofícios de cura. Torna-se quase evidente a necessidade das pessoas da época de recorrerem à capital da Província para algumas necessidades, entre elas as relacionadas à saúde. Em segundo lugar, a ligação do único cirurgião da localidade com o Bispo: ele morava junto ao Bispo, o que mostra a importância vital na comunidade.

Aparecem ainda dois outros religiosos: o Diácono João da Silva Andrade, de 23 anos, e o Padre Francisco Vicente, de 26 anos. Ambos deveriam servir ao bispo em algumas de suas necessidades pessoais. Desta forma, constituíam membros importantes do clero, mas entre todos aqueles que compunham o corpo de padres acabavam por ser, de uma forma ou de outra, os mais presentes na convivência com o mais alto representante da hierarquia clerical local, e nem mesmo eram cônegos. Estes, apesar de representarem a autarquia superior da igreja, foram ausentes no Palácio Episcopal, e da própria casa denominada “casa do cabido”. Acreditamos que a razão disso fosse capacidade pessoal de manterem suas próprias residências.

Finalmente, habitavam na residência do Bispo três leigos: Francisco Correia, pardo de 11 anos, José Francisco Bayao, de 22 anos, e o Marquês Saveli Sabatelli. Com relação a estes não é possível se afirmar muita coisa. A não ser que ao mais jovem era atribuída a ocupação

¹⁷²Segundo Tânia Salgado Pimenta, os boticários, por sua característica de provedores dos remédios, acabavam por se localizar em uma posição privilegiada frente aos outros profissionais que trabalhavam na área da saúde, pois eram eles que atendiam às demandas criadas pelos outros responsáveis pelo bem-estar físico da população. Além dos já mencionados cirurgiões e boticários, o governo reconhecia também os médicos, cuja função era prescrever remédios; os sangradores, que faziam as sangrias e aplicavam sanguessugas e ventosas; as parteiras, que auxiliavam nos partos; e os curandeiros, que curavam doenças leves e prescreviam remédios feitos de plantas medicinais nativas. Para uma melhor noção dos profissionais da saúde, com maior ênfase na cidade do Rio de Janeiro, ver: PIMENTA, Tânia Salgado. Entre Sangradores e Doutores: Práticas e Formação Médica na Primeira Metade do Século XIX. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 23, n. 59, p. 91-102, Abril de 2003.

de “escola”, ou seja, as primeiras letras. Em relação aos outros dois agregados da residência do Bispo, a diferença possível a ser feita é com relação ao título nobiliárquico atribuído ao Marquês. A presença dele é representativa no sentido de mostrar ligação com membros importantes da nobreza. Não podemos afirmar com certeza que se tratava de um italiano, mas a hipótese não pode ser descartada.

De forma geral, os dois maiores fogos de Mariana, cujos sacerdotes se tornaram presentes, aparecem como residências estritamente ligadas ao trato com as coisas da Igreja. Desde as atividades de formação, como era o caso do Seminário, até atividades de direção, como as vinculadas à figura do Bispo e ao Palácio Episcopal, percebemos a especialização destas casas e dos indivíduos que nelas residiam.

Domicílios de Porte Pequeno e Médio

Aqueles sacerdotes que não residiram no Seminário e nem foram chefes de domicílio moravam em residências lideradas por leigos. O grupo que não reside no seminário, mas que ainda assim aparece composto de diáconos e subdiáconos, ou seja, que ainda está envolvido detidamente com a formação, tem média de idade próxima dos que residem na instituição de formação. Os seus 26,58 anos estão próximos dos 25,59 anos dos internos. Ou seja, tanto dentro, quanto fora do Seminário, os aspirantes que buscaram Mariana como local de formação sacerdotal, revelavam praticamente a mesma idade. E apesar de não podermos constatar com certeza a situação destes jovens diáconos e subdiáconos vinculados a um fogo, há indício de um perfil de estudante. Tanto quanto aqueles residentes no Seminário, eles acabavam tendo o comportamento regulado pelas mesmas regras dos que viviam na instituição de formação clerical. Desta forma, não há razão para uma diferenciação mais radical deste grupo com relação ao outro grupo de estudantes. Resta ainda dizer que estes estão alocados em residências que acompanham de forma geral a constituição da população marianense, não destoando no que se refere à constituição dos demais fogos da localidade.

A Tabela 5 salienta a diferenciação nos padrões dos domicílios chefiados por sacerdotes. No primeiro quesito – a dispersão deles nas faixas etárias – o que mais chama a

atenção é a existência de padres chefes de domicílio, com mais de 60 anos de idade. Aparentemente, a idade era barreira para a permanência como cabeça do fogo. No caso dos sacerdotes, a continuidade deles frente ao fogo pode ser interpretada como uma peculiaridade atribuída às responsabilidades que o cargo religioso exigia. Diferentemente de outras ocupações, em que o passar dos anos era acompanhado de constantes quedas no rendimento físico e mental, a idade dos sacerdotes deveria inclusive ser vista como fator de sabedoria e distinção. Se formos pensar nos termos já mencionados da divisão nítida em dois grupos distintos, o grupo dos chefes de domicílio, membros do que poderíamos classificar como corte episcopal, mostra alcançar os postos altos, à medida que avança na faixa etária. Diferentemente do que indica a análise de Mário Rodarte, para o restante dos chefes de domicílio, os padres, na qualidade de líderes de domicílio, obtiveram vida útil mais longa.¹⁷³

Ainda assim, as características que o autor utiliza para definir o que chama de **Perfil Extremo 1**¹⁷⁴ são bem próximas das atingidas pelos sacerdotes de Mariana. As ressalvas devem-se à natureza da ocupação clerical, principalmente uma das características básicas do **Perfil Extremo 1**, ser casado e dividir o fogo com a esposa, não se aplica ao grupo objeto deste estudo. Rodarte afirma que tal perfil de chefe de domicílio é caracterizado como o de um homem maduro ou idoso (acima dos 30 anos de idade), predominantemente branco-livre. A Tabela 5 mostra a preponderância da declaração da cor de pele branca, ausente em poucos casos.¹⁷⁵

173 RODARTE, Mário Marcos Sampaio. Arranjos Domiciliares, Urbanos e Desenvolvimento Econômico: Um Ensaio de Tipologia Domiciliar com as Listas Nominativas de Minas Gerais, na Década de 1830. Trabalho apresentado no *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, realizado em Caxambú - MG - Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004, p. 2.

174 Mário Rodarte, talvez devido à sua formação em Economia, utiliza de cálculos complexos no estabelecimento de três perfis extremos. O primeiro é o já mencionado **Perfil Extremo 1**, em que os chefes são basicamente brancos, de idade madura, com residências de tamanho médio para grande. O **Perfil Extremo 2** é aquele que os chefes de domicílio são, em sua maioria, mulheres viúvas, com alguma presença de mulatas e negras, na maioria das vezes idosas. Finalmente, o **Perfil Extremo Número 3**, que engloba os jovens chefes de família (até 29 anos de idade), afrodescendentes em sua maioria, que se encontravam casados com mulheres de idades próximas às suas, com relevância para casamentos inter-raciais. Consideramos que a utilização do que o autor define com o perfil extremo é viável no sentido de unir numa única explicação lógica as principais características encontradas no conjunto dos indivíduos. Os limites estão em se pensar que tal ferramenta abarca todos os indivíduos. Rodarte alerta a respeito desta interpretação e relativiza a caracterização de seus perfis mencionando a possibilidade de variantes dentro deles, além da existência de perfis mistos. *Op. Cit.*, p. 9 a 16.

175 Como mencionado no texto, algumas características deste perfil não são passíveis de enquadramento no que diz respeito às características dos sacerdotes. O casamento talvez seja a mais clara delas, mas além desta podemos salientar a presença de viúvas. Estas, quando a idade dos Padres não era avançada acabam sendo identificadas como as mães deles. É o caso, por exemplo, do Reverendo Manuel Júlio de Miranda e Dona Rita Eufrásia. Ele com 30 anos e chefe do domicílio e ela com 50, nomeada como a segunda na hierarquia residencial na Lista Nominativa. Conseguimos identificar a mesma lógica de presença de viúvas em outros

O tamanho das residências é outro fator que destoa da definição de Mário Rodarte. O autor conclui que a tendência entre os chefes maduros era a constituição de domicílios maiores, compostos por cinco ou mais pessoas livres. Neste sentido, como podemos ver na tabela referente aos domicílios, os sacerdotes concentravam-se nos grupos residenciais de até quatro integrantes. Este tamanho reduzido ocorre em 21 (80,77%) dos grupos, mostrando que, de uma forma ou de outra, a tendência ao número se aproxima daquilo que Mário Rodarte define como **Perfil Extremo 3**, constituído por pequenos grupos familiares, na maioria das vezes com um único núcleo familiar. Significa dizer que, em cada domicílio, a existência de mais de um casal, ou alguém em estado de viuvez, com os filhos, era quase inexistente. A tabela dos domicílios apresenta o círculo familiar dos padres voltado às suas funções. Basta nos voltarmos para o número de livres casados e crianças nos domicílios. São números extremamente inconsistentes se comparados com os da Província. Em apenas um caso aparece uma pessoa casada, e a existência de crianças no domicílio se limitou a um caso em todos os 26 domicílios chefiados por sacerdotes. O caso da pessoa casada só ocorre no fogo 171, cujo chefe era o Reverendo David Semião de Moraes, junto encontrava-se Dona Francisca de Paula e, aparentemente seu filho José, de três anos e os outros moradores.

Considerações Finais

Qualquer tipo de recenseamento, seja ele feito nos dias de hoje ou no século XIX, mostra a sociedade sob um momento instantâneo. As Listas Nominativas de 1831 foram fruto de um momento característico da história do Brasil, pois era parte do esforço do Estado em conhecer seus domínios territoriais, e principalmente a população.¹⁷⁶ Este trabalho de reconhecimento produziu em uma documentação valiosíssima do ponto de vista de uma história quantitativa e foi de grande ajuda para que entendêssemos como os sacerdotes se enquadravam na dinâmica populacional de Mariana.

três casos com sacerdotes chefes domiciliares, e em outro caso, de sacerdote como o segundo integrante do domicílio. Cf.: *Lista Nominativa de Mariana* (1831), fogos 135, 228, 335 (chefes de domicílio); 143, 427 (sequentes na numeração domiciliar).

¹⁷⁶Já mencionamos outros trabalhos referentes as Listas Nominativas. À respeito deste tema ver também: PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: Mimeo, 1996. (Dissertação de Mestrado em História Social – FFLCH-USP).

O primeiro ponto claro nesta questão se refere ao grupo de sacerdotes e à sua dinâmica interna. A divisão em dois grupos muito específicos revela que essa heterogeneidade permitia a autonomia do próprio grupo no tocante às necessidades administrativas do aparato religioso e às atividades de formação de novos quadros. Os padres com idade madura, superior a 30 anos, compunham a cúpula da igreja; outros, com perfil parecido, compunham o corpo de professores do seminário, e ambos se estabeleciam na comunidade marianense de forma parecida. O exemplo máximo dessa integração são os dois grandes domicílios chefiados por sacerdotes em Mariana, isto é, o Seminário Nossa Senhora da Boa Morte e a residência do Bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade no ano de 1831. Ambas as casas são exemplos máximos de como os clérigos da localidade se constituíam de forma peculiar. Esta determinada configuração não era impossível de acontecer. Os pequenos domicílios, liderados por pessoas solteiras na maturidade, não eram impossíveis. O que percebemos é que a incidência deles acontece, no caso dos clérigos, devido a suas necessidades ocupacionais.

A questão que se aprofunda, do mesmo modo como ocorreu com a posse de livros, refere-se ao comprometimento com a carreira de sacerdote dos indivíduos da localidade (neste caso, Mariana). Talvez não se encontre em lugar nenhum da capitania na mesma época um corpo clerical tão envolvido com as atividades. E muito desta configuração vem da necessidade do próprio aparato criado na cidade. Resta então pensarmos no nível de cada um destes padres. As estratégias implantadas no sentido de promover a reformulação do clero não teriam surtido efeito se o seu foco – os sacerdotes – não se propusessem a se dedicar a tal mudança. Pelo menos é o que os formatos dos domicílios indicam.

CAPÍTULO III

SACERDOTES E ATORES SOCIAIS EM MARIANA: BENS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE 1820 A 1874¹⁷⁷

Considerações Iniciais

A ordem dos presentes capítulos segue determinada lógica, são encadeados de forma que os antecessores contribuam com o aprofundamento da presença clerical na região do presente estudo.¹⁷⁸

Por meio da análise dos livros que os padres possuíam, percebemos que eles buscavam atender principalmente à doutrina religiosa, as atividades de oração, seguidas de publicações relativas aos ritos católicos, à missa, sucedidos pela Filosofia e Teologia, além de outros temas não laicos.¹⁷⁹ O entendimento da Teologia e principalmente do Direito Canônico abria a oportunidade para os sacerdotes se informarem das expectativas que a instituição tinha deles.¹⁸⁰

A autoinstrução, ou seja, a busca pelo esclarecimento relativo às determinações da Igreja Romana, não foi um movimento isolado. Os bispos pessoalmente realizaram controle eficaz sobre seu rebanho. As visitas pastorais, com ênfase naquelas realizadas pelo Dom Frei José da Santíssima Trindade,¹⁸¹ proporcionaram conhecimento referente aos domínios do

177Utilizamos neste os mesmos 21 inventários que foram a fonte de análise no primeiro capítulo.

178O Ultramontanismo já foi trabalhado no primeiro capítulo. Ainda assim cabe salientar que este caráter centralizador católico buscava a desvinculação da Igreja Católica no Brasil e do Estado. Ver: NASSIF, Douglas. *Op. Cit.*, p. 119.

179A quantidade de livros religiosos do pós-independência é curiosa mesmo nas mãos dos leigos. A tendência se radicalizava ainda mais quando se tratava dos clérigos. A preferência por livros religiosos permanece mesmo depois instalação das prensas e fim da censura. Ver: ABREL, Márcia. *Impressão Régia do Rio de Janeiro: Novas perspectivas. Anais do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro, 2004. Sobre a historiografia do livro no Brasil Colonial ver: VILLALTA, Luiz Carlos. *A História do Livro e da Leitura no Brasil Colonial: Balanço Historiográfico e Proposição de uma Pesquisa Sobre o Romance. Convergência Lusíada (Revista do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro)*, Rio de Janeiro (21):165-185, 2005. Extraído de: [<http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio>] no dia 14 de Janeiro de 2011.

180Os livros que indicavam os comportamentos esperados da Igreja Romana não se limitaram os tratados teológicos. Outras obras de grande presença nas bibliotecas dos sacerdotes eram os manuais de confessores e os Catecismos.

181As visitas pastorais foram utilizadas como um dos mecanismos para a avaliação do já tratado processo de

Bispado. Além disso, outros resultados foram alcançados, entre eles podemos citar o reconhecimento dos prelados por parte da população leiga, bem como dos sacerdotes que passaram a receber mais atenção do que anteriormente. Tal fato se desdobrava obviamente em duas consequências determinantes na alteração dos comportamentos que foram anteriormente consideradas não condizentes com o que era esperado dos sacerdotes. Primeiramente, com relação às demandas dos leigos que passavam a ter canais de denúncia em caso de desregramentos clericais.¹⁸² Além desta possibilidade, restava ainda o acesso dos próprios clérigos ao Prelado. E desta forma, pendências relativas a aspectos tanto de ordem estritamente administrativa, quanto de caráter religiosa também aproveitavam das oportunidades para serem resolvidas. A reabertura do Seminário e seu funcionamento na maior parte do tempo,¹⁸³ tornou constante a formação de sacerdotes devidamente preparados, que acabavam por se vincular mais à Província devido ao engajamento. Tal ligação obviamente ocorria de acesso aos estudos de formação clerical.

A combinação dos três fatores mencionados - “regulação” do clero secular, formação sacerdotal apurada e finalmente zelo por parte do bispado - gestou, durante a segunda metade do século XVIII, mas principalmente durante o século XIX, um sacerdócio que correspondia às expectativas romanas. Desta forma, eles auxiliaram na construção de um terreno vasto onde se desenvolveu amplamente a romanização. Chega-se ao ponto, inclusive, de um posicionamento mais firme por parte de alguns prelados do Brasil resultar em atritos que desembocaram na *Questão Religiosa*.¹⁸⁴

romanização. No entanto, o mais interessante é que as mesmas acabaram por constituir-se como um excelente instrumento de conhecimento de diversas questões referentes as localidades. Cf.: OLIVEIRA, Ronald Polito. In: TRINDADE, José da Santíssima. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

182Os desregramentos eram variados, desde a aprovação de seminaristas que seu estado não condizia com a exigência de ingresso, até a conduta “displicente” dos que já haviam ingressado na carreira religiosa. Cf.: VILLALTA, Luiz Carlos. A Igreja, a sociedade e o clero. In: LAGE, Maria Efigênia de Resende e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007. FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego; Como era Gonzaga?; e Outros temas mineiros*. São Paulo: Editora Itatiaia, 1981.

183O Seminário Nossa Senhora da Boa Morte sofreu com algumas ausências e só foi capaz de se consolidar como instituição de formação quando da ação de Dom Frei José da Santíssima Trindade e Dom Antônio Ferreira Viçoso. É neste período que surgem os maiores atritos envolvendo a Igreja e o Estado. Considerando-se ainda o efeito dos outros períodos de funcionamento, o clero local já havia produzido uma grande quantidade de sacerdotes oriundos da Capitania de Minas Gerais. Cf.: SELINGNARDI, Sérgio Cristóvão. *Educação religiosa, disciplina e poder na terra do ouro: a história do Seminário de Mariana, entre 1750 e 1850*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de São Carlos, 2007, p. 131 e 132.

184A Questão Religiosa foi uma querela que botou de um lado a Igreja Católica no Brasil e o Estado. As críticas eram mais agressivas contra os administradores com tendências liberais. Tal postura perante os religiosos era uma afronta, pois o projeto dos líderes da Igreja era da constituição de uma “Nação Católica”. As bases para

As modificações não são exclusivas às transformações religiosas. A Lista Nominativa de 1831 permitiu observar aumento na organização dos domicílios. Estes arranjos são claros na diferenciação dos dois grupos que compunham a “população clerical” marianense. O local onde se gestava a Igreja Ultramontana era habitado por número considerável de sacerdotes. Eram dois grupos distintos: clérigos administradores ou professores do seminário, e os sacerdotes em formação. Estes últimos, na grande parte das vezes, apenas compunham fogos maiores liderados por outras pessoas.

A existência destes dois grupos esta intimamente ligada ao fato de Mariana ser sede do bispado. As atividades de formação de um novo clero não aconteciam sem a presença de mestres que fossem capazes de desempenhar a docência. Além do mais, até a década de 1850, o Seminário da Boa Morte teve sua administração diretamente ligada à administração do bispado. Os recursos humanos necessários para o funcionamento da instituição clerical aparecem na *Lista Nominativa* na forma de ausências. Não estão presentes profissionais que consideramos essenciais para o funcionamento e consequente realização dos estudos no Seminário. Ainda assim, com o aparente custeio dos mesmos serviços pelo bispado, este devia recorrer aos recursos disponíveis na própria cidade.¹⁸⁵

A noção de integração entre os padres e a comunidade coeva fica clara. Não havia como separar, em níveis profundos, os sacerdotes da sociedade. Tanto no sentido da evangelização, quanto no próprio sustento, eles estavam numa rede imbricada de relações de poder, mercado e simbolismo que não podiam ser controlados facilmente pelos dirigentes da Igreja Católica.

Marcos Magalhães de Aguiar, em seu artigo “*Capelães e vida associativa na Capitania de Minas Gerais*”, apresenta um excelente panorama referente à vida clerical da região mineradora. Os sacerdotes ligados à vida associativa confrarial constituem o foco da análise. A presença deles era indispensável para a realização de missas, *sermões para festas dos santos patronos*, acompanhamento de enterros e outros rituais religiosos, entre outras responsabilidades. A necessidade da presença frequente tornava a capelania uma das

esta nação seriam uma nova organização hierárquica que a Igreja, por ser representante da vontade divina, estaria no topo do sistema administrativo. Ou seja, uma configuração completamente oposta da que ocorreu durante a colonização e o Império até aquele momento. Cf.: COELHO, Tatiana Costa. *Op. Cit.*, p. 105, 106 e 107.

¹⁸⁵Como mostramos no segundo capítulo, os padres integravam a sociedade marianense de diversas formas. A Lista Nominativa aparentemente só permite que vislumbremos as ocupações que os responsáveis pelo recenseamento julgaram mais importantes. A ocupação paralela dos sacerdotes não apareceu nas listagens.

principais fontes de emolumentos dos clérigos, que, por sua vez, se envolviam em negociações relacionadas à posse de cargos nas irmandades. Entre 20% e 50% dos padres obteriam parte de seu sustento por meio da função ligada às associações religiosas. O estabelecimento de boas relações com este meio “*significava para o clero ter acesso a oportunidades de trabalho significativas*”. Ao sacerdote não cabia reclamar da remuneração; à definição salarial era feita por meio das regras de mercado. A afinação com os “*interesses, posições, sentimentos, visões de mundo dos irmãos*” dotava os sacerdotes de maior capacidade de barganha.¹⁸⁶

O poder que as irmandades conquistaram na escolha de seus capelães estava ligado à autodeterminação na gestão das funções religiosas e do espaço sagrado. À jurisdição paroquial não era reservado grande intervenção nessa esfera. Tal liberdade permitiu que as associações se desenvolvessem e criou um mercado próprio com relação às capelarias.¹⁸⁷ O soldo pago acabava sendo ditado, em parte, por essa concorrência por alocação. Segundo Marcos Magalhães Aguiar, o pagamento dos padres envolvidos com a vida associativa girava em torno de 120\$000 reis. Considerando que as cômguas estatais eram pagas somente ao reverendo vigário, urgia a estes estarem ligados a mais de uma sociedade de compromisso, ou o desenvolvimento de atividades não religiosas para o sustento.¹⁸⁸

Guilherme Pereira das Neves, em *E Receberá Mercê*, trabalha outra faceta dos proventos dos padres. Neste estudo, referente à *Mesa de Consciência e Ordens*, o autor mostra que os benefícios eclesiásticos geralmente eram de natureza vitalícia (colativa) pela determinação do Concílio de Trento. Devido aos trâmites burocráticos e a distâncias entre a *Mesa* e os reclamantes dos mais diversos processos, ocorria a nomeação de pessoas a cargos

186O autor trabalha com o contexto exclusivo da Capitania. No entanto, as considerações, principalmente as referentes à capacidade de negociação dos padres e ao revertimento disso em resultados financeiros, parecem cabíveis, ainda que no contexto posterior de 1820 a 1874. Ver: AGUIAR, Marcos Magalhães. “Capelães e vida associativa na Capitania de Minas Gerais”. In: *Varia História*, Belo Horizonte, no. 17, Mar/97, 81 a 101. Para mais informações sobre Irmandades Religiosas nas Minas Gerais ver: CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A Terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1994. Tese (Doutorado em História)

187Ibidem, p. 105.

188Temos ainda que levar em conta as permanências do período anterior. Adalgisa Arantes Campos afirma que a pompa fez parte dos rituais religiosos desempenhados pelas irmandades durante muito tempo, inclusive avançando pelo século XIX, mesmo que este século significasse também uma certa abertura com relação a presença de mulatos e outros grupos que antes eram cerceados. Cf.: CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Mecenato leigo e diocesano nas Minas Setecentistas*. In: *As Minas setecentistas*. vol. 2 (org. Maria Efigênia L. de Resende e Luiz C. Villalta). Belo Horizonte: Autêntica, 2007. P. 77- 107.

já ocupados.¹⁸⁹

A função sacerdotal estava permeada de muita negociação, dependendo, em grande parte, da capacidade dos sacerdotes conseguirem sobreviver, exclusivamente, como membros do clero. O caminho possível era o acúmulo de capelarias e o recebimento das cômputas por meio do funcionalismo público. Restava ainda a brecha da prática de atividades laicas.¹⁹⁰ Em que termos aconteciam as relações sociais entre os integrantes do clero e o resto da sociedade? Um raciocínio hipotético sobre as análises já realizadas até aqui é pertinente para salientar o papel laico dos sacerdotes na comunidade marianense.

Tendo em vista 2947 habitantes presentes na lista nominativa, apenas 53 padres residiam em Mariana em 1831. Mesmo os sacerdotes estando em número reduzido, o panorama devia ser melhor do que o encontrado anteriormente. Uma década já se passava desde a retomada das funções no *Seminário Boa Morte*. Desta forma, a quantidade de sacerdotes, mesmo havendo uma identificação forte entre eles e voto sacerdotal, não era capaz de torná-los uma comunidade isolada dentro da sociedade marianense.

É pertinente então uma análise que busque entender como os sacerdotes se inseriam no universo dos leigos, e suas ocupações laicas.

Análise dos Inventários e Identificação das Ocupações Laicas

O caminho utilizado no primeiro capítulo para proceder à análise dos inventários diferencia-se do que realizaremos neste capítulo em alguns aspectos. Primeiramente, o objetivo é outro. Buscou-se entender o reconhecimento das políticas de reorganização do clero desenvolvidas pelos dois bispos do recorte – Dom Frei José da Santíssima Trindade (1819 a 1835) e Dom Antônio Ferreira Viçoso (1844 a 1875) – procurando entender a transformação ultramontana consoante à posse de material escrito. As empreitadas dos prelados funcionaram no clero local através do diálogo entre as ações dos dirigentes, bem

189NEVES, Guilherme Pereira das. *E receberá mercê: A Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil (1808-1828)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 65.

190AGUIAR, Marcos Magalhães. *Op. Cit.*, p. 83.

como da resposta assimilativa dos sacerdotes locais. O caminho utilizado foi a análise dos livros que os padres possuíam e a presunção de que eram lidos. Desta forma, foi possível mapear os interesses deles e entender como o presbitério¹⁹¹ local foi capaz de se comportar como terreno fértil para a implantação das reformulações.¹⁹²

O que procuramos neste capítulo é compreender outra faceta destes sacerdotes. Além das preferências por determinados impressos e da composição de seus domicílios, qual era a participação do clero no universo laico? Ou seja, as atividades complementares.

Metodologicamente, o exercício de análise procedeu inicialmente entendendo o que deveria ser destacado dentro da documentação. Procuramos, na maioria dos casos, as unidades produtivas, ou seja, a descrição dos bens que vinculem o inventariado a uma determinada atividade econômica. Tal trabalho acontece inserido em certas dificuldades. Segundo Tarciso Botelho, as principais dificuldades são o desconhecimento, por parte do louvado,¹⁹³ da existência de determinado bem, bem como a ausência de itens negligenciados de algum defunto.¹⁹⁴ Acrescento ainda outro fator pertinente, a ausência de alguns bens, que inicialmente não apareciam por causa dos dois motivos anteriores, aparentemente acontece, no decorrer do século XIX, em virtude da omissão intencional e costumeira de não se descrever bens julgados de menor valor. Um exemplo clássico deste processo de “desaparecimento” é a progressiva ausência de vestuário. Em um artigo intitulado “Objetos do Cotidiano e Escravidão no Século XIX,” Cláudia Martinez observa a presença dos teares e a ausência dos artefatos que eles produziram.¹⁹⁵ Fica claro que então o desaparecimento é ligado à perspectiva dos agentes responsáveis pela descrição dos itens. Assim, a análise deve

191 Segundo o dicionário de Raphael Bluteal, presbitério significa tanto o local da igreja onde os padres ficam e se aglomeram, quanto o conjunto de padres de uma região. BLUTEAL, Raphael. *Op. Cit.* V. 9, p. 157.

192 No primeiro capítulo, desenvolvemos a ideia de romanização que a Igreja Católica tentou implantar no Brasil durante parte do século XVIII e quase todo o século XIX, resultando em conflitos como a Questão Religiosa, na década de 1870, e que de fato teve o seu principal anseio, a separação entre Igreja e Estado, com a Proclamação da República. Gabriela Martins analisa Romanização e Ultramontanismo junto com outras correntes de pensamento vigentes na segunda metade do século XIX, mostrando que a presença de ambas colaborou para graduais desgastes do sistema de apadrinhamento e a separação total na década de 1890. Ver: MARTINS, Gabriela Pereira. Ultramontanos, Positivistas e Liberais: Reflexões a Partir da Separação Igreja-Estado. *Revista Sacrilegens – Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião*. Extraído de: [<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2009/06/5-4.pdf>] no dia: 11 de Janeiro de 2011.

193 Segundo Luiz Maria da Silva Pinto, louvar é o ato de atestar alguma coisa. Nos inventários, os louvados eram aqueles incumbidos de avaliar o estado dos bens e determinar seu valor. Ver: PINTO, Luiz Marian da Silva. *Op. Cit.* Verbetes: “Louvado” e “Louvar”.

194 BOTELHO, Tarcísio Botelho. Fontes para a História das Populações: Minas Gerais, Século XIX. *Revista de História*, Vitória, número 5, 1997, p. 109.

195 MARTINEZ, Cláudia Eliane P. Marques. Objetos do cotidiano e escravidão no século XIX: Bomfim do Paraopeba – Minas Gerais. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 8, n. 10, 2006, p. 77.

levar em conta as ausências e as presenças dos objetos durante o percurso da pesquisa.

Estabeleçamos então os parâmetros de busca ao nos voltarmos para a documentação. A escolha por alguns bens inventariados em detrimento de outros pode parecer inclusive que tenhamos incorrido nas mesmas omissões dos louvados omitiram a existência de determinados itens de menor valor. Mas da mesma forma que sobre eles pesavam de condições de trabalho, também estamos sujeitos a variantes que escapam à nossa capacidade de negociação. Do lado deles, em pleno século XIX, não podemos nos esquecer das limitações referentes à tecnologia da escrita. Horas e horas eram despendidas sobre papéis grossos, o registro era feito com o uso da caneta tinteiro e o mata borrão, prática longe de confortável¹⁹⁶ No caso de esta pesquisa selecionar itens específicos significa focar a atenção em determinadas características interpretativas que uns permitem e outros não.

Utilizamos, para a coleta de dados, bens que fossem constantes durante o recorte temporal e que indicassem atividades laicas desenvolvidas pelos padres. Outros bens são capazes de dizer muito no que se refere ao engajamento sacerdotal. Desta forma, os itens escolhidos foram: número de residências, número de escravos, quantidade de livros, terras destinadas à agricultura e pecuária, objetos de devoção. Além da utilização destas informações, empregamos outras que pudessem caracterizar as atividades produtivas. Itens como moinhos, alambiques, engenhos, quantidade grande de enxadas, gado e algum manual específico relativo a outra ocupação foram analisados como base para a identificação da atividade alheia ao sacerdócio.

A quantidade de residências é uma das primeiras informações a serem extraídas pela facilidade de constatação. Nos inventários, elas aparecem geralmente com a definição de “casas de morada” e, comumente, se encontram, em grande parte das vezes, bem descritas com a informação da existência de quintais e às vezes até com a quantidade de quartos. A utilização desta informação para a determinação de atividade econômica praticada pelos sacerdotes segue uma lógica simples. Primeiramente identificamos a quantidade de casas e a sua possível vinculação com outra propriedade, notoriamente alguma fazenda. Caso não

¹⁹⁶A escrita foi durante muito tempo legada a profissionais que se dedicavam única e exclusivamente a esta atividade pelas exigências técnicas e práticas que o ofício exigia. Desta forma, aparentemente, eram poucos os qualificados e, por isso mesmo, sem muita possibilidade de concorrência de mercado, o que melhoraria o preço e a qualidade do serviço. Para um panorama geral sobre o ensino da escrita e as especificidades dos profissionais na área, ver: VIDAL, Diana Gonçalves & GVIRTZ, Silvina. O Ensino da Escrita e a Conformação da Modernidade Escolar: Brasil e Argentina. *Revista Brasileira de Educação*, Maio/Agosto, n. 8, 1998.

ocorra a vinculação, constata-se que se trata de casas habitáveis. Se este número for considerável, acima de duas casas,¹⁹⁷ consideramos o excedente como destinado à locação por terceiros, e não como a habitação utilizada pelos sacerdotes.¹⁹⁸ Resta ainda o argumento de que se não fosse de fato utilizadas para locação, partimos do princípio da potencialidade dos bens. Uma pessoa dificilmente habitaria, com frequência, mais de duas residências. Além disso, os casos são mais claros do que a presença de apenas três moradas.

Outras duas informações utilizadas para a determinação de atividades laicas exercidas pelos sacerdotes são os livros e escravos. Com relação aos livros, a posse de exemplares que detinham conhecimento específico para a prática de uma atividade complementar. Neste sentido, podemos citar como exemplo a presença de manuais específicos como os sete “*Tomos de Medicina*” presentes na biblioteca do Padre Antônio Gonçalves do Vale. Aliado a isso, o mesmo sacerdote era detentor de vários vidros e ervas potencialmente utilizáveis para a produção de medicamentos.¹⁹⁹

A posse de escravos tem dupla valência na constatação das atividades laicas exercidas pelos sacerdotes. Primeiramente, empreitadas econômicas despendem de quantidades diferentes de cativos para sejam realizadas. Determinadas atividades despendiam maior número de cativos. Neste sentido, plantéis numerosos por exemplo, geralmente estavam vinculados a grandes empreendimentos agrários. Francisco Vidal Luna afirma, para o contexto de São Paulo do final da década de 1820, que os plantéis menores, entre um e cinco escravos, tendiam a ser empregados prioritariamente no artesanato (72,76% dos casos). As faixas seguintes de plantéis – entre os seis e dez, e entre os 11 e 20 escravos – concentram a

197Adotamos a quantidade de três casas ou mais devido à lógica da posse das residências. Duas casas poderiam caracterizar como sendo uma residência rural e uma urbana e tal fato passaria despercebido porque nem sempre fica clara a localização das edificações. O número três, portanto, é mais condizente com a possibilidade de aluguel. Com relação ao contexto mobiliário da cidade de São Paulo no Século XIX Beatriz Bueno encontra mais de 50% das edificações do núcleo urbano são alugados. É interessante esse número, pois se trata de cidade de aproximadamente 6900 habitantes, no ano de 1822. Mariana, no ano de 1831, tinha aproximadamente 2950 habitantes em um contexto relativamente próximo do urbanismo de São Paulo, só que em escala menor. Não podemos afirmar que a utilização dos imóveis seja igual, no entanto, é possível afirmar que, em proporção diferente, as mesmas casas de aluguel existiam como demonstraremos mais à frente. Com relação ao mercado mobiliário de São Paulo, ver: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Tecido Urbano e Mercado Imobiliário em São Paulo: Metodologia de Estudo com Base na Décima Urbana de 1809. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 1, 2005, p. 66.

198“*Huma morada de casas terras cobertas de telhas com dois quartos e quintal*” é a descrição de uma das duas casas pertencentes ao Padre Francisco de Castro Gomes. Não há muita variabilidade no que diz respeito às descrições, exceto tender a ser cada vez mais simplificadas à medida que o século XIX avança. *ACSM* (1,0144,3007).

199Este caso já foi analisado no primeiro capítulo, mas com ênfase na posse de livros e não nas atividades laicas realizadas pelos sacerdotes. *ACSM* (1,0072,1532,1834)

maior quantidade de escravos empregados na atividade de transportes, 28,51% e 32,08%, respectivamente. Só nas faixas superiores a 21 escravos é que a agricultura despontava como atividade predominante.²⁰⁰ O mesmo indica outro trabalho sobre o final do século XVIII mineiro. Francisco Vidal Luna aponta que a constituição dos plantéis das Gerais era diferente devido ao advento econômico da mineração. A atividade contribuiu para a formação de grupos menos numerosos de cativos. Esses plantéis, mesmo vinculados a outras atividades – agricultura, pecuária, comércio – não foram capazes de alterar a lógica preestabelecida do tamanho, excetuando, claro, alguns poucos casos.²⁰¹

O mero estudo do tamanho dos plantéis não permite a constatar empenho em uma atividade. Para tanto, a associação com outros itens presentes nas listagens de bens dos falecidos é de grande ajuda na definição das atividades laicas desenvolvidas pelos sacerdotes. Deste ponto de vista, analisar não só a quantidade de escravos, mas perceber a presença de gado de leite e gado de corte, de utensílios utilizados no cultivo da terra, engenhos, alambiques, dentre outros itens, proporciona uma interpretação mais sólida. As análises não só neste quesito específico, mas também na avaliação dos outros escolhidos como parâmetros importantes levaram em conta compreensão geral, tendo sempre em mente que as atividades são realizadas de maneira integrada.

As empreitadas agrárias geram exemplos pertinentes a este respeito. No inventário do Padre Sebastião Rocha Silva, estão descritos enxadas, foices, nove bois, três bestas e um cavalo.²⁰² Estavam presentes no espólio do defunto um moinho e um engenho.²⁰³ A presença de uma fração de determinadas posses permite afirmar uma prática específica, bem como de outras atividades, sempre tendo em mente a ideia de um complexo maior descrito fragmentariamente por meio dos inventários. Ou seja, há momentos em que vemos apenas a ponta do iceberg e por meio dela temos que presumir que os outros 90% estão submersos.

200Os dados foram produzidos com a utilização de censos realizados no ano de 1829, que, segundo o autor, abrangeram aproximadamente 70% da população da província de São Paulo. Ver: LUNA, Francisco Vidal. São paulo: População, Atividades e Posse de Escravos em Vinte e cinco Localidades – (1777 – 1829). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 28, n. 1, Janeiro/Março, 1998, p. 131.

201Cf.: LUNA, Francisco Vidal. “Estrutura da Posse de Escravos”. In: LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial: Economia e Sociedade*, São Paulo: Editora Pioneira, 1982.

202A medida do alqueire é muito interessante do ponto de vista da praticidade da sua utilização. Diferentemente do metro, do quilômetro, ou mesmo do hectare, que são medidas espaciais aplicadas na medida direta de áreas, no caso das terras, por exemplo, o alqueire é uma medida de volume. Raphael Bluteau define alqueire como a sexta parte de um saco. Atualmente, a medida do alqueire está vinculada a outra medida de volume – o litro. Desta forma, acreditamos que a medida de saco seja próxima, senão semelhante. Ver: BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* V. 1, p. 282.

203ACSM (1,0127,2672,1848)

Outro item pertinente para a avaliação das atividades econômicas desenvolvidas é a posse de terras. Ângelo Carrara, em seu estudo realizado sobre a história agrária de Minas Gerais²⁰⁴, traça considerações interessantes sobre este tema. Ele mostra que todo o território mineiro sofreu mudanças consideráveis no que diz respeito às modificações populacionais e econômicas e que o avanço ou recuo de determinadas atividades esteve vinculado a regiões específicas das alterosas. Mais significativa para a presente pesquisa, porém, são as conclusões obtidas da análise das listas dos dízimos. Segundo Ângelo Carrara, entre os anos de 1750 e 1807, há uma substancial queda da produção agrícola na região mineradora. Diferentemente disto, outras regiões prosperam.²⁰⁵ Tal situação permite ao autor batizar essa estagnação de “*metabolismo social básico*” em que as localidades acabam por produzir e se movimentar comercialmente apenas para a subsistência.

As características das antigas localidades mineradoras – Mariana está incluída – indicam que o uso da terra – fator analisado por nós – ocorria de forma semelhante ao período do auge da extração aurífera. Todas as terras, de modo semelhante aos itens que comentamos anteriormente, devem levar em conta a dinâmica com outros bens presentes no inventário. Deve-se ter em mente que a produção se vinculava ao consumo interno da região. Na visão do autor, as demandas e flutuações que atendiam ao mercado externo, com produções específicas, causadas por necessidades diferentes, não afetariam, substancialmente, do mercado consumidor de Mariana.

Devemos atentar para outro fator altamente vinculado a questões locais. Existiram aqueles padres que despendiam parte de seu capital no investimento em empréstimos a outras pessoas? O sistema bancário inexistente²⁰⁶ na localidade durante grande parte do recorte obviamente colaborou para este tipo de atividade. O empréstimo ocorria em consequência da dependência da região, quando se tratava de financiamento para o capital líquido, ou mesmo para as transações econômicas num contexto de moeda estatal escassa.

Se retomarmos os itens caracterizados anteriormente, percebemos que também existe uma ligação social muito clara. A quantidade de escravos inicialmente é capaz de indicar o tamanho da empreitada econômica desenvolvida por seus proprietários. Esse tamanho influi

204CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais – Século XVIII-XIX*. Série Estudos – 1. Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica, 1999.

205Ibidem, p. 74.

206A primeira agência bancária instalada em Minas Gerais só passou a abrir o expediente no ano de 1854. Cf.: BERGAD, Laird W. *Op. Cit.*, p. 114.

diretamente na capacidade de cada um de estabelecer laços com maior facilidade. Além disso, o tamanho dos plantéis é indicador de sucesso do ponto de vista não só econômico, mas também do estabelecimento de vantajosos laços sociais. A mesma característica está presente na atividade de locação de casas e na prática de outras atividades.

Resta então recorrermos aos inventários e através deles identificar as atividades complementares desenvolvidas pelos sacerdotes. Isso possibilita pensar em como os padres se encaixavam na dinâmica social da comunidade local, fora do papel como pastores da Igreja Católica, imersos em um sistema complexo e emaranhado de outras facetas da sociedade marianense.

Além de Padres: Agricultores,²⁰⁷ Credores,²⁰⁸ Alugadores²⁰⁹ e Outras Ocupações Laicas

Voltamos aos 21 inventários do primeiro capítulo, que mostram, com clareza maior ou menor em alguns casos, o envolvimento dos sacerdotes no universo das atividades mundanas. De todos os inventariados, oito (38,09 %) aparentemente não se envolveram em atividades que não fossem religiosas. Os 13 restantes (61,91%) se dedicaram a outras ocupações durante suas vidas. Os inventários mostram esse engajamento de formas variadas e em níveis diferentes.

207Segundo Antônio de Moraes Silva, agricultor é aquele que lavra e aproveita da terra. O mesmo agricultor define agrícola como o adjetivo que dota os objetos ou pessoas de qualidade agrária. Utilizamos o termo agricultor aqui em função da posse de bens que indiquem práticas agrícolas. Cf.: SILVA, Antônio de Moraes. *Op. Cit.*, verbetes “*agrícola*” e “*agricultor*”, p. 68.

208Luiz Maria da Silva Pinto define credor como “*aquele a quem se deve alguma dívida.*” Antônio de Moraes Silva, por sua vez, tem definição parecida: “*O que tem algum devedor obrigado por dívida não paga.*” estas duas definições deixam bem claro o recorte temporal que estudamos. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Op. Cit.*, verbe “*credor*”. SILVA, Antônio de Moraes. *Op. Cit.*, verbe “*credor*”, p. 492.

209Antônio de Moraes da Silva define alugador como “o que dá a coisa por aluguel.” Usaremos no texto este termo por considerarmos que atenda bem a nossas necessidades.

Tabela 7: Atividades Econômicas Laicas Realizadas por Padres nos Inventários		
Atividade	N. Totais	%
Agricultura/Pecuária	6	28,57
Dívidas a Receber	6	28,57
Casas de Aluguel	2	9,52
Boticário	1	4,76
Inexistente	8	38,09

Tabela 7: Tabela produzida com os 21 inventários já utilizados no primeiro capítulo desta dissertação que se encontram na Casa Setecentista de Mariana.²¹⁰

Agricultores

As atividades agrárias são uma das mais desempenhadas pelos clérigos, como demonstra a Tabela 7. Ao todo, são cinco (53,84%) aqueles que desempenhavam funções laicas. Como vimos anteriormente, essa foi a tendência para o recorte estudado. A Província de Minas Gerais estava se voltando já há algum tempo para as atividades agrárias. Mesmo antes da forte queda da produção aurífera, a região se adaptava no sentido de produzir bens básicos.

Quanto ao século XIX, Laird Bergad afirma que:

Talvez jamais se conheça com certeza o significado econômico dos setores do ouro e dos diamantes no século XIX, sejam de propriedade de estrangeiros ou de controle nacional. Contudo, está claro que os centros de mineração proporcionavam um mercado interno para os produtos alimentícios básicos e os produtos dos agricultores, pecuaristas e pequenas indústrias de Minas Gerais.²¹¹

210A soma dos números totais de atividades é superior ao número de inventários. Esta discrepância acontece devido à caracterização de mais de uma atividade no inventário de um mesmo sacerdote. Isso acontece em dois casos: Cônego Antônio José da Costa Pereira, com casas de aluguel e dívidas a receber, *ACSM* (1,40,918,1857); Cônego Antônio José da Costa Pereira, com dívidas a receber e casas de aluguel, *ACSM* (1,52,1166,1871). Em todos os outros casos, não foram identificadas atividades concomitantes além da religiosa, é claro.

211BERGAD, Laird W. *Op. Cit.*, 97.

É um grupo grande proporcionalmente aos outros. Esta proeminência é interessante se nos voltamos para as necessidades alimentícias locais. Como afirma o autor, é sempre muito difícil caracterizar a presença das atividades de extração mineral em Minas Gerais no século XIX. Em meio aos inventários de padres, que localizamos no recorte de 1820 a 1874, a ausência de algum que estivesse envolvido em atividades de mineração é de certa forma perturbadora. A *Lista Nominativa* de 1831 mostra que, entre todos aqueles que estavam no recenseamento e tiveram suas ocupações definidas (1455 pessoas ou 49,27%), em 71 casos as pessoas aparecem ligadas à mineração. Deste total, 47 (66,19%) são faiscadores, que foram definidos por Antônio de Moraes Silva e Luiz Maria da Silva Pinto como aqueles que mineravam nos cursos d'água.²¹² É interessante notar a presença em massa destes profissionais dentro da cidade e a aparente não integração de nenhum religioso com a atividade econômica da mineração.²¹³

Com relação à agricultura, ela aparece como uma necessidade local, sendo o abastecimento viável a partir desta atividade econômica. Infelizmente, a já mencionada ausência de alguns itens dificulta análise detalhada das atividades agrícolas. Alimentos que já estivessem colhidos, ou que fossem colhidos durante a feitura do inventário não apareceriam nas listagens pela sua característica perecível, por isso mesmo sua rápida negociação. Outro fator a ser considerado era a possibilidade de tais roças constituírem a manutenção das próprias unidades produtivas agrícolas. Neste sentido, seriam indispensáveis para a sobrevivência do conjunto e consideradas óbvias do ponto de vista da descrição. Com relação às atividades agropecuárias²¹⁴, as que puderam ser classificadas são as da Tabela 8:

212O termo faiscador apesar de ser usado na Lista Nominativa não aparece em nenhum dicionário do século XVIII e XIX que tivemos acesso. O que aparece a definição de faiscar que segundo Luiz Maria da Silva é “ajuntar terra dos córregos, falando de minas, para lavá-la, e tirar o ouro envolto nela.” No dicionário de Antônio de Moraes da Silva existe o termo “fisqueiro” e que é definido como “o que não lava mina de metal; mas aproveita lavando o rebotalho da terra, e cascalho para aproveitar águas piscas ou faiscas de ouro.” Julgamos que esta seja a definição de do termo faiscador que aparece nas listas nominativas, ou seja, aquele que não minera em galerias feitas na terra, mas sim nos cursos d'água decantando o fundo dos mesmos. Cf.: PINTO, Luiz Maria da Silva. *Op. Cit.*, verbete “faiscar”. SILVA, Antônio de Moraes. *Op. Cit.*, volume 2, p. 5, verbetes “faiscar” e “fisqueiro”.

213As outras ocupações que aparecem na Lista Nominativa de 1831 para Mariana são: oito ourives, cinco “mina”, três mineiros, três administradores de lavras, dois “lavras” e um minerador. É fácil perceber que o recenseador não buscou, no momento de produção de sua lista, uma padronização no que se refere aos termos utilizados para definir as ocupações. As estratégias de análise, quando se trata desta lista, devem se pautar na utilização de dicionários de época e a aproximação de expressões que são sinônimos. Lista Nominativa, Mariana, 1/12/1831 disponível em <http://poplin.cedeplar.ufmg.br> (Consultado no dia 16 de Dezembro de 2010).

214Consideramos atividades agrárias aquelas diretamente rurais no que se refere ao cultivo da terra, ou mesmo para além da agricultura, a pecuária, que desempenha em nossa visão um papel rural de abastecimento. Ainda

Tabela 8 - Atividades Agropecuárias		
Atividade	Números totais	Porcentagens
Engenho	3	42,85%
Moinho	2	28,56%
Alambique	2	28,56%
Pecuária	1	14,28%
Cavalos e muares	1	14,28%

Tabela 8: A tabela 8 acima foi produzida sobre os seguintes inventários: ACSM (2,123,2484,1823), ACSM (1,9,343,1846), ACSM (1,127,2672,1848), ACSM (2,121,2448,1853), ACSM (1,6,1322,1861), ACSM (1,131,2743,1874).

É interessante notar primeiramente certa harmonia com relação à presença dos clérigos nas atividades agrárias locais. Se levarmos em consideração o grupo como um todo, vemos aí a possibilidade de produção de vários tipos de alimentos, além da cachaça. Desde o engenho, que processava a cana-de-açúcar e provavelmente não serviria somente para o consumo local, até o moinho, que processaria em maior escala o tão importante milho, alimento que atendia, em grande quantidade, às demandas locais. O milho trazia sustança para as diversas criações da localidade, como porcos, galinhas e gado, tanto de corte como de leite, até o mais abastado cidadão da localidade. Que clérigos eram estes? Qual o seu enquadramento na dinâmica produtiva local?

Os engenheiros²¹⁵ são, respectivamente, do Padre Manoel Antônio Rodrigues,²¹⁶ do Padre Sebastião Rocha Silva²¹⁷ e do Padre Manuel Pedro de Alcântara.²¹⁸ É relevante notar primeiramente que os três possivelmente não estavam envolvidos nem na administração do bispado, nem com as atividade de formação do Seminário Nossa Senhora da Boa Morte. Eles possuíam pouco material impresso no momento de sua morte, o que leva a presumir maior

consideramos os sacerdotes que tiveram em seus inventários itens como engenho e alambique por considerar que eles fazem parte do mesmo sistema agrário.

215O termo “engenheiro” aparece na lista nominativa de 1831 e em outros documentos como registros de terras como aquele que tem ou administra engenho. Curiosamente, em todos os dicionários dos séculos XVIII e XIX, o termo é definido como o profissional da engenharia, aquele que constrói máquinas principalmente. Cf.: BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.*, volume 3, p. 117. SILVA, Antônio de Moraes. *Op. Cit.*, volume 1, p. 698. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Op. Cit.*, verbete “engenheiro”.

216ACSM (1,9,343,1846)

217ACSM (1,127,2672,1848)

218ACSM (2,121,2448,1853)

dedicação às atividades laicas do que as voltadas ao sacerdócio.

O Padre Manuel Antônio Rodrigues, no momento de sua morte, era proprietário de 150 alqueires de terra avaliados em R\$ 4.500.000 (quatro contos e quinhentos mil réis), um engenho equipado, moinho e um alambique. Constan na descrição também uma roda de fiar e certa quantidade de algodão avaliada em R\$ 3.200 (três mil e duzentos réis). É interessante perceber a ausência de escravos na listagem de seus bens, considerando a presença de tantos itens que indicam necessidade de mão de obra. Percebe-se perfil dedicado à atividade de agricultor, por possuir uma fazenda equipada com tantas benfeitorias. A dedicação exclusiva a essa empreitada agrária não lhe rendeu alçar altos postos na hierarquia do bispado, resultando em uma morte sem o título de cônego e a posse de um único livro, um simples missal, avaliado em meros R\$ 1.200 (hum mil e duzentos réis).²¹⁹

Na mesma linha, o Padre Sebastião Rocha Silva aparentava possuir, no momento de sua morte, atividades produtivas parecidas com as do Padre Manuel Antônio Rodrigues. A quantidade de cativos em seu inventário o destaca frente aos demais é Ao todo são 15 escravos, que indicam envolvimento maior no cultivo. Esses cultivos estão indicados pela presença de milho avaliado em R\$ 80.000 (oitenta mil réis) e feijão. Além disso, é o único entre todos os inventários, que aparece como produtor de café. Aparecem, na descrição de seus bens, 38 alqueires de café, cujo preço é estimado em R\$ 17.720 (dezessete mil e setecentos e vinte réis). Além destes, um rebanho de nove bois, um cavalo e duas bestas. Todos os bens e escravos estavam divididos em duas propriedades. Uma próxima a Mariana, com 50 alqueires de pomares e capoeira, e uma que aparece com a simples descrição de “*terreno na Barra do Bacalhau*”.²²⁰ Da mesma forma que o padre do espólio anterior, este também não mostra interesse pela posse de publicações e tem em seu poder, no momento de sua morte, descrito apenas um missal avaliado em R\$ 2.000 (dois mil réis).

219Estes, apesar de considerarmos os mais representativos, não são os únicos que aparecem na listagem dos bens do defunto. São citados vários outros como um paiol, balança de ferro, cavadeiras, machado, foice, dentre outros que não podemos afirmar com certeza que fossem empregados exclusivamente na agricultura, por exemplo, as “espumadeiras de cobre” ou o beneficiamento do açúcar e da rapadura. *ACSM* (1,9,343,1846)

220Barra do Bacalhau aparece como freguesia do município de Piranga no Mapa da Província de Minas Gerais produzido no ano de 1862. A localidade não é muito longe de Mariana, tornando possível a administração destas terras. Ainda assim, o pouco detalhamento com relação a elas informando apenas o valor baixo de 20000 réis é significativo da sua não exploração agrícola. Cf.: HALFELD, Henrique Guilherme Fernando & TSCHUDI, Johann. Jacob Von. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Trad. Myriam Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. (Texto página 143 e mapa a parte)

O terceiro dono de engenho, cujo inventário foi identificado, é o Padre Manuel Pedro de Alcântara, o mais bem equipado produtor rural da amostra. Além do engenho no valor de R\$ 60.000 (sessenta mil réis), ele também possuía duas terras somando pouco mais de 46 alqueires de extensão, próximas a Mariana. Toda a máquina montada para o beneficiamento de cana mostra a dedicação do sacerdote à atividade. Se compararmos mais uma vez com a quantidade de livros em sua posse, percebemos o mesmo padrão dos anteriores. Novamente um equipamento bem estruturado, acompanhado de alguns bens de ordem pessoal como mesas e cadeiras, mas a presença incipiente de material escrito. Encontramos nos bens descritos apenas duas obras: um volume de *Breviários* e seis volumes de *Theologia Moral*. Estas duas obras indicam inicialmente o moderado interesse do sacerdote com relação ao material religioso, e, conseqüentemente, o pouco tempo dedicado por ele à doutrina e ao tema piedoso.²²¹

Com relação ainda à posse de engenhos, as antigas regiões mineradoras como Ouro Preto, Mariana e São João Del Rey continuaram sendo importantes áreas de consumo. Mesmo no século XIX, encontramos um grande aparato agroindustrial na região. Um exemplo disso é a quantidade de engenhos existentes no Município de Mariana, no ano de 1836. Eram ao todo 293 fábricas que produziam os diversos produtos obtidos da cana-de-açúcar. Não temos para os padres de nosso recorte a definição precisa do que eles produziam com seus engenhos, mas o período não é tão posterior para que ocorressem mudanças significativas.²²² Leandro Braga de Andrade, por exemplo, trabalhando a Freguesia de Furquim, no recorte de 1821 a 1850, encontra uma quantidade considerável de comerciantes de cachaça. Podemos dizer que estes sacerdotes são majoritariamente agricultores e a posse de livros e outros indicadores de dedicação clerical não são evidentes. Eles não foram capazes de ascender na hierarquia religiosa e se vincular ao bispado de forma que suas atividades laicas foram mais importantes do que as desenvolvidas em função da formação religiosa.

Um caso curioso é o do Padre Miguel Martins de Sousa. Descrito em seu espólio *post-mortem* há uma série de itens que indicam forte envolvimento com o sistema rural de abastecimento. Encontramos um moinho e vários outros bens como quatro enxadas e quatro

²²¹ *ACSM* (2,121,2448,1853)

²²² A quantidade de engenhos é indicativa da representatividade de produtos beneficiados da cana-de-açúcar. Os dados referentes a esta indústria em Mariana são de: PAIVA, Clotilde. A e GODOY, Marcelo M. Engenhos e Casa de Negócios nas Minas Oitocentistas. In.: VI *Seminário sobre a economia mineira*. CEDEPLAR. Belo Horizonte.1992.

foices, além de dois escravos africanos. Pertenciam ainda a este complexo de beneficiamento dois cavalos, cinco burros e uma besta, que deviam ser usados não só para o sistema de moagem, mas também para o transporte. Interessante é que do mesmo modo que os outros clérigos, Padre Miguel também não acumulou livros. Um único exemplar sequer é encontrado no inventário de 1861.²²³ Mesmo relativizando tal ausência, devido às especificidades do documento mencionadas anteriormente, a completa ausência do material impresso, nem um mísero missal, mostra o pouco investimento de tempo na atividade clerical e a dedicação flagrante à atividade laica.

Os dois outros agricultores da amostra, curiosamente o primeiro e o último dos inventários do recorte, confirmam, mesmo que de forma menos consistente, pouco engajamento nas atividades clericais. O Padre Bento Leitão de Almeida²²⁴ sustentava no ano de 1823 o total de 13 escravos. Além destes, havia outros itens que permitem uma conexão imediata com a atividade agrária: três tachos de cobre, três bois (incluindo uma junta) e um cavalo.²²⁵ Por sua vez, o Vigário Joaquim Basílio do Monte, com seus oito escravos, um alambique e uma junta de bois também se enquadra, ainda que timidamente, no que podemos chamar de agricultor.²²⁶ Os inventários destes dois últimos sacerdotes indicam um perfil misto, relativo à importância da atividade econômica desenvolvida, no sentido de se pensar que apesar de terem parte dos rendimentos ligados a atividades laicas, ainda assim têm uma considerável quantidade de material escrito. A descrição dos livros, no caso do Padre Bento Leitão de Almeida, é detalhada, permitindo concluir que ele se interessava pelo material impresso em um nível maior do que aqueles padres citados anteriormente: um total de dez volumes abrangendo, até onde se pode identificar, apenas livros religiosos. Por sua vez, o Vigário Joaquim Basílio do Monte e o material escrito no *inventário post mortem* de 1874 são problemáticos em incursões analíticas. Arrolou-se apenas um jogo de breviários, acompanhado de 77 livros sem nenhuma elucidação do que tratavam.²²⁷

Mesmo que a quantidade de inventários não pareça suficiente, eles mostram uma

223ACSM (1,6,1322,1861)

224ACSM (2,123,2484,1823)

225Podemos, com certa confiança, atestar que este era agricultor devido ao tamanho de seu plantel. Mesmo levando em conta a dinâmica dos grupos menores de cativos da Capitania de Minas Gerais, 13 era um número considerável e pouco provável de ser empenhado em atividades que não fossem as agrárias. Cf.: LUNA, Francisco Vidal. *Op. Cit.*, 1982.

226ACSM (1,131,2743,1874)

227Estes são miseravelmente avaliados em apenas R\$ 3.000 (três mil réis)

tendência: quanto mais empenhados nas atividades agrárias, menos estariam dispostos a obter material escrito. Pensando então que a quantidade de livros corresponde a uma parte considerável do comprometimento relativo à prática religiosa, a disposição de que a atividade agrária representasse não só uma maior dificuldade na execução das atividades clericais, mas que a progressiva dedicação indicava deficiência com relação às atividades clericais é fato. Isso é facilmente perceptível a partir de um paralelo entre os bens dos sacerdotes, suas responsabilidades como clérigos²²⁸ e o acervo em publicações. Os únicos com indicativos de maior quantidade de impressos foram aqueles que não mostraram envolvimento em atividades agrárias.

Credores e Alugadores

No século XVIII, o crédito era tido como parte do emaranhado que constituía as relações de confiança. A religião, política e economia “*se entrelaçavam em uma teceitura fina e indissociável.*”²²⁹ A dinâmica era muito diferente da realidade a que estamos acostumados no sistema atual de empréstimos. Uma consideração inicial a ser feita é referente à garantia de recebimento da quantia despendida por aquele que empresta.

Como então esta mesma retornaria em benefício do financiador? Neste quesito o sistema entrelaçado funciona vigorosamente. Em seu estudo sobre as atividades creditícias no

²²⁸Tais atribuições podem ser verificadas por meio dos títulos complementares presentes tanto nos inventários, quanto na *Lista Nominativa* de 1831. Os cônegos e suas diferentes designações, como já demonstramos em capítulo anterior, estavam vinculados à administração do bispado e eram em número considerável. Havia ainda outras duas designações frequentes, vinculadas a funções de regência aos templos e às irmandades. Os Capelães eram os sacerdotes vinculados às irmandades e recebiam por serviços prestados a elas, ao passo que os vigários recebiam por funções relacionadas a igrejas paroquiais, incluindo também as atividades de registro religioso que serviam como registro estatal. Nesta categoria, estão incluídos os registros de batismo, matrimônio e óbito, indispensáveis para o reconhecimento do nascimento, casamento e morte das pessoas que viveram no Brasil durante a vigência do *Padroado Régio*. Sabendo das respectivas remunerações e ainda das vantagens de tê-las na obtenção de outros rendimentos, entre eles missas e outras atividades religiosas de responsabilidade da *Câmara dos Vereadores*. Com relação aos gastos da Câmara Municipal de Mariana, os gastos com as atividades religiosas são facilmente perceptíveis no Livro de Gastos. Nestes documentos, aparecem, inclusive, gastos com cera e principalmente com os sacerdotes que foram responsáveis pelas cerimônias que ficavam a cargo da administração municipal. Ver: *Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana*, Livro de Receitas e Despesas, séculos XVIII e XIX.

²²⁹SANTOS, Raphael Freitas. Considerações sobre as atividades creditícias na sociedade mineira setecentista. *Anais do X Seminário sobre Economia Mineira*, Diamantina, 2002.

século XVIII, Raphael Freitas Santos, analisando uma série de inventários da Comarca do Rio das Velhas, encontra as dívidas como moeda de troca de confiança. Grande parte das vezes aquele que ora era o credor, no momento seguinte passava a ser devedor daquele que, no primeiro momento, era seu devedor. A mesma pesquisa aponta uma quantidade considerável de pessoas envolvidas em atividades de empréstimo. Por volta de 77% das pessoas que tiveram seus bens listados possuíam dívidas a receber, ou a serem quitadas.

Curiosamente, tal dispersão de credores e devedores também foi encontrada por Maria Manuela Rocha para o contexto português. A pesquisa da autora mostra que a dispersão ocorria de forma ampla pela sociedade. No entanto, à medida que o tempo avançou, aqueles que estavam envolvidos na atividade de empréstimo, por condições de mercado, começaram a abandonar a prática ou a se especializar nela. Sendo assim, à medida que o tempo avançou em meio ao século XIX, a constituição do sistema de crédito português se aproximou do que ocorria no resto da Europa, já em período um pouco anterior.²³⁰

Não encontramos pesquisas de fôlego que trabalhem a temática do mercado de crédito em Mariana no século XIX. Na visão de Ricardo Ferreira, o trajeto de evolução econômica que mudou as perspectivas monetárias do mundo após o fim da Idade Média fez com que a Igreja cedesse na questão dos empréstimos. Os argumentos eclesiais perderam espaço para a lógica que o mercado imprimia. Desta forma, o século XIX viu o fim do “pecado” da Usura.²³¹ Nas palavras do autor:

Dessa maneira, as bulas papais de excomunhão pela cobrança de juros (o pecado da usura) passaram a ser definitivamente peças históricas e a Igreja rendeu-se à realidade financeira do século XIX. Em decorrência, no século XIX, diversos países passaram a considerar legal e permitida, a cobrança de juros. Na França, essa cobrança passou a ser liberada a partir de 1793. Na Inglaterra, a liberação para a

230A autora utiliza também os Inventários Post-Mortem como suas principais fontes. Sua análise passa pela comparação da configuração lisboeta de crédito e outros países da Europa. Segundo a autora, a tendência do restante do velho mundo era que as atividades de empréstimos fossem vinculadas a poucos indivíduos e que estes eram capazes de despender enormes quantias. Percebemos desta forma certa semelhança com relação ao caso mineiro, claro que com ressalvas. Cf.: ROCHA, Maria Manuela. Crédito privado em Lisboa numa perspectiva comparada (séculos XVII-XIX). *Revista Análise Social*, vol XXXIII (145), 1998.

231Segundo o dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto, usura já é entendida como a simples cobrança de um valor a mais do que o emprestado. A conotação negativa reside apenas, na visão deste autor, no sentido figurado. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Op. Cit.* Verbetes “usura”. Já a Bíblia no livro do Deuteronômio afirma: “Não exigirás juro algum de teu irmão, quer se trate de dinheiro, quer de gêneros alimentícios, ou do que quer que seja, que se empreste a juros. Poderás exigí-lo do estrangeiro, mas não de teu irmão, para que o Senhor Deus, te abençoe em todas as tuas empresas na terra em que entrarás para possuí-la.”. É interessante notar que tomando como base o Livro Sagrado para a Igreja Católica não deixa margem para interpretações que permitam o uso dos juros como lucro em atividades comerciais. Dt, cap. 23, 19-20. *Bíblia Sagrada*. 56. ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2005.

*cobrança de juros ocorreu a partir de 1854. A liberação para a cobrança de juros ocorreu na Dinamarca em 1855 e na Espanha, a partir de 1856. Na Holanda, isso ocorreu no ano seguinte, a partir de 1857 e, na Suíça, a partir de 1864.*²³²

É interessante notar, no âmbito mundial, a modificação da perspectiva social a respeito do crédito. As modificações referentes a tal dinâmica mostram como a evolução do capitalismo comercial forjou uma nova mentalidade dentro da própria Igreja Católica. O que isso significava em última instância? O fato de criar laços de influência colocava as pessoas bem relacionadas com vantagem sobre aquelas que, de uma forma ou de outra, não eram capazes de desenvolver contatos com indivíduos da mesma comunidade, ou ainda de comunidades distantes.

Este fator suscita claramente as relações formadas entre a já repetitiva, no entanto, pertinente estrutura das redes clientelares. Antônio Manuel Hespanha e Ângela Chavier estudaram muito bem estas relações em um período histórico que antecedeu ao nosso recorte temporal. Acreditamos ainda haver certa representatividade no que diz respeito à criação de relações interpessoais e intergrupais imersas nas redes.²³³ Pensar estas relações num governo imperial pode parecer fora de lógica. Entretanto, raciocínios no sentido de se entender as permanências são possíveis.

Segundo Alexandre Mendes Cunha, a historiografia brasileira, tanto a de cunho marxista, quanto de origem Weberiana, pautou seu raciocínio na lógica do sistema patrimonialista. Segundo o autor, a noção de atrofia econômica, social e política brasileira está quase sempre presente nos autores que pensaram o patrimonialismo brasileiro.²³⁴ Cabe ainda acrescentar que a problemática persiste e se desdobra em outros conceitos como clientelismo

232O texto do autor trata do trajeto geral da ideia de usura desde a antiguidade até os dias atuais. O trecho extraído é o que melhor nos atende devido ao recorte temporal desta dissertação. FERREIRA, Ricardo J. F. *O Dilema Ancestral dos Juros*. Extraído de: [<http://www3.mg.senac.br>], no dia 15 de Janeiro de 2011.

233O texto em questão trata de um clássico referente a um período anterior, no entanto, a economia do dom acaba por se transmutar e continuar existindo de outras formas até períodos atuais por meio de outros organismos similares. Vemos movimentos similares em outras relações sociais que fogem ao contexto dos séculos em que o colonialismo português prevalecia. Mesmo o século XX foi testemunha dos coronelismos e outros “ismos” capazes de, por meio de determinadas trocas, negociações, e manipulações, realizar feitos semelhantes aos das redes clientelares, apesar de acontecerem muitas das vezes em escalas diferentes. XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, Antônio Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antônio Manuel. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

234O autor traça um panorama bem amplo a respeito das teorias patrimonialistas. No entanto, é interessante notar a permanência das análises focadas neste sentido para o contexto brasileiro. Cf.: CUNHA, Alexandre Mendes. Patronagem, Clientelismo e Redes Clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. *Revista História*, São Paulo, v. 25, n. 1, 2006.

e redes clientelares. As dívidas, como apresenta a bibliografia, são valiosos instrumentos para o entendimento dos mecanismos de relacionamento baseados na confiança e na hierarquia.

A definição de empréstimo no dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto é a de “*contrato em virtude do qual se dá a alguém uma coisa para servir-se dela com obrigação de restituí-la.*”²³⁵ Este significado esclarece o papel do empréstimo como uma questão que dependia da honra de duas pessoas.²³⁶ Nos 21 inventários, os empréstimos são presentes em seis deles. . (28,57%). No total de 13 inventários em que é possível se identificar alguma atividade econômica, estes seis são ainda mais relevantes por alcançarem 46,15% do total. A lógica é simples, se quase 50% dos padres emprestavam dinheiro, no mínimo a igual quantidade de pessoas adquiriram empréstimo das mãos deles. A importância destes sacerdotes torna-se mais clara ao se constatar que era comum uma quantidade maior de empréstimos administrados por um mesmo clérigo.

A cobrança de dívidas e de outros compromissos verbais nos séculos XVIII e XIX era garantida por meio de estratégias que apelavam para questões sobrenaturais. Ramon Fernandes Grossi, estudando uma série de manifestações do medo e a maneira da população viver e se relacionar com a morte, chega a uma conclusão interessante. Para se ter uma ideia da efetividade do medo, o autor afirma:

*As chamadas “ações da alma” refletiam o temor frente à perdição da alma. Eram processos da justiça civil em que a culpa ou a inocência de alguém, envolvido em algum tipo de disputa, baseava-se no juramento do próprio acusado. Se alguma “troca se efetivasse entre partes sem, contudo, ter sido formalizada por escritos e sinais, o credor podia dirigir-se ao juiz e requerer que ele citasse o devedor para ‘jurar por sua alma’ se havia ou não feito a transação”. Caso o acusado negasse, por exemplo, uma dívida, mediante juramento pela alma, o juiz o absolvía e condenava o autor da acusação nas custas. Se o acusado se recusasse a jurar, era automaticamente considerado culpado.*²³⁷

Vista a importância deste tipo de atividade pelos fatores já mencionados, entre eles a ausência de um sistema bancário, a pouca moeda em circulação se compararmos aos níveis atuais, além das questões envolvidas nos empréstimos em que padres eram os credores, as

235PINTO, Luiz Maria da Silva. *Op. Cit.*, verbete “empréstimo.”

236A sociedade brasileira, notoriamente a mineira, era permeada de atos que muitas das vezes extrapolam em muito o que temos por ações racionais. Cf.: GROSSI, Amon Fernandes. *O Medo na Capitania do Ouro: Relações de poder e imaginário sobrenatural – Século XVIII*. Dissertação de Mestrado, UFMG, FAFICH, 2002, p. 51.

237Ibidem, p. 56.

dívidas representavam importantes mecanismos de trocas monetárias. Desta forma, seria de se esperar que os sacerdotes enveredassem por este tipo de atividade. A observação pontual referente a alguns dos casos serve não só de ilustração às interações entre os padres e a sociedade marianense, mas também para reforçar os mecanismos de conexão criados pelos clérigos que se dispunham a esta atividade.

Inicialmente podemos separar, em dois principais grupos, os cinco sacerdotes envolvidos nessa atividade. No primeiro deles, estão aqueles que apenas emprestam dinheiro, não exercendo outra atividade além desta. Enquanto no segundo grupo, estão aqueles que, além dos empréstimos, dedicavam-se ao aluguel de casas a terceiros. O curioso é que, considerando ambos os grupos, o primeiro sacerdote que realiza empréstimo só aparece em nossas fontes no ano de 1839. Apenas no levantamento dos bens do Padre Antônio Fernandes da Cunha²³⁸, as dívidas aparecem como papel importante, não significando que foi só a partir deste momento que a prática surgiu como complemento, ou mesmo principal atividade daqueles que atingiram o sacerdócio.²³⁹

Não podemos traçar tendências mais fixas, como fizemos anteriormente com o caso dos padres agricultores. Mesmo assim as informações extraídas dos inventários destes cinco sacerdotes nos permitem apontar, com certas ressalvas, algumas hipóteses relevantes no que diz respeito à sua atuação social em Mariana e à dedicação ao ministério sacerdotal.

Quanto maior a dedicação à atividade laica, por consequência, maior a dependência de seus rendimentos. Nos seis inventários, encontramos uma biblioteca considerável em apenas um dos casos. Somente o Padre Casemiro Pereira Passos tem um conjunto de livros que supera, em larga escala, a quantidade de livros de todos os outros sacerdotes mencionados. Somam 126 volumes distribuídos em mais de 70 títulos. As atividades econômicas desenvolvidas por ele mostram certa disponibilidade de capital. Ele é detentor de

238ACSM(1,0064,1386,1839)

239Em pesquisa anterior, constatamos a presença de grandes credores no início do século entre o corpo clerical de Minas Gerais. Um dos exemplos mais pertinentes é o do Padre Joaquim Cunha Ozório, de 1812 exibe 57 dívidas a receber de diferentes pessoas da capitania. Aliado a isso, uma vasta biblioteca com uma série de escritos de diversas naturezas, no entanto, com maior concentração dos livros ligados ao ofício religioso. A quantidade de livros chega a 104 títulos e um número muito maior de volumes. Infelizmente, ele está fora de nosso espaço de análise e do recorte da presente pesquisa. Ainda assim, o caso é significativo da atividade pecuniária dentre os sacerdotes, além de esta proporcionar, pelo menos para este indivíduo específico, uma quantidade elevada de material impresso. Ver: SANTANA, Paulo Vinicius Silva de. Os livros dos profissionais da fé: padres e suas bibliotecas nas Minas do início do século XIX. *Anais Eletrônicos do Simpósio Nacional do CEHILA-Brasil 2008 e IX Ciclo de Estudos da Religião*. ALMEIDA, Ivam Antônio de. (org.) *Et. Al.* Ouro Preto: Editora da Universidade Federal de Ouro Preto, 2008.

três dívidas a receber no valor de R\$ 129.000 (cento e vinte e nove mil réis). Além deste capital, que não era o maior entre os sacerdotes estudados, contudo respeitável dentro do recorte, encontravam-se em sua posse quatro casas, somando R\$ 3.500.000 (três contos e quinhentos mil réis).²⁴⁰ Um valor extremamente alto, um dos maiores patrimônios a serem administrados, além da maior liquidez e criação de laços que tanto as dívidas, quanto as casas deveriam proporcionar.

Guardadas as devidas proporções, Padre Casemiro Pereira Passos não era o único com este perfil econômico. O Cônego Antônio José da Costa Pereira também somava uma quantidade considerável de casas de aluguel. Estavam em seu poder, no momento de sua morte, oito casas, no valor de R\$ 8.200.000 (oito contos e duzentos mil réis). Valor que superava o dobro da quantidade de réis em relação às casas avaliadas do sacerdote anteriormente mencionado. Juntamente com estas edificações, existiam ainda duas dívidas a receber no valor de R\$ 1.101.960 (hum conto, cento e um mil e novecentos e sessenta réis).²⁴¹ A quantidade de livros (dois jogos de Breviários), no entanto, chega a ser irrisória perto da expressiva quantidade de material impresso na posse do Padre Casemiro. Qual seria a hipótese mais relevante para pensarmos bibliotecas tão discrepantes entre si? Este é um dos poucos casos em que o cruzamento entre inventários *post-mortem* e *Lista Nominativa* se torna praticável. A primeira informação pertinente refere-se à idade do Cônego, segundo os nossos cálculos, ele faleceu com 72 anos de idade no momento de sua morte. Longevidade acima da calculada para a média dos chefes de domicílios pertencentes ao grupo de clérigos ligados à administração do bispado, que era de 41,62 anos.²⁴² A questão seria pensar na possibilidade de a longevidade se refletir na renúncia dos livros em prol de clérigos mais jovens e ativos no ministério sacerdotal, bem como outras opções de transferência de poder.

Ao nos voltarmos para os outros sacerdotes, vemos a importância da prática do empréstimo. O mencionado Cônego Vigário Capitular Miguel Noronha Péres acumulava ao todo 11 dívidas a receber no momento em que seu inventário foi feito, totalizando R\$ 6.831.400 (seis contos, oitocentos e trinta e um mil e quatrocentos réis) a serem recebidos no futuro.²⁴³ Em escala menor, mas numa configuração parecida, encontramos também Padre João Felicíssimo Gomes, com cinco dívidas a receber, acumulando ao todo R\$ 4.529.727

240ACSM (1,0052,1166,1871)

241ACSM (1,0040,0918,1857)

242Ver segundo capítulo, segundo item.

243ACSM (1,0112,2297,1843)

(quatro contos, quinhentos e vinte e nove mil, setecentos e vinte sete réis).²⁴⁴ Este estabelecimento de redes sociais pode ser interpretado de maneiras diferentes nos dois casos, apesar da configuração parecida. No primeiro caso, temos um sacerdote que conseguiu alçar cargos altos na administração religiosa local. Ser Cônego Vigário Capitular não era uma titulação obtida por qualquer sacerdote. Além do mais, ele parece ter convertido suas redes de influência, seus contatos, sua sociabilidade, em um conjunto considerável de empréstimos. Uma das dificuldades da interpretação neste caso é saber qual era a idade de ambos. Se fosse possível a obtenção deste dado seria mais pertinente a hipótese de que Padre João Felicíssimo Gomes era clérigo menos gabaritado e mais jovem que seu colega de batina.

Finalmente, resta o Padre Francisco de Castro Gomes, cujo inventário data de 1861. Sobre ele não há muito a ser dito, apenas que era de poucas posses, tanto no que diz respeito a dívidas, quanto à ausência de livros em seu inventário. Apenas dois créditos a receber o separaram dos demais clérigos que não tinham nenhuma atividade remunerada.²⁴⁵ A ausência de título administrativo aponta para duas hipóteses opostas: o extremo de idades, ou o Padre Francisco de Castro Gomes já havia atingido idade mais avançada, impossibilitando-o de continuar exercendo a atividade de cônego ou provavelmente ele se encontrava no princípio da carreira clerical e não havia conseguido dispor de melhores bens, ou mesmo de melhor inserção na hierarquia eclesiástica local.

Com relação ao crédito, tanto no Brasil Colônia, quanto no contexto imperial, devemos pensar novamente no estabelecimento de relações pessoais, que não ocorriam simplesmente devido à necessidade de se precisar de um bem, e não haver valor monetário suficiente para quitá-lo. Após um olhar crítico sobre a bibliografia referente ao crédito no Brasil Colonial, Cláudia Coimbra do Espírito Santo afirma que os estudos mostram o extrapolamento das questões econômicas. A problemática dos empréstimos gira em torno de questões sociais vinculadas às relações pessoais entre credores e devedores. Ainda dentro desta dinâmica, devem ser lembradas as questões institucionais de poder no contexto político e cultural.²⁴⁶ As dívidas, bem como as possíveis casas alugadas, eram uma espécie de

244ACSM (2,0017,0459,1854)

245ACSM (1,0144,3007,1861)

246A autora considera o trabalho de uma gama enorme de autores. Desde “medalhões” da *Escola dos Annales*, como Fernand Braudel, até clássicos da historiografia nacional, como João Fragoso, a lógica de raciocínio é construída levando em conta inclusive questões antropológicas relacionadas às teorias de Marcel Maus, entre outros. Cf.: ESPÍRITO SANTO, Cláudia Coimbra. Economia, Religião e Costume no Cotidiano das Minas: Práticas Creditícias na Vila Rica Setecentista. *Anais do X Seminário sobre Economia Mineira*, Diamantina,

manifestação de suas relações interpessoais. Por meio da mesma lógica, percebemos que não era possível dissociar redes creditícias do status de religioso dos clérigos.

Cirurgia ou Medicina

Uma última profissão exercida por um sacerdote ainda pode ser definida pelos inventários. No espólio do Padre Antônio Gonçalves do Vale, aparecem bens que indicam a prática da medicina. Encontramos um livro de “*Cirurgia*” e sete tomos de “*Medicina*”. Apesar da dificuldade de não aparecer nenhuma definição mais específica quanto aos títulos do material impresso, este material indica que este clérigo era uma pessoa que se dedicava a práticas médico-curativas na região de Mariana. Como já mencionamos anteriormente ao analisar a presença destes profissionais na *Lista Nominativa* de 1831, eles eram escassos, em número reduzido se pensarmos nas demandas locais. Restava então, recorrer aos poucos profissionais e ao que podemos chamar de tratamentos alternativos de saúde.²⁴⁷

Curiosamente, este sacerdote era, em comparação com os outros clérigos, com exceção do Padre Casemiro Pereira Passos,²⁴⁸ um indivíduo que possuía grande acervo de livros. Ao todo são 32 livros, chegando ao total de 65 volumes. Uma considerável biblioteca pessoal, se levarmos em consideração as especificidades dos padres analisados até então, este padre se enquadra como o caso mais bem documentado de um sacerdote interessado por leituras das mais variadas espécies. Entretanto, os dois itens do grupo de livros que mais

2002, p. 9.

247Chama a atenção que, Mariana, segundo a *Lista Nominativa de 1831*, era desprovida de profissionais que exercessem atividades relacionadas com a saúde. Neste sentido, encontramos apenas um cirurgião, residente na casa do bispo, e dois boticários. Este padre em questão permanece vinculado a Piranga, região próxima, e com fortes vínculos administrativos a Mariana. A presença deste padre em 1834 é indicativo de interação entre as localidades no que diz respeito às necessidades de tratamentos de saúde. Corroboramos muito neste sentido se pensarmos na existência de interligação regional no sentido de atender às demandas relacionadas a diversas necessidades. As “ilhas”, ou continentes, que caracterizavam a Região das Minas aparentemente tinham extensões variadas e eram capazes de realizar, mesmo que espontaneamente, o abastecimento e o atendimento às outras necessidades dos habitantes da localidade. Não é o nosso intuito discutir mais profundamente tais questões, mas um excelente texto a esse respeito é o de José Newton Coelho Menezes. Em *Continente Rústico*, o autor trabalha a ideia de que Minas Gerais foi capaz de manter a economia em pleno funcionamento após o declínio da extração aurífera por meio do próprio mercado. Ver: MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico*. Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

248ACSM (1,0052,1166,1871)

chamam atenção são os relacionados às práticas médico-curativas. Desde os sete “*Volumes de Bíblia Sagrada*” até os “*Sermões de Larraga*”, este sacerdote foi, pelas indicações de seus livros e de sua casa bem mobiliada, uma pessoa importante tanto do ponto de vista das atividades religiosas, quanto pela atividade relacionada com o tratamento dos males do corpo.²⁴⁹

Sacerdotes “Stricto Sensu”

Finalmente, aparecem aqueles casos em que não é possível caracterizar atividades além da clerical. São ao todo nove os padres cujos bens foram inventariados e aparentemente não realizavam nenhuma atividade laica. Mas quais eram as características comuns destes religiosos? O que os diferenciavam do resto dos outros sacerdotes e permitia que sua sobrevivência fosse obtida por meio das atividades estritamente clericais?

Cônego	5 (55,55%)
Padre	1 (11,11%)
Vigário	1 (11,11%)
Reverendo	1 (11,11%)

Tabela 9: tabela produzida a partir dos nove inventários de clérigos que não possuíam atividades laicas determinadas por seus inventários.

A primeira das características que chama a atenção é a presença maior de sacerdotes vinculados à administração do bispado. Entre os oito religiosos exclusivos a cujos inventários tivemos acesso, apenas um é definido simplesmente como padre. A maioria deles, 5 (55,55%),

²⁴⁹Não nos demoraremos muito neste caso, pois ele já foi bem esclarecido no primeiro capítulo. *ACSM* (1,0072,1532,1834)

²⁵⁰Os inventários são os seguintes: *ACSM* (1,0050,1139,1829), *ACSM* (2,0097,2070,1837), *ACSM* (1,0064,1386,1839), *ACSM* (2,0054,1219,1845), *ACSM* (1,0131,2742,1852), *ACSM* (1,0083,1762,1864), *ACSM* (2,0096,2046,1868), *ACSM* (2,0108,2228,1870), *ACSM* (2,0120,2417,1873).

estava envolvida, com atividades administrativas do bispado. Estes cônegos são encontrados em diversos momentos do recorte em estudo indicando que tal presença permeou todo o trajeto temporal. Se levarmos em consideração que as atividades religiosas desses indivíduos eram a única fonte de renda, podemos considerá-los o grupo mais estruturado do ponto de vista da realização das atividades clericais. Existem ainda outras duas denominações que aparecem nos inventários, presumivelmente, dotadas de importância administrativa indireta. Tanto o Vigário Manoel Justiniano Silva²⁵¹, quanto o Reverendo Domingos Pontével,²⁵² podem ser considerados detentores de designações. O caráter de suas designações – Vigário e Reverendo²⁵³ – ambos denotam certa superioridade, ao passo que a vigararia inclusive dota seu detentor de poderes deliberativos próximos ao do bispo na ausência do mesmo. Numa conexão mais apurada, estas duas designações se aproximam dos de cônego por se tratar de importância honorífica na proximidade com a diocese. Tais sacerdotes, obviamente, não se tornariam importantes, seja participando diretamente da administração, seja exercendo certo grau de poder político com as definições de reverendo e vigário.

Ainda assim, resta a possibilidade de pensarmos nos casos em que o sacerdote não tinha outra atividade além da clerical como atividade de sobrevivência. Este raciocínio enquadra o primeiro grupo, os cônegos, a cujos inventários tivemos acesso, grupo atrelado à administração religiosa da província, e ao caso do Padre Augusto Antônio do Carmo, que possuía um desprezível patrimônio, e nenhuma indicação de que fosse ligado à administração religiosa da região. Seus bens se resumiam à “batina e aos livros”, avaliados em R\$ 70.000 (setenta mil réis), a um par de mangas e a um escravo de nome Manuel da Paixão, avaliado em R\$ 300.000 (trezentos mil réis).²⁵⁴ Chega-se à conclusão, por meio da presença destes

251ACSM (2,0096,2046,1868)

252ACSM (1,0050,1139,1829)

253Segundo Raphael Bluteau, a forma de tratamento “*reverendo*” era dada a integrantes – tanto das ordens seculares, quanto regulares – como forma de reconhecimento dos serviços prestados, e de certa importância dentro do grupo a que pertenciam. Ver: BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.*, volume 7, p. 314. Curiosamente, o Reverendo de que tratamos é homônimo do Bispo que morreu em 1793. É pouco provável que este seja o seu inventário, ainda mais com o seu sucessor, o Bispo Dom Frei Cipriano de São José, afirmar ao Conselho Ultramarino que os livros de seu predecessor foram recuperados para a Sé em 1797. No documento, Dom Frei Cypriano de São José afirma o seguinte: “*Tomei posse do meu Bispado de Mariana e ordenei que se reponham na livraria donde se removeram todos os livros pertencentes ao meu antecessor, os quais em praça pública foram arrematados, com os mais moveis de seu espólio, como bens de defuntos e ausentes.*” *Arquivo Histórico Ultramarino*, Caixa 143, Documento 65, 1797. Acreditamos ser possível sim que o inventário fosse feito posteriormente, mas tal hipótese é pouco provável. Mesmo assim, a distância temporal em que o inventário é feito desde a morte do Bispo e a ausência do título de “Bispo” e a presença apenas da palavra “Reverendo” reforça a ideia de que se tratava de outra pessoa. Ainda que se tratasse mesmo do Bispo, é difícil acreditar que seus bens tenham permanecido satisfatoriamente ilesos tantos anos.

254ACSM (2,0108,2228,1870)

bens, que o sacerdote dificilmente sobreviveria fora da dependência de um grupo familiar maior.

Os sacerdotes que não desempenhavam funções alheias à carreira clerical são, majoritariamente, homens de bens pessoais. Ao observarmos suas casas, com exceção do Padre Augusto Antônio do Carmo, encontramos a descrição de vastos grupos de itens relacionados com o vestuário e mobília. O que podemos chamar de itens de ordem pessoal dominam seus inventários, tornando-os um grupo inteiramente formatado para as funções clericais. Começamos problematizando a divisão dos bens em categorias fixas ligadas a atividades econômicas específicas. Por exemplo, um padre que também desenvolvesse a agricultura teria utensílios que teriam função dupla. Uma escumadeira que fosse usada para o beneficiamento da cana-de-açúcar poderia ser usada para a preparação de comida para os escravos ou mesmo para o respectivo senhor.

Quanto à posse de livros, o que diferencia este grupo dos demais é que em 100% dos casos todos os sacerdotes possuem material escrito. Nem que fosse uma única obra, caso do desprovido Padre Augusto Antônio do Carmo, ou quantidade maior de volumes, caso do Cônego com 32 títulos em sua biblioteca. É pertinente notar a constância dos títulos religiosos. Seja com poucos volumes, o que é observado no espólio Cônego Arcediago Joaquim José Rodrigues Rego, com apenas dois jogos de breviários, ou no caso do Cônego Felício Abreu e Silva, com seus 84 volumes de obras quase que estritamente religiosas, excetuando apenas um volume de “Geografia”, um “Dicionário de Francês”, além de outros poucos títulos ilegíveis, percebemos uma biblioteca estritamente religiosa.

Considerações Finais

Em todos os casos percebemos as peculiaridades presentes. Analisar esses casos é um desafio interpretativo que extrapola a capacidade informativa do documento. A curiosidade do pesquisador, muitas vezes, só é sanada, parcialmente, pelo levantamento de algumas hipóteses menos fundamentadas, que ainda assim respondem momentaneamente aos anseios dos interessados nas dinâmicas do passado.

Com relação à interpretação do papel das ações sacerdotais dentro em Minas Gerais, no período que vai da década de 1820 até meados da década de 1870, algumas considerações referentes ao raciocínio da questão de “*Campo Econômico*” de Pierre Bourdieu são pertinentes. Segundo o autor, o conceito de campo é definido como uma constelação relacional em que os agentes de um de ramo controlam uma fatia de mercado por meio do capital específico que detêm.²⁵⁵

No caso específico dos sacerdotes estudados neste capítulo, podemos identificar a presença de clérigos com capitais variados.²⁵⁶ A documentação analisada permite separar os sacerdotes em grupos específicos. Temos um grupo maior de sacerdotes que aparentemente se dedicam tanto à carreira clerical, quanto a uma atividade laica. Estes indivíduos, como a posse de seu material escrito indica, são menos dedicados à função clerical e mais envolvidos nas atividades laicas. Por meio de suas capacidades pessoais e das oportunidades que a vida lhes deu, foram capazes de se habilitar para o sacerdócio. Por necessidades econômicas, dificuldade de sobrevivência com as limitadas oportunidades geradas pela vida clerical, ou pela falta de vocação, eles se enveredaram pela agricultura, pecuária, usura, aluguel de casas e até medicina. Acreditamos que eles não se tenham inserido como meros agentes, como os leigos. A sociedade era permeada por fortes valores religiosos que atribuíam aos sacerdotes características diferenciadas ligadas à função clerical. E de onde vinham estas prerrogativas? Mais especificamente, de onde vinham as armas, o capital específico destes sacerdotes?

Pensando nesta mesma ótica e utilizando do conceito de *habitus*²⁵⁷ de Pierre Bourdieu, que trata de um princípio diferenciado e diferenciador, a educação, mais ainda, é o conhecimento específico que molda os indivíduos detentores do mesmo para um papel diferenciado na sociedade. O aparato proporcionado pela carreira religiosa se reverteu numa formação exclusiva dentro das residências dos sacerdotes e na maneira como eles lidavam

255BOURDIEU, Pierre. O Campo Econômico. *Revista Política e Sociedade*, n. 6, Abril de 2005, p. 24.

256Pierre Bourdieu é bem claro ao definir os capitais como sendo literalmente recursos de que o indivíduo dispõe para agir no meio em que se insere. Estes capitais funcionam literalmente como armas no sentido de interagir especificamente com o meio social em que estão inseridos. *Ibidem*, p. 26.

257 Gilson Pereira e Afrânio Catani entendem que o conceito de habitus de Pierre Bourdieu é perigoso de ser sintetizado. No entanto, entendem que ele funciona ao mesmo tempo como fator de aglutinação e de diferenciação. Aglutinador no sentido de unir as classes e grupos sociais neles mesmos e diferenciador em dupla valência. A primeira delas referente à distinção entre os grupos, entre um grupo e outros grupos, pois gera padrões indicativos, tendências de comportamento, que são identificáveis com um determinado grupo social. E dentro do mesmo grupo gera diferenciação devido ao caráter hierarquizador de determinados comportamentos. Cf.: PEREIRA, Gilmar R. De M & CATANI, Afrânio Mendes. Espaço Social e Espaço Simbólico: Introdução a uma Tipologia Social. *Revista Perspectiva*, V. 20, n. Especial, Julho/Dezembro, 2002, p. 110.

com as atividades laicas. Para alguns, o conhecimento adquirido teve função de ascensão social, enquanto para outros ele agiu na confirmação de um status já alcançado pela sua família. Em todos os casos, o conhecimento e o que foi feito com ele configuraram o clero de Mariana no sentido de se tornar apto tanto para a administração do bispado, quanto a se vincular às atividades de formação no Seminário Nossa Senhora da Boa Morte.

Em todos os casos, o que salta aos olhos é o “*capital simbólico*” com que a profissão dotava os sacerdotes. Mesmo quando eles realizavam outras atividades – que não eram as religiosas – vemos bibliotecas consideráveis, ricas em material religioso voltado para as orações, bem como literatura teológica, de função teórica sobre a prática da fé.²⁵⁸ O desequilíbrio, ou seja, as diferenças entre os diversos níveis de poder simbólico é que determinavam, em parte, a maneira como cada indivíduo se enquadrava na sociedade: seja se enveredando profundamente nas atividades religiosas, seja praticando uma, ou mais atividades laicas.

²⁵⁸Exemplo interessante por fugir à regra é o do Padre Casemiro Pereira Passos, que ao que tudo indica desempenhava atividades pecuniárias, e não ascendeu dentro da hierarquia do bispado e que ainda assim no momento de sua morte estava em sua posse um total considerável de 126 livros. *ACSM* (1,0052,1166,1871)

CONCLUSÃO

Tratamos aqui de uma história do comprometimento ou da vocação sacerdotal. Estudamos a maneira como em Mariana se criou uma cúpula administrativa e de formação clerical que foi durante muito tempo o cérebro e o coração da Igreja Católica da província. Se outras cidades tinham sua importância atribuída a motivos diversos, a antiga cidade, cuja câmara é a mais velha da província, não representava o centro do poder político-administrativo como Ouro Preto. Ainda que a importância religiosa fosse, em parte, pragmática no sentido de que a paróquia fizesse registros de batismos, casamentos e óbitos, a principal função sempre foi voltada para as atividades pastorais.

Algumas pistas a respeito deste poder religioso estão presentes no que Norbert Elias chama de permanência do “cunho civilizatório e cultural”, desenvolvido ainda na sociedade de corte. Sua evolução, na visão do autor cria uma estrutura de segregação social capaz de organizar a sociedade não só por meio da importância bélica, política e administrativa, mas também pela forma como os integrantes se portavam esteticamente. Neste sentido é pensar que de diversos modos as questões de poder giravam em torno de quesitos estéticos, baseados numa tradição que era passada de geração para geração, num sistema de reforço do *status quo* já estabelecido.²⁵⁹

A religião e o status alcançado por seus ministros são uma característica importante como fator de sua sobrevivência durante anos e anos de história. Da mesma forma que Norbert Elias afirma não ter sido possível existir um governo realmente absoluto, em que o poder era exercido por apenas uma única pessoa,²⁶⁰ acreditar que a Igreja Católica se manteve como instituição a partir única e exclusivamente do poder de seu fundador Jesus Cristo é uma afirmação inconsistente, mais ainda, que os papas, cardeais e bispos foram os responsáveis pelas modificações ocorridas no decorrer do tempo. Toda uma dinâmica social nasceu e

259ELIAS, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Trad. Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 65.

260Norbert Elias faz esta afirmação tendo em mente a estrutura tradicional utilizada para explicar o poder absoluto. Acreditamos ser possível que a mesma lógica seja aplicada no que diz respeito à igreja, principalmente por se tratar de uma instituição que preza tanto pela proeminência do Papa, seu líder maior. *Ibidem*, p. 56.

creceu dentro da própria instituição. Dentro do corpo de clérigos envolvidos diretamente com a administração, características peculiares se desenvolveram e tornaram as transformações possíveis. No caso de Mariana, por exemplo, as modificações introduzidas na formação aparecem também em níveis exteriores à própria igreja. O ultramontanismo, um movimento que podemos considerar fortemente ligado à cúpula administrativa, não teria surtido efeito na separação da esfera religiosa da político-administrativa se não tivesse havido uma resposta e terreno profícuo para sua realização. Que instrumentos estão envolvidos nesta transformação do corpo clerical e onde entram as conclusões do presente estudo?

A Teoria dos Jogos, um ramo da Matemática utilizado para pensar as ações humanas em contextos hipotéticos, nos mostra caminhos interessantes para entender como “jogadores” se comportam em meio ao “jogo”. Resumidamente, trata-se de entender a realidade como uma dinâmica em que os indivíduos conhecem suas possibilidades de agir, ou seja, seus instrumentos e aqueles dos jogadores que estão participando da mesma partida.²⁶¹ No caso dos sacerdotes de Mariana, os recursos de que os padres dispunham para sua sobrevivência eram limitados. O sacerdócio era, em última instância, uma ocupação que se distinguia das demais pelo saber obtido por meio do ensino formal, o ingresso no seminário era indispensável. Estes estudos possibilitaram conhecimentos básicos, com o tempo o candidato tornava apto para exercer o ofício de padre. Como outras ocupações, ao bacharel em leis era permitido advogar, os médicos tinham licença para realizar as atividades curativas específicas, somente aos padres era permitido exercer o sacerdócio.

Mas nem todos padres estavam integrados de forma igual no ministério sacerdotal. A Igreja Católica era, e ainda hoje é, organizada sob uma rígida hierarquia. A inserção em tal sistema não possibilita a alteração em outros níveis de sociabilidade. Um padre, para agir como tal, da mesma maneira que ocorria com outros profissionais, necessitava de “ferramentas”. As ferramentas nada mais eram do que instrumentos que os tornavam diferenciados para a execução de sua ocupação. Neste sentido, uma grande quantidade de fatores pode ser elencada. Escolhemos três a que tivemos acesso por meio dos inventários e

²⁶¹A Teoria dos Jogos foi desenvolvida durante a Guerra Fria. Por meio dela, matemáticos americanos calculavam o risco de certas ações. Os diferentes agentes envolvidos em possíveis conflitos bélicos tinham suas possibilidades de ação elencadas e um resultado hipotético era obtido por meio do pensamento lógico. Para contextos passados, o uso destas ferramentas torna-se praticável pela inferência das capacidades dos agentes, em momentos anteriores e a avaliação de contextos posteriores. Para uma visão geral sobre Teoria dos Jogos, ver: LA-SIENTRA. Adolfo García de. La Estructura Lógica de la Teoría de los Juegos. *Revista Crítica*, vol. 41, número 122, Agosto de 2009.

da Lista Nominativa de 1831.

Os inventários nos permitiram uma análise de dois aspectos importantes na maneira como os sacerdotes se colocam na sociedade marianense, no período que vai da década de 1820 até 1875. As especificidades deste período, como demonstramos no **Capítulo I**, apontam para um clero, pelo menos ao nível da posse de livros, empenhado em acumular um aparato livresco variado, voltado grosso modo, para as práticas sacerdotais. Na constituição das residências, percebemos a especificidade da estrutura familiar do sacerdote. Em suas casas, os padres viviam em um ambiente que se voltava para sua função como mostra a Lista Nominativa. As conclusões do **Capítulo II** são válidas no sentido de apontar para a tendência de especialização do domicílio. A localização especial de Mariana colaborava para uma quantidade maior de sacerdotes voltados exclusivamente para a função clerical. Os gastos para a manutenção, tanto dos lares, quanto de livros, mostra a possibilidade, ao menos em Mariana, de que os sacerdotes mais bem colocados, com funções ligadas ao Seminário Nossa Senhora da Boa Morte, ou à administração do Bispado, conseguindo manter-se economicamente, exclusivamente dos rendimentos provindos da carreira clerical. Infelizmente não foi possível fazer mais cruzamentos entre a Lista Nominativa e os inventários do recorte temporal. Ainda assim, ao estudarmos os mesmos inventários, desta vez focando nas questões vinculadas às atividades econômicas desenvolvidas pelos sacerdotes, percebemos que eles foram capazes de, em alguns casos, se dedicar exclusivamente à carreira clerical. Estes clérigos se tornaram altamente especializados, constituindo o cabido marianense, subordinados diretamente ao Bispo, detendo maior quantidade de livros e como chefes de domicílios. O estudo feito no **Capítulo III** mostra que quanto maior o envolvimento com as profissões laicas, menor a quantidade de livros em suas bibliotecas. Com relação a tal especialização, devemos ressaltar que esta ocorria, de maneira geral, numa escala de comprometimento claro, em que os sacerdotes mais especializados se encontravam no topo e eram vinculados a atividades de formação e administrativas. Ao passo que aqueles que não conseguiram galgar posições superiores, geralmente acumularam poucos livros e, por questões de sobrevivência, percebemos que não foram capazes de sobreviver exclusivamente do ministério sacerdotal.

Deste ponto de vista global, por meio da documentação estudada, é possível levantar colocações gerais relativas aos padres de nosso recorte. Mariana tratou-se de caso específico

nas Minas do século XIX, pois nela se localizava a Sé, Cidade do Bispo. Os bispos não administravam sozinhos seus domínios. Ao redor deles surgiu uma cúpula voltada para as funções dirigentes. Além deles, outros sacerdotes residiam na região, atendendo a outras demandas como forma de sobrevivência. Restavam ainda os que integravam o grupo de seminaristas. Estes eram uma proporção considerável, voltados exclusivamente para a formação, desempenhando papel de renovação nas demandas locais por clérigos.

Nosso estudo mostra que, de forma geral, o XIX produziu gerações de padres mais voltados para as atividades clericais. Mesmo que o ultramontanismo tenha sido um movimento que se reforçou na segunda metade do oitocentos, o período anterior mostra características que auxiliaram na implantação desta igreja romanizada em nosso país. Mariana é exemplar neste sentido, pois era um importante centro formador e administrativo da Igreja Católica. O perfil dos padres encontrados nesta região certamente se alterou antes do resto do clero da província, e por isso mesmo é forte indicativo de mudanças devido ao grau de representatividade que a região mostra neste sentido.

Prezamos aqui por utilizar fontes que não estivessem atreladas ao fator religioso. Os inventários e as Listas Nominativas são documentos que atingiam em pé de igualdade, tanto leigos quanto clérigos. Abordar os sacerdotes nesta perspectiva foi lançar luz sobre sua integração e representatividade no universo das pessoas do século XIX, não significando dizer que o recurso a outras fontes não seja possível, o que é recomendável devido à pouca quantidade de pesquisas relacionadas com o tema no recorte temporal.

BIBLIOGRAFIA

Livros e Artigos:

- ABREU, Márcia. Circulação de Livros entre Europa e América. *Revista Polifonia*, p. 161-174, V. 14, 2007.
- AGUIAR, Marcos Magalhães. “Capelães e vida associativa na Capitania de Minas Gerais”. *In: Varia História*, Belo Horizonte, no. 17, p. 80-105, Mar/97.
- ALGRANTI, Leila Mezan. A censura no tempo de D. João VI. *In: Livros de Devoção, Atos de Censura: Ensaio de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- ALVARENGA, Thábata A. de . Tradição ou inovação nas leituras: Vila Rica: 1750-1800. *In: Oficina do Inconfidência*. Revista de Trabalho, Ouro Preto, Museu da Inconfidência, 2003.
- ASSIS, Raquel Martins. A inteligência à deriva e a enfermidade social: ideias sobre ser humano e sociedade difundidas em Minas Gerais pelo jornal religioso *Selecta Catholica* (1846-1847). *In: Revista Memorandum*, 11, Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP, Outubro de 2006, p 59-70.
- ÁVILA, Cristina Corrêa de. *Nas entrelinhas da Imagem: o discurso Parenético e o Discurso Plástico no Barroco Mineiro um estudo de Semiótica Comparada*. Projeto de tese para o Doutorado apresentado na FALE, UFMG, 2001.
- AZZI, Riolando. *O Clero no Brasil: uma trajetória de crises e reformas*. Brasília: Editora Rumos, 1992.
- AZZI, Riolando. *Os bispos reformadores*. Brasília: Editora Rumos, 1992.
- BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Trad. Beatriz Sidou. Bauru: EDUSC, 2004.
- BOTELHO, Tarcísio Botelho. Fontes para a História das Populações: Minas Gerais, Século XIX. *Revista de História*, Vitória, número 5, p. 104-111, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. O Campo Econômico. *Revista Política e Sociedade*, n. 6, p. 15-57, Abril de 2005.

- BRAUDEL, Fernand. Os Tempos da História. In: *Escritos Sobre a História*. Trad. J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira Mota. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Tecido Urbano e Mercado Imobiliário em São Paulo: Metodologia de Estudo com Base na Décima Urbana de 1809. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 59-97, 2005.
- CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *Dom Antônio Ferreira Viçoso e a Reforma do Clero em Minas Gerais no Século XIX*. Tese de doutorado, São Paulo, USP; (Vol. I e Vol. II) 1986.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes “A visão barroca de mundo em D. Frei de Guadalupe (1672 +1740): seu testamento e pastoral” IN: *Varia História/UFMG*. nº especial- Códice Matoso. 21 (2.000), p. 376 a 378.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. “A mentalidade religiosa do setecentos: o Curral del Rei e as visitas religiosas”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 18, Set/97, p. 11 a 28.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A Terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1994. Tese (Doutorado em História)
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. Mecenato leigo e diocesano nas Minas Setecentistas. In: *As Minas setecentistas*. vol. 2 (org. Maria Efigênia L. de Resende e Luiz C. Villalta). Belo Horizonte: Autêntica, 2007. P. 77- 107.
- CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais – Século XVIII-XIX*. Série Estudos – 1. Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica, 1999.
- CARROLL, Lewis. *Aventuras de Alice no País das Maravilhas; Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá*. Ilustrações de John Tenniel. Trad. Maria Luiza X. De A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- CARVALHO, Cônego José Geraldo Vidigal de. *A Igreja e a Escavidão: Uma análise documental*. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985.
- CARVALHO, Kátia. Imprensa e informação no Brasil, século XIX. *Revista de Ciência de Informação* – Vol. 25, número 3, p. 1-6, 1996.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados*, 11(5), p. 173-191, 1991.
- COELHO, Tatiana Costa. *A reforma católica em Mariana e o discurso ultramontano de Dom*

Viçoso (1844-1875). — Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010. Dissertação (Mestrado em História)

COSTA, Iraci del Nero da. Pesos e Medidas no Período Colonial Brasileiro: *Denominações e Relações*. *Boletim de História Demográfica*, Ano I, Número 1, Abril de 1994. Extraído de: http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd1.htm#pesos, no dia 10 de fevereiro de 2011.

CUNHA, Alexandre Mendes. Patronagem, Clientelismo e Redes Clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. *Revista História*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 226-247, 2006.

DARNTON, Robert. “O que é a história do livro?” revisitado. *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 16, jan-jun, p. 155-169, 2008.

DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução*: o submundo das letras no antigo regime. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DELUMEAU, Jean. Santo Afonso de Ligório: Meio-Termo e Benevolência. In: DELUMEAU, Jean. *A Confissão e o Perdão*: as dificuldades da confissão nos séculos XIII a XVIII. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

DINIZ, Sílvio Gabriel. Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII. *Revista Kriterion*, Belo Horizonte, n. 47-48, 1959.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Trad. Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ESPÍRITO SANTO, Cláudia Coimbra. Economia, Religião e Costume no Cotidiano das Minas: Práticas Creditícias na Vila Rica Setecentista. *Anais do X Seminário sobre Economia Mineira*, Diamantina, 2002.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Revista Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERREIRA, Ricardo J. F. *O Dilema Ancestral dos Juros*. Extraído de: [<http://www3.mg.senac.br>], no dia 15 de Janeiro de 2011.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A Arte de Curar*. Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*; Como era Gonzaga?; e Outros temas mineiros. São Paulo: Editora Itatiaia, 1981.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. Belo Horizonte: Livraria Cultura, 1945.

FURTADO, Júnia Ferreira. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período

colonial. *História da Historiografia*, número 2, março de 2009. Extraído de: [www.ichs.ufop.br/rhh] no dia 15 de Dezembro de 2010.

GRACIA, Manuel José Pedraza. Lector, lecturas, bibliotecas...: el inventário como fuente para su investigación histórica. *Revista Anales de Documentación*, n.2, p. 137-158, 1999.

GROSSI, Amon Fernandes. *O Medo na Capitania do Ouro: Relações de poder e imaginário sobrenatural – Século XVIII*. Dissertação de Mestrado, UFMG, FAFICH, 2002.

HANSEN, João Adolfo. Leitura de Chartier. *Revista História*, São Paulo, n. 133, dez. 1995. Extraído de [http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83091995000200012&lng=pt&nrm=iso] No dia 10 jul. 2011.

HAUCK, João Fagundes et al. *História da Igreja no Brasil*. Ensaio de interpretação a partir do povo: Segunda época. A Igreja no Brasil no Século XIX. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1980.

KUHNEN, Alceu. *As origens da Igreja no Brasil: 1500 a 1552*. Baurú: Edusc, 2005.

LANGE, Francisco Curt. *História da Música nas irmandades de Vila Rica*. Vol. I. Freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto. Primeira Parte. Belo Horizonte: Publicação do Arquivo Público Mineiro, 1979.

LA-SIENTRA, Adolfo Garcia de. La Estructura Lógica de la Teoría de los Juegos. *Revista Crítica*, vol. 41, número 122, p. 3-27, Agosto de 2009.

LIBBY, Douglas Cole. “Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral. *História econômica da independência e do império*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

LUNA, Francisco Vidal. “Estrutura da Posse de Escravos”. In: LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial: Economia e Sociedade*, São Paulo: Editora Pioneira, 1982.

LUNA, Francisco Vidal. São paulo: População, Atividades e Posse de Escravos em Vinte e cinco Localidades – (1777 – 1829). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 99-169, Janeiro/Março, 1998.

MACHADO, Rodrigo. O lugar de Diogo de Vasconcellos entre os primeiros movimentos de construção da memória histórica de Minas Gerais. In: *história e-história*. Extraído de: [<http://www.historiaehistoria.com.br>] no dia 16 de Novembro de 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento Histórico da População Brasileira até 1872*. Mimeo. Sem local, s. d.

- MARTINEZ, Cláudia Eliane P. Marques. Objetos do cotidiano e escravidão no século XIX: Bomfim do Paraopeba – Minas Gerais. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 8, n. 10, p. 63-88, 2006.
- MARTINS, Gabriela Pereira. Ultramontanos, Positivistas e Liberais: Reflexões a Partir da Separação Igreja-Estado. *Revista Sacrilegens – Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião*. Extraído de: [<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2009/06/5-4.pdf>] no dia: 11 de Janeiro de 2011.
- MARTINS, Karla Denise. *O sol e a lua em tempo de eclipse: a reforma católica e as questões políticas na província do Grão-Pará (1863-1878)*. Campinas: 2001, Tese (Doutorado em História)
- MARTINS, Roberto. Tschudi, Halfeld, Wagner e a Geografia de Minas Gerais no Século XIX. In: HALFELD, Heinrich Eilhelm Ferdinand e TSCHUDI, Johann Jakob vom. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Trad. Myriam Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.
- MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico. Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.
- MURTA, Roberto Luciano Leste. O Primeiro Mapa Geológico de Minas Gerais: Octavio Barbosa e Djalma Guimarães, 1934. *Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Ouro Preto, 13 de Novembro de 2009. Extraído de: [www.ufmg.br/redemuseus/crch/resumos-trabalhos.html] no dia 25 de Janeiro de 2011.
- NASSIF, Douglas. Uma análise do Catolicismo Brasileiro no Segundo Império. *Revista Caminhando*, v. 3, n. 21, p. 61-78, jan-mai 2008.
- NEVES, Guilherme Pereira das. *E receberá mercê: A Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil (1808-1828)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- OLIVEIRA, Ronald Polito. In: TRINDADE, José da Santíssima. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.
- PAIVA, Clotilde Andrade & GODOY, Marcelo Magalhães. Território de Contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX. *Anais do X Seminário sobre Economia Mineira*, Diamantina, 2002.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: Mimeo, 1996. (Dissertação de Mestrado em História Social – FFLCH-USP).

PAIVA, Clotilde. A e GODOY. Marcelo M. Engenhos e Casa de Negócios nas Minas Otocentistas. In.: VI *Seminário sobre a economia mineira*. CEDEPLAR. Belo Horizonte.1992.

PEREIRA, Gilmar R. De M & CATANI, Afrânio Mendes. Espaço Social e Espaço Simbólico: Introdução a uma Tipologia Social. *Revista Perspectiva*, V. 20, n. Especial, p. 107-120, Julho/Dezembro, 2002.

PIMENTA, Tânia Salgado. Entre Sangradores e Doutores: Práticas e Formação Médica na Primeira Metade do Século XIX. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 23, n. 59, p. 91-102, Abril de 2003.

PIRES, Maria do Carmo. *Juizes e Infratores: Tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)*. Belo Horizonte: Annablume, 2008.

POSSAS, Mário Luiz. *Os conceitos de mercado relevante e de poder de mercado no âmbito da defesa da concorrência*. Extraído de: [http://www.ie.ufrj.br/gre/pdfs/os_conceitos_de_mercado_relevante_e_de_poder_de_mercado.pdf] no dia 17 de Dezembro de 2010.

ROCHA, Maria Manuela. Crédito privado em Lisboa numa perspectiva comparada (séculos XVII-XIX). *Revista Análise Social*, vol XXXIII (145), p. 91-115, 1998.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Arranjos Domiciliares, Urbanos e Desenvolvimento Econômico: Um Ensaio de Tipologia Domiciliar com as Listas Nominativas de Minas Gerais, na Década de 1830. *Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, realizado em Caxambú - MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

SANTANA, Paulo Vinicius Silva de. Os livros dos profissionais da fé: padres e suas bibliotecas nas Minas do início do século XIX. *Anais Eletrônicos do Simpósio Nacional do CEHILA-Brasil 2008 e IX Ciclo de Estudos da Religião*. ALMEIDA, Ivam Antônio de. (org.) Et. Al. Ouro Preto: Editora da Universidade Federal de Ouro Preto, 2008.

SANTIAGO, Marcelo Moreira. Et Alli. *Igreja de Mariana. 261 anos de história. 100 anos como Arquidiocese: 1906-2006*. Mariana: Gráfica Dom Viçoso, 2007.

SANTOS, Cristian José Oliveira. Elementos de Conservação dos Arquivos das Primeiras Prelazias e Dioceses Brasileiras: Diagnóstico. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação*. Vol.1, número 4, p. 173-179, 2007.

SANTOS, Raphael Freitas. Considerações sobre as atividade creditícias na sociedade mineira setecentista. *Anais do X Seminário sobre Economia Mineira*, Diamantina, 2002.

- SELINGARD, Cristóvão Selingard. *Educação Religiosa, disciplina e poder na terra do ouro: a história do Seminário de Mariana, entre 1750 e 1850*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2007, Dissertação (Mestrado)
- SLENES, Robert. *Escravidão e Família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava: Campinas, século XIX*. Extraído de: [<http://www.abep.nepo.unicamp.br>] no dia 20 de Novembro de 2010.
- SODRÉ, Elaine Leonara de Vargas. Brasil Imperial: O Poder de Estado Exercido Através da Administração judiciária. *Anais do X Encontro Estadual de História*. Santa Mariana, Julho de 2010.
- TRINDADE, Raymundo. *Archidiocese de Mariana: Subsídios para a sua historia*. 3 volumes. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1928.
- TRINDADE, Raymundo. *Archidiocese de Mariana: Subsídios para a sua historia*. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1928.
- TRINDADE, Raymundo. *Breve notícia dos Seminários de Mariana*. Mariana: Arquidiocese de Mariana, 1951.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- VASCONCELOS, Diogo. *História antiga das Minas Gerais*, 4a. ed.. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.
- VASCONCELOS, Diogo. *História do Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Edições Apolo, 1935.
- VIDAL, Diana Gonçalves & GVIRTZ, Silvana. O Ensino da Escrita e a Conformação da Modernidade Escolar: Brasil e Argentina. *Revista Brasileira de Educação*, Maio/Agosto, n. 8, 1998.
- VILLALTA, Luiz Carlos & MORAIS, Christianni Cardoso Moraes. *Posse de Livros e Bibliotecas Privadas em Minas Gerais (1714-1874)*. Belo Horizonte: S. L., 2010. (Mimeo)
- VILLALTA, Luiz Carlos. A Igreja, a sociedade e o clero. In: LAGE, Maria Efigênia de Resende e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.
- VILLALTA, Luiz Carlos. A Igreja, a sociedade e o clero. In: LAGE, Maria Efigênia de Resende e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.
- VILLALTA, Luiz Carlos. El-Rei, os vassallos e os impostos: concepção corporativa de poder e

método tópico num parecer do Códice Costa Matoso. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, p. 222-236, 1999.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Livro, língua e leitura no Brasil e em Portugal na Época Moderna*. Extraído de: [<http://www.coresmarcasefalas.pro.br>]. No dia 19/11/2010.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII. *Revista Acervo*, vol. 8, n. 1/2, 1996.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII. *Revista Acervo*. Rio de Janeiro, v.8, n.1/2, p. 19-52, jan/dez, 1995.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1999. Tese (Doutorado em História)

XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, António Manuel. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

FONTES:

Impressas:

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando & TSCHUDI, Johann. Jacob Von. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Trad. Myriam Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

TRINDADE, José da Santíssima. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

Internet:

Lista Nominativa, Mariana, 1/12/1831 disponível em <http://poplin.cedeplar.ufmg.br> (Consultado no dia 16 de Dezembro de 2010).

Fontes Manuscritas Presentes em Arquivos:

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM). Auto de Inventário dos bens, trastes e alfaias pertencentes a esta Sé Catedral. Anos de 1825, 1834, [s. d.], 1840, 1843, 1870.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, Livro de Receitas e Despesas, séculos XVIII e XIX.

Arquivo da Casa Setecentista de Mariana – ACSM

Inventários Post-Mortem:

Primeiro Ofício

Auto 1139, Caixa 50, Ano 1829

Auto 1532, Caixa 72, Ano 1834

Auto 2070, Caixa 97, Ano 1837

Auto 1386, Caixa 64, Ano 1839
Auto 2297, Caixa 112, Ano 1843
Auto 343, Caixa 9, Ano 1846
Auto 2672, Caixa 127, Ano 1848
Auto 2742, Caixa 131, Ano 1852
Auto 918, Caixa 40, Ano 1857
Auto 3007, Caixa 144, Ano 1861
Auto 1322, Caixa 6, Ano 1861
Auto 1762, Caixa 83, Ano 1864
Auto 1166, Caixa 52, Ano 1871
Auto 2743, Caixa 131, Ano 1874

Segundo Oficio

Auto 2484, Caixa 123, Ano 1823
Auto 1219, Caixa 54, Ano 1845
Auto 2448, Caixa 121, Ano 1853
Auto 469, Caixa 17, Ano 1854
Auto 2046, Caixa 96, Ano 1868
Auto 2228, Caixa 108, Ano 1870
Auto 2417, Caixa 120, Ano 1873

Livros Consultados:

BERNARDES, Manuel dos Reis. *Sermam Evangélico, Panegyrico, Histórico, e Apologético, que em quatro de Mayo de 1733. Primeiro dia do Triduo, consagrado à Sacrossanta Imagem do Senhor de Matozinhos na sua Trasladaçam solemne para a Capela Mór do Seu Grande Templo, e exaltação a hum novo, e magnifico Trono.../ Pregou o S. M. R. Manoel dos Reys Bernardes Conego Prebendo da Santa Igreja Cathedral do Porto.* Lisboa Ocidental: Officina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1737.

Catechismo Romano Ordenado por Decreto do Santo Concilio de Trento... Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1783.

CÉU, Maria do. *Enganos do Bosque, Dezenganos do Rio...*Lisboa: Officina de António Lisboa da Fonseca, 1741.

DEUTERONÔMIO, cap. 23, ver. 19 e 20. *Bíblia Sagrada*. 56. ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2005.

IRIARTE, Thomas. *Fabulas Literárias*. Rio de Janeiro: Typografia Francesa, 1849.

JANSEN, D. Leonardo. *Theologia Moiralis Universa ad mentem praecipuorum*. Veneza: Imprensa Nicolaum Pezzano, 1750

LARRAGA, Francisco. *Promptuário de Teologia Moral*. Trad. Francisco Santos Grosin. Lisboa: Imprensa Regia, 1817.

LIGÓRIO, Alphonso de. *Praxis de Confessarii. Bassani: Remondini, 1774*.

Missal Romano Segundo Calendário de Portugal, conquistas e Brasil, com as missas particulares das dioceses. Traduzido por: Domingos José de Santo Henriques. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847.

QUENTAL, Bartholomeu. *Sermões do Veneravel Padre Bartholomeu do Quental*. Lisboa: Officina Sylviana, 1741.

ROQUETTE, Cônego J. I. *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*. 9 ed. Lisboa: Guillard Aillaud, 1896.

VIRGILIO, Públio. *Eclogas de Virgílio*. Trad., notas por José Pedro Soares. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800.

Dicionários:

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...8 Volumes*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

ANEXOS

Lista de Livros – Inventários Sacerdotes – Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

Primeiro Ofício

Auto 1139, Caixa 50, Ano 1829

Patuzi Theologia

Magnum Lexicom Latecium [?] Luzithanum

2 Volumes Concina Theologia Compendium

Teventii [?] Coedio [?]

Sativa de Sulpicia

2 Volumes Lambertini Casus Convei Antigo

2 Volumes Borondes[?] Theologia

2 Volumes Concina Theologia Compendium

5 Volumes Renovaçõens Filosoficas

4 Breviarium Romanum

Cicerone Epiteto [tratado de retórica]

Poemas Livicos [?]

3 Volumes Grozim Moral

Ripanco [?] da Semana Santa

Ripanco [?] da Semana Santa já uzado

Pastor Pallo [?]

Fabulas Literárias

2 Volumes Theatro Literário por Domingos do Rozario

Fonceca de Absolutione complices

Reflexoens Sobre a Idade do Homem

Prática do Confessionario

Concilium Tridentinum

Viagens de Ciro

2 Volumes Nantes de Zoing [?]
Prática de Confessores
Instituições Filosóficas
2 Geniumsei [?] Logica e Methaphisica
Teum [?] Logica
Conceliu Nepos
Itovatus [?] Corcreia [?]
6 Volumes Geneto Theologia
2 Volumes Panegerico Evangélico

Auto 1532, Caixa 72, Ano 1834

4 Breviarios Novos
7 Tomos Biblia Sagrada
3 Theologia Moral
2 Sagrado Necessario
4 Sagrado Necessario de Puetas[?]
2 Calução de Luz
2 Elementos de Filosofia
2 Sermões
2 Thesouro dos Pregadores
4 Catecismo Truncado
5 Moral Evangelica
Sermão Panagerico
3 Sermões de Larraga
Ritual Romano
Sermão(velho)
Retórica
Frei Antonio das Chagas
Reluxação dos Jesuitas
Orações de Cirano[?]
Concilio de Trento
Doutrina da Igreja

Convivência [?] Familiar

2 Bezaleis [?]

Interpretação do Concílio

Moral de de Lacroix[?]

Cirurgia

2 Calapinos [?]

Tomo Pequeno [?]

7 Tomos de Medicina

Auto 2070, Caixa 97, Ano 1837

Missal Velho

Jogo de Breviários Grandes

Jogo Pequeno de Breviários

2 Tomos Urcios [?] Velhos

Auto 1386, Caixa 64, Ano 1839

Não Consta

Auto 2297, Caixa 112, Ano 1843

Não Consta

Auto 343, Caixa 9, Ano 1846

Missal

Auto 2672, Caixa 127, Ano 1848

Missal

Auto 2742, Caixa 131, Ano 1852

8 Tomos Elementos de Filosofia e Latin de Bertholdo

Sermões

Seis Tomos Ganeto Theologia em Latim

Theologia Moral de [?]

6 Tomos Theologia de [Jansem?] Latim
6 Tomos Moral Evangélica em Portugues
4 Tomos Jogo de Breviarios Bastante Uzados
2 Tomos Jogo de Breviários
Vários Livros Truncados

Auto 918, Caixa 40, Ano 1857

2 Breviários

Auto 3007, Caixa 144, Ano 1861

Jogo de Breviários Muito Velhos

Auto 1322, Caixa 6, Ano 1861

Não Consta

Auto 1762, Caixa 83, Ano 1864

Jogo de Breviários Grandes Velhos

Jogo de Breviários Pequenos

Auto 1166, Caixa 52, Ano 1871

40 Sermões Manuscritos Varios Santos

1 Folheto Contendo Dous Semoens do Conego Doutor [Hafonso]

3 Volumes Misterina Popullus Novos

[Triuntario] Dito

4 Volumes das Obras Oratorias do Monte [Alvim?]

4 Volumes [Hisligia]

2 Eclesiásticos Tres Volumes

2 Volumes

Quintiliano

48 Volumes Mellot Historia

3 Volumes Monte Quatro Eclesiastico

3 Tomos Monte Theologia Moral

4 Volumes Dicionario de Fonemas
2 Volumes Roquete Historia Sagrada
2 Volumes [Homero] Ópera
Eloquencias Sagradas por Roquette
6 Meditations por São Boaventura
Instituições [?] Publici
Tratatus de Justicis por D. [Bona?]
1 Volume Tratatus de Cavocho
Capitulis
Capitulis
Pricipis ?
[Rhitorigem?] Por Chivier
2 Volumes Le Nouveu Robson
Dicionario de Constancio Velho
Horas Marianas Velhas
Conduta dos Confessores Segundo as [Metas?] de São Carlos
4 Volumes Breviários
Breviários
Breviários
2 Volumes Os [Sinos?]
5 Volumes Sermoins de Padre Luiz Bartolomel
2 Volumes Amoris Romanos
1 Soudoto Instituido
1 Volume Cerimonial Romano do Padre José Bold
1 Volume Biblioteca da [Moadave?] Critão
2 Volumes Theologia
Combate Espiritual
Officio da Semana Santa
Tribunalis Confissores
Novena de São José e Nossa Senhora
Mestre da Vida
Manual de Ritus

Officio Sacerdotes por F. Hernando
[Jasdem?]
Orações Sagradas por Frei Francisco do Coração de Jesus
Parizio?
[livros]
Collheçoens de [?]
Basilica Pontificia
Cerimonial Eclesiastico São [Rilor?]
Thesouro Singular
4 Volumes Lucho [Ferrais?]
8 Volumes Asturias de Bertoldo
Levitico Ecleziastico
4 Volumes [Hondus?] Mistro
4 Volumes Bulla Beneditina
3 Volumes Ferrai Obra Grande
Ferrai Truncado
3 Volumes Sermois [Partriasmus?]
Artigos das Cazas
Arte de [Tustar?]
Historia Santa por João Fortunado
Caminho Real do Dezengano
Bom Aparelho para Insinar o Bem
Coleção Sacro do Consa
Praxi dos Confessores [por São Leigorio?]
Arte de Agradar na [Cousas?] Por José Vicente
Gallatria Varela
Nalhumos Truncados

Auto 2743, Caixa 131, Ano 1874

Jogo de Breviários
77 Livros

Segundo Officio

Auto 2484, Caixa 123, Ano 1823

Jogo de Breviarios

Obra Camileat [?] de Moral

Theatros de Missa Cantada

Serimonial de Missas

Diretório Fúnebre

Obra de Grorim [?]

Obra de Mantpilcar [?]

2 Tomos Canderta [?] de Confessores

São Camilo

Auto 1219, Caixa 54, Ano 1845

O Eucarístico Instruido

Obras Espirituais por Frei [Tritorão?] Das Chagas

Mestre Frances Arruinado

Das [uszanos?] Misticas

Catechismos aos Ordenandos

Catechismos aos Ordenandos

[Colherxão?] Espiritual das Obras de Santa Thereza

Alma [Cantereses?] [Canto?] As Grandesas de Deos

Praxes Confessores

Memorial de Christos

Justisorum Cananeriaram

Aparatos Breves Ad Theologium

Breve Aparelho para Ajudar a Bem Morrer

Thezouro de Paciencia

[Macarvana?] Latino Portuguesa

Enganos do Bosque

Manoal da Missa

Sentinela Contra Judeos

Colheição Sacro Dolorosa
Arte da Retórica por [Thoraso?]
Bondade Espiritual
4 Volumes Breviarum Romanum
[Nabaetrde?] De Conceitos
Eclogas de Virgilio por Lionel da Costa
[Ovidei?] [Opresatrum?]
Promptuario Cartorico
Reflexões Theologicas e Morais
Memorial de Ritos
O Enfermo Ajustado
Devoção das Dores
Elucubrações Da Alma
Varios Livros Velhos e Arruinados

Auto 2448, Caixa 121, Ano 1853

Jogo de Breviários
6 Volumes Obra Theologia Moral

Auto 469, Caixa 17, Ano 1854

4 Tomos Jogo de Breviarios

Auto 2046, Caixa 96, Ano 1868

4 Breviários
Breviario Velho
4 Volumes Sermões de Martins [Alverno?]
4 Volumes Panegiricos e Evangelhos
5 Volumes Sermões por Frei Valentim
3 Volumes Sermões Novos de Relevantes Verdades
Theatro Eclesiástico Cantuxão
Prontuário de Theologia Velho
2 Dicionario Portátil

2 Volumes Thezouro de Pregadores
2 Volumes Vós do Pastor Velhos
2 Volumes Conduta de Confessores
Compendio de Orações Fúnebres
Manual de Justiça
Catecismo Romano
Volume de Explicação de Sintaxe
Cathecismo de Ordenados
Pregador Instruido
1 Volume de Theologia Moral
1 Volume de Novena do Santíssimo
1 Volume de Officio de Semana Santa
Confessores de Gente do Campo

Auto 2228, Caixa 108, Ano 1870

Não Consta

Auto 2417, Caixa 120, Ano 1873

4 Volumes [Seavinini?]
3 Volumes Monta Direito Ecclesiastico
[Homo?] Apostólico
4 Breviários Novos
4 Breviários usados
4 Volumes [Lacondaira?] Confessionais
2 Volumes Roquette Dicionario Frances Portugues
18 Volumes Anno Christão
[Compes?] Geografia
2 Volumes Novissimos e Ultimos Fins
Constituição da Bahia
4 Volumes Larraga [Prontuario deTeologia]
Dicionario de Lingua Portuguesa
5 Volumes História Ecclesiastica por [Both?]

2 Volumes História Sagrada de Raquell

1 Volume Compendio de Theologia Moral de S. Affonso Maria de [Ligório?]

Cerimonial Romano

6 Volumes Biblia Sagrada

[?]

Missão [Abreviada?]

[?] Gemidos da Mãe de Deus

Memorial [?]

[Maprolescicou?]

Devoto em Oração

Imitação Sobre a Eucharistia

Horas Divina

[?] Christãos

História da Igreja pelo Abade Costal

Officio da Semana Santa

[Cessos Postas Conegas?] Familiares

Thesouro do Cristão

Guia dos Confessores

Jezus como coração do Sacerdote

[Rina morte?] Exercícios Esposito

Padres Lista Nominativa 1831 – Mariana – CEDEPLAR²⁶²

Número do fogo	Número de n-tro do fogo	Nome	Idade	Qualidade [cor]	Estado [Civil]	Condição	Ocupação
15	1	<i>Exelentissimo E Reverendissimo Prelado Frei Jose da Santissima</i>	69	branco	Solteiro	livre	bispo
	2	<i>Padre Francisco Vicente</i>	26	branco	Solteiro	livre	sacerdote, capelão de sua excelência
	3	<i>João da Silva de Andrade</i>	23	branco	Solteiro	livre	diácono
	4	Apolinario Moreira Barboza	26	branco	Solteiro	livre	leigo
	5	Jose Francisco Bayao	22	branco	Solteiro	livre	leigo
	6	Jose Luis de Brito	66	branco	Solteiro	livre	cirurgião
	7	O Marques Saveli Sabatelli	56	branco	Solteiro	livre	
	8	Cyprianno Jose Alvares	22	Índio	Solteiro	S/ inf.	sapateiro
	9	Narcizo Luiz	18	Índio	Solteiro	S/ inf.	carpinteiro
	10	Joaquim Goncalves	19	pardo	Solteiro	S/ inf.	carpinteiro
	11	Manoel Xavier	36	pardo	Solteiro	S/ inf.	feitor
	12	Francisco Correia	11	pardo	Solteiro	S/ inf.	escola
	13	Mauricio	38	crioulo	Solteiro	escravo	
	14	Ignacio	30	africano/preto	Solteiro	escravo	
	15	Andre	38	africano/preto	Solteiro	escravo	
	16	Matheus	50	africano/preto	Solteiro	escravo	

²⁶²Residências em que sacerdotes aparecem como integrantes dos fogos. Não fizemos nenhuma organização diferente da presente na Lista Nominativa original, apenas os elencamos aqui na ordem em que aparecem na mesma. Cf.: *Lista Nominativa, Mariana, 1/12/1831*. (Disponível em <http://poplin.cedeplar.ufmg.br> (Consultado no dia 16 de Dezembro de 2010).

	17	Paulo	27	africano/ preto	Solteiro	escravo	
	18	Antonio	30	africano/ preto	Solteiro	escravo	
	19	João	24	africano/ preto	Solteiro	escravo	
	20	Jose	26	africano/ preto	Solteiro	escravo	
	21	Manoel	29	africano/ preto	Solteiro	escravo	
	22	Pedro	48	africano/ preto	Solteiro	escravo	
	23	Francisco	30	africano/ preto	Solteiro	escravo	

16	1	Alferes Joaquim Jose de Souza	5 1	branco	Casado	livre	chácara
	2	D.Francisca Roza	3 2	branco	Casado	livre	
	3	Maria	7	branco	S/ inf.	livre	
	4	Joaquim	4	branco	S/ inf.	livre	
	5	Jose	3	branco	S/ inf.	livre	
	6	Francisco	2	branco	S/ inf.	livre	
	7	Manoel	1	branco	S/ inf.	livre	
	8	<i>Jose Antonio de Araujo</i>	2 1	branco	Solteiro	livre	subdiácono
	9	Ignes	3	pardo	Solteiro	escravo	
	10	Cassimiro	3 2	mesti?o (cabra, caboclo)	Solteiro	escravo	pedreiro
	11	Quiteria	1 7	crioulo	Solteiro	escravo	
	12	Paula	3 7	crioulo	Solteiro	escravo	
	13	Manoel	5 2	S/ inf.	Solteiro	escravo	
	14	Jose	5 0	S/ inf.	Solteiro	escravo	

	15	Matheus	3 2	S/ inf.	Solteiro	escravo	
	16	Antonio	4 7	S/ inf.	Solteiro	escravo	
	17	Pedro	4 7	S/ inf.	Solteiro	escravo	
	18	Manoel	2 8	S/ inf.	Casado	escravo	
	19	Maria	2 2	S/ inf.	Casado	S/ inf.	
	20	Caetano	2 3	crioulo	Solteiro	S/ inf.	alfaiate

43	1	<i>Reverendo Miguel de Noronha Pires</i>	62	branco	Solteiro	livre	provedor negreiro geral, cônego
	2	Felicianna Rosa	64	branco	Solteiro	livre	
	3	Germana	45	crioulo	Solteiro	escravo	
	4	Geraldo	19	pardo	Solteiro	escravo	
	5	Joaquim	50	africano/ preto	Solteiro	escravo	
	6	Matheus	60	africano/ preto	Solteiro	escravo	alugado

48	1	<i>Padre Manoel Ribeiro da Crus</i>	67	branco	Solteiro	livre	ordens, sacerdote
	2	Felis	20	africano/ preto	Solteiro	escravo	
	3	Damiao	60	africano/ preto	Solteiro	escravo	
	4	João	18	africano/ preto	Solteiro	escravo	

55	1	<i>O Reverendo João Antonio de Oliveira</i>	58	branco	Solteiro	livre	reitor do seminário, sacerdote
	2	<i>Justino Pinto</i>	30	branco	Solteiro	livre	diácono, aluno
	3	<i>Francisco Ferreira</i>	24	branco	Solteiro	livre	diácono, aluno
	4	<i>Antonio Ferreira</i>	24	branco	Solteiro	livre	diácono, aluno

5	<i>Joaquim Luis Campos</i>	25	branco	Solteiro	livre	diácono, aluno
6	<i>João Teixeira</i>	24	branco	Solteiro	livre	diácono, aluno
7	<i>Antonio Fernandes</i>	24	branco	Solteiro	livre	diácono, aluno
8	<i>Francisco da Trindade</i>	25	branco	Solteiro	livre	diácono, aluno
9	<i>Antonio da Rocha</i>	24	branco	Solteiro	livre	subdiácono, aluno
10	<i>João Ribeiro</i>	24	branco	Solteiro	livre	subdiácono, aluno
11	<i>Matheus</i>	23	branco	Solteiro	livre	subdiácono, aluno
12	<i>Torcato</i>	24	branco	Solteiro	livre	subdiácono, aluno
13	<i>Antonio Jose Dias Pinheiro</i>	26	branco	Solteiro	livre	subdiácono, aluno
14	<i>Feliciano da Trindade</i>	25	pardo	Solteiro	livre	subdiácono, aluno
15	<i>Antonio Pereira</i>	26	pardo	Solteiro	livre	subdiácono, aluno
16	<i>Felisberto</i>	24	pardo	Solteiro	livre	subdiácono, aluno
17	João Alvares	24	pardo	Solteiro	livre	pertendente e leigo
18	Francisco de Paula E Silva	22	pardo	Solteiro	livre	pertendente e leigo
19	Joaquim	18	pardo	Solteiro	livre	pertendente e leigo
20	Pedro	18	pardo	Solteiro	livre	pertendente e leigo
21	Cassimiro	24	pardo	Solteiro	livre	pertendente e leigo
22	Joaquim Leite	22	branco	Solteiro	livre	pertendente e leigo
23	Elias Antonio Ramos	32	branco	Solteiro	livre	pertendente e leigo
24	Ernesto Augusto	16	branco	Solteiro	livre	pertendente e leigo
25	João Baptista	25	branco	Solteiro	livre	pertendente e leigo
26	Fortunato	21	branco	Solteiro	livre	pertendente e leigo
27	Jose Joaquim	21	branco	Solteiro	livre	pertendente e leigo
28	Joaquim	86	africano/ preto	Solteiro	escravo	
29	João	80	africano/ preto	Solteiro	escravo	
30	Manoel	83	africano/ preto	Solteiro	escravo	
31	Thomas	60	africano/ preto	Solteiro	escravo	
32	Manoel	50	africano/ preto	Solteiro	escravo	
33	Simao	40	africano/ preto	Solteiro	escravo	

	34	Paulo	18	africano/ preto	Solteiro	escravo	
	35	João de Araujo	34	africano/ preto	Solteiro	S/ inf.	
	36	Jose	70	crioulo	Solteiro	S/ inf.	

62	1	Sargento Mor Ignacio Jose Rodrigues Duarte	55	branco	Casado	livre	roça e lavra
	2	D.Gracianna Florisbella	46	branco	Casado	livre	
	3	<i>Padre Ignacio Jose Duarte</i>	26	branco	Solteiro	livre	ordens, sacerdote
	4	D.Maria Altina	29	branco	Solteiro	livre	
	5	D.Carlotia Duarte	18	branco	Solteiro	livre	
	6	D.Carolina Duarte	15	branco	Solteiro	livre	
	7	Luis Rodrigues Duarte	14	branco	Solteiro	livre	
	8	D.Gracianna Duarte	11	branco	Solteiro	livre	
	9	D.Sebastianna Duarte	10	branco	Solteiro	livre	
	10	D. Anna Duarte	8	branco	Solteiro	livre	
	11	Marianna	42	pardo	Solteiro	escravo	
	12	Hypolita	22	crioulo	Solteiro	escravo	
	13	João Domingues	45	crioulo	Solteiro	escravo	
	14	Filippe	40	crioulo	Solteiro	escravo	
	15	Francisco	40	africano/ preto	Solteiro	escravo	
	16	Roza	27	africano/ preto	Solteiro	escravo	

95	1	Antonio Fernandes de Souza	63	branco	Casado	livre	advocacia
	2	Joaquina Maria	48	branco	Casado	livre	
	3	<i>Zeferino Henrique de Souza</i>	24	branco	Solteiro	livre	capelão da sé, diácono
	4	Francisca Romana de Souza	13	branco	Solteiro	livre	
	5	Martinho	23	africano/ preto	Solteiro	escravo	
	6	Roza	40	africano/ preto	Solteiro	S/ inf.	cozinheira

99	1	<i>Reverendo Thomas Antonio Soares</i>	54	branco	Solteiro	livre	cônego e cõngrua
	2	D.Rita Maria de Jesus	30	branco	Solteiro	livre	
	3	Antonia	12	crioulo	Solteiro	S/ inf.	
	4	Genovefa	36	crioulo	Solteiro	escravo	
	5	Roza	24	africano/ preto	Solteiro	escravo	

125	1	<i>João Miguel Ferreira</i>	24	branco	Solteiro	livre	capelão da sé, diácono
	2	<i>Jose Antonio de Siqueira</i>	22	branco	Solteiro	livre	capelão da sé, subdiácono
	3	Manoel	42	crioulo	Solteiro	S/ inf.	jornaleiro

135	1	<i>Padre Jose da Crus</i>	34	branco	Solteiro	livre	capelão da sé, sacerdote
	2	D.Margarida Pereira da Costa	84	branco	Viúvo	livre	
	3	Egídio Lopes	14	branco	Solteiro	livre	estudante
	4	Jeronimo Lopes	13	branco	Solteiro	livre	
	5	Joaquina	50	africano /preto	Solteiro	escravo	

137	1	<i>Reverendo João Paulo Barboza</i>	34	branco	Solteiro	livre	cõngrua, cônego
	2	Bento Alvares Gondim	23	branco	Solteiro	livre	estudante
	3	Jose	30	mesti?o (cabra, caboclo)	Solteiro	escravo	
	4	Felicianno	19	mesti?o (cabra, caboclo)	Solteiro	escravo	
	5	Camilo	40	crioulo	Casado	escravo	
	6	Joaquina	44	africano /preto	Casado	escravo	
	7	Jose	20	africano /preto	Solteiro	escravo	
	8	Jorge	9	pardo	Solteiro	escravo	

143	1	D.Maria Joaquina de Jesus	87	branco	Viúvo	livre	
	2	<i>Reverendo Jose Fernandes Vieira</i>	42	branco	Solteiro	livre	escrivão eclesiástico, sacerdote
	3	D.Domitila	30	branco	Viúvo	livre	
	4	D.Antonia	10	branco	Solteiro	livre	
	5	D.Francisca	8	branco	Solteiro	livre	
	6	Francisca	60	crioulo	Solteiro	escravo	
	7	João	5	crioulo	Solteiro	escravo	
	8	Bernarda	40	crioulo	Solteiro	escravo	
	9	Clara	24	africano /preto	Solteiro	escravo	
	10	Ursula	16	africano /preto	Solteiro	escravo	
	11	Barbara	20	africano /preto	Solteiro	escravo	
	12	Domingas	25	africano /preto	Solteiro	escravo	

160	1	<i>Reverendo Miguel Archanjo da Encarnacao</i>	34	branco	Solteiro	livre	sacerdote, mestre de gramática latina
	2	Anna Francisca	40	crioulo	Solteiro	S/ inf.	costureira
	3	Joaquim	20	crioulo	Solteiro	S/ inf.	alfaiate
	4	Jose	12	crioulo	Solteiro	S/ inf.	
	5	Manoel	40	crioulo	Solteiro	escravo	
	6	Marcelino	38	crioulo	Solteiro	escravo	
	7	Jose	20	africano /preto	Solteiro	escravo	

165	1	<i>Reverendo Agostinho Izidoro do Rozario</i>	41	branco	Solteiro	livre	cura, sacerdote
	2	João	12	pardo	Solteiro	escravo	
	3	Joaquim	29	crioulo	Solteiro	escravo	
	4	Frutuoso	20	crioulo	Solteiro	escravo	
	5	Thomas	32	crioulo	Solteiro	escravo	
	6	Manoel	26	africano /preto	Solteiro	escravo	

	7	Joaquim	21	africano /preto	Solteiro	escravo	
	8	Francisco	23	africano /preto	Solteiro	escravo	
	9	Antonio Gomes Affonso	50	crioulo	Solteiro	S/ inf.	feitor

171	1	<i>Reverendo David Semiao de Moraes</i>	26	branco	Solteiro	livre	capelão da sé, sacerdote
	2	D.Francisca de Paula	35	branco	Casado	livre	costureira
	3	D.Anna	11	branco	Solteiro	livre	
	4	Jose	3	branco	Solteiro	livre	
	5	Adao	12	crioulo	Solteiro	escravo	
	6	Dezideria	25	crioulo	Solteiro	escravo	
	7	Eva	12	crioulo	Solteiro	escravo	

171	1	<i>Reverendo David Semiao de Moraes</i>	26	branco	Solteiro	livre	capelão da sé, sacerdote
	2	D.Francisca de Paula	35	branco	Casado	livre	costureira
	3	D.Anna	11	branco	Solteiro	livre	
	4	Jose	3	branco	Solteiro	livre	
	5	Adao	12	crioulo	Solteiro	escravo	
	6	Dezideria	25	crioulo	Solteiro	escravo	
	7	Eva	12	crioulo	Solteiro	escravo	

198	1	<i>Reverendo Antonio Jose Ribeiro Bhering</i>	28	branco	Solteiro	livre	professor de retórica, sacerdote
	2	Francisco Gabriel	18	branco	Solteiro	livre	estudante
	3	Reginaldo Pereira de Barros	28	branco	Solteiro	livre	estudante
	4	Camilo Maria Ferreira	16	branco	Solteiro	livre	estudante
	5	Martinho Alvares	14	branco	Solteiro	livre	estudante
	6	Ignacio Alvares da Silva	21	branco	Solteiro	livre	estudante
	7	Francisco Manoel de Abreo E Silva	20	branco	Solteiro	livre	estudante
	8	Domingos Marinho (...)	18	branco	Solteiro	livre	estudante
	9	Agostinho Jose Ferreira	18	branco	Solteiro	livre	estudante

	10	Jacinto Ferreira Pena	22	branco	Solteiro	livre	estudante
	11	Joaquim Fernandes	18	crioulo	Solteiro	S/ inf.	estudante
	12	Francisca	36	crioulo	Solteiro	S/ inf.	
	13	Vicente	14	africano /preto	Solteiro	escravo	

228	1	<i>Reverendo Manoel Julio de Miranda</i>	30	branco	Solteiro	livre	côgrua, cônego
	2	D.Rita Eufrazia	50	branco	Viúvo	livre	
	3	João	30	africano /preto	Solteiro	escravo	
	4	Zacharias	24	africano /preto	Solteiro	escravo	

236	1	<i>Reverendo Egidio da Cunha Ozorio</i>	36	branco	Solteiro	livre	sacerdote e mestre de gramática no seminário
	2	Maria	38	crioulo	Solteiro	escravo	
	3	Christovao	69	africano /preto	Solteiro	escravo	

259	1	<i>Padre Jose de Magalhaes</i>	21	branco	Solteiro	livre	subdiácono
	2	Joaquim	18	africano /preto	Solteiro	escravo	

278	1	<i>Carlos Antonio da Silva</i>	22	branco	Solteiro	livre	subdiácono
-----	---	--------------------------------	----	--------	----------	-------	------------

298	1	<i>O Reverendo Joaquim Jose Rodrigues Rego</i>	44	branco	Solteiro	livre	côngrua, cônego
	2	Theodora Maria	60	pardo	Solteiro	S/ inf.	
	3	Francisco	46	africano /preto	Solteiro	escravo	
	4	Joaquina	16	africano /preto	Solteiro	escravo	

333	1	<i>Reverendo Francisco da Silva Campos</i>	72	branco	Solteiro	S/ inf.	côngrua, cônego
	2	D.Joanna Gracinda	60	branco	Solteiro	S/ inf.	
	3	Anna	30	pardo	Solteiro	S/ inf.	fiadeira

	4	João	12	pardos	Solteiro	S/ inf.	a jornal
	5	Ildefonso	34	crioulo	Solteiro	escravo	
	6	Martinha	60	crioulo	Solteiro	escravo	
	7	Joanna	45	africano /preto	Solteiro	escravo	
	8	Joaquim	30	africano /preto	Solteiro	escravo	

335	1	<i>Reverendo Antonio Jose da Costa Pereira</i>	46	branco	Solteiro	livre	côngrua, cônego
	2	D. Anna Cherubina	70	branco	Viúvo	livre	
	3	D. Anna Custodia	40	branco	Viúvo	livre	
	4	D. Rita	39	branco	Solteiro	livre	
	5	D. Maria	37	branco	Solteiro	livre	
	6	D. Rita	6	branco	S/ inf.	livre	
	7	Antonio	30	africano /preto	Solteiro	escravo	
	8	João	31	africano /preto	Solteiro	escravo	
	9	Jose	16	africano /preto	Solteiro	escravo	
	10	Antonio	20	africano /preto	Solteiro	escravo	
	11	Thereza	20	africano /preto	Solteiro	escravo	

358	1	Manoel Jacintho Castos	24	branco	Solteiro	livre	menorista
	2	<i>Manoel Bello</i>	35	branco	Solteiro	livre	subdiácono
	3	<i>Jose Felicissimo</i>	22	branco	Solteiro	livre	subdiácono
	4	Simplicia	58	mestiço (cabra, caboclo)	Solteiro	S/ inf.	cozinheira
	5	Francisco	20	pardos	Solteiro	S/ inf.	alfaiate
	6	Manoel	16	pardos	Solteiro	S/ inf.	jornaleiro
	7	Fortunato	9	pardos	Solteiro	S/ inf.	escola

384	1	<i>Reverendo João de Deus Castro</i>	35	pardos	Solteiro	S/ inf.	sacerdote mestre da capela
-----	---	--------------------------------------	----	--------	----------	---------	----------------------------

	2	Prudencia	30	pardo	Solteiro	S/ inf.	costureira
	3	Custodia	14	crioulo	Solteiro	escravo	
	4	Antonio	13	africano/ preto	Solteiro	escravo	

427	1	D.Rita Theodora	62	branco	Viúvo	livre	costureira
	2	<i>Domingos Jose de Miranda</i>	24	branco	Solteiro	livre	subdiácono
	3	Francisco Antonio de Miranda	25	branco	Solteiro	livre	
	4	Rita	18	branco	Solteiro	livre	
	5	Maria	15	branco	Solteiro	livre	
	6	Maria	8	pardo	Solteiro	S/ inf.	
	7	Maria	30	pardo	Solteiro	escravo	
	8	Thereza	20	crioulo	Solteiro	escravo	
	9	Roza	3	crioulo	Solteiro	escravo	
	10	Silvestre	60	africano/ preto	Solteiro	escravo	

437	1	<i>Reverendo João Anselmo</i>	30	pardo	Solteiro	S/ inf.	presbítero escrivão do contencioso
	2	João	50	africano/ preto	Solteiro	escravo	

499	1	<i>Reverendo Jose Innocencio Varela E Mendonca</i>	58	branco	Solteiro	livre	côngrua, cônego
	2	D.Barbara Moreira de Castilho	50	branco	Solteiro	livre	demente
	3	D.Francisca Benedicta Ernestina da Silveira Mota	47	branco	Solteiro	livre	costureira
	4	Felizarda	50	crioulo	Solteiro	escravo	
	5	Antonia	16	crioulo	Solteiro	escravo	
	6	Maria Ignacia	60	crioulo	Solteiro	escravo	
	7	Anacleto	35	crioulo	Solteiro	escravo	
	8	João	24	africano/ preto	Solteiro	escravo	

500	1	<i>Reverendo Manoel Justinianno da Silva</i>	31	branco	Solteiro	livre	subchante, sacerdote
	2	<i>Padre Jose dos Santos</i>	28	branco	Solteiro	livre	subdiácono
	3	<i>Padre Jose Antonio Braga</i>	26	branco	Solteiro	livre	subdiácono
	4	Jacintha	48	crioulo	Solteiro	S/ inf.	cozinheira
	5	João	11	crioulo	Solteiro	escravo	
	6	Jacinto	17	pardo	Solteiro	escravo	alfaiate

502	1	<i>Padre Antonio Bernardino dos Reis</i>	25	branco	Solteiro	livre	sacerdote, capelão da sé
	2	Ignacia	50	mesti?o (cabra, caboclo)	Solteiro	S/ inf.	cozinheira
	3	Joaquim	10	mesti?o (cabra, caboclo)	S/ inf.	S/ inf.	escola
	4	Jose	20	crioulo	Solteiro	escravo	

509	1	<i>Reverendo Antonio Pedro de Souza</i>	69	pardo	Solteiro	S/ inf.	sacerdote, ordens e medicina
	2	Leonarda Maria	66	pardo	Solteiro	S/ inf.	
	3	Joaquina Felicia	64	pardo	Solteiro	S/ inf.	
	4	Marcelo dos Santos de Souza	26	pardo	Solteiro	S/ inf.	
	5	Manoel	50	africano/preto	Solteiro	escravo	
	6	Joaquim	48	africano/preto	Casado	escravo	
	7	Maria	48	africano/preto	Casado	escravo	
	8	Joanna	50	crioulo	Solteiro	escravo	
	9	Silveria	25	crioulo	Solteiro	escravo	

517	1	<i>Reverendo Manoel Joaquim de Castro</i>	32	branco	Solteiro	livre	sacerdote, Dem.e,
	2	D.Maria Joanna	30	branco	Solteiro	livre	costureira
	3	D.Anna Joaquina	29	branco	Solteiro	livre	costureira
	4	D.Joanna Maria	28	branco	Solteiro	livre	costureira

	5	D.Bernarda Justina	24	branco	Solteiro	livre	costureira
	6	Joanna	14	africano/ preto	Solteiro	escravo	